UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS
ÁREA DE FILOLOGIA E LÍNGUA PORTUGUESA

EDUARDO FERREIRA DOS SANTOS

SENTENÇAS MARCADAS PARA O FOCO NO PORTUGUÊS DO LIBOLO: UMA PROPOSTA DE ANÁLISE DERIVACIONAL

VERSÃO CORRIGIDA

São Paulo
2015

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS
ÁREA DE FILOLOGIA E LÍNGUA PORTUGUESA

SENTENÇAS MARCADAS PARA O FOCO NO PORTUGUÊS DO LIBOLO: UMA PROPOSTA DE ANÁLISE DERIVACIONAL

Eduardo Ferreira dos Santos

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Filologia e Língua Portuguesa.

Versão Corrigida

De acordo

Orientadora: Profa. Dra. Márcia Santos Duarte de Oliveira

São Paulo
2015

BANCA EXAMINADORA

Membros Titulares

_____

Orientadora: Profa. Dra. Márcia Santos D. de Oliveira (Universidade de São Paulo)

_____

Prof. Dr. Carlos Filipe Guimarães Figueiredo (Universidade de Macau)

_____

Profa. Dra. Nélia Alexandre (Universidade de Lisboa)

_____

Profa. Dra. Ana Paula Quadro Gomes (Universidade Federal do Rio de Janeiro)

_____

Profa. Dra. Esmeralda Vailati Negrão (Universidade de São Paulo)

Membros Suplentes

_____

Profa. Dra. Margarida Taddoni Petter (Universidade de São Paulo)

_____

Prof. Dr. Ednalvo Apóstolo Campos (Universidade Estadual do Pará)

Aos meus pais
e aos libolenses.

AGRADECIMENTOS

Aos meus Orixás.

Aos meus pais, Elisabete e Carlos, por todos os esforços dispensados para que eu tivesse condições de permanecer na universidade em momentos de dificuldade. O incentivo de vocês sempre foi fundamental durante todos esses anos de estudos. Hoje, estou onde estou e sou o que sou porque tenho pais como vocês dois. Espero ser merecedor de tudo o que fizeram, e continuam fazendo, para mim. Obrigado, sempre.

Às minhas irmãs, Danielle e Patrícia. Estejamos próximos ou longe, sempre levo vocês duas comigo no coração.

À amiga, Márcia Oliveira, por ser muito mais do que a pessoa que me orientou nesses últimos nove anos na Academia. Obrigado por acreditar em meu trabalho e fazer com que portas se abrissem no âmbito profissional. Espero ter atendido às suas expectativas e qualquer erro que ainda persista é de minha total responsabilidade. Nossa parceria com certeza não se encerra por aqui.

Ao meu companheiro, Adriano, por me acompanhar nos dois anos finais da realização do meu doutorado e estar ao meu lado nos momentos difíceis. Obrigado por entender a importância deste meu trabalho e os momentos de ausência dedicados à pesquisa.

À Wânia por ser amiga. E isso continua significando muita coisa pra mim.

À professora Margarida Petter, minha primeira orientadora de iniciação científica nos anos 2004/2005 quando começava meus estudos na habilitação de Linguística no curso de Letras (FFLCH/USP). Seus conhecimentos sobre África e linguística africana só reforçaram qual caminho eu deveria seguir nos próximos anos.

Ao professor Carlos Figueiredo por estar presente como membro da banca de avaliação desta tese e por ter me recebido tão bem durante a realização do meu estágio em Macau no ano de 2013. Agradecimentos estendidos à Nani, sua esposa, por todo cuidado dispensado e pela companhia nos quatro meses que fiquei longe de casa. Agradeço o professor, ainda, por permitir que eu realizasse um grande desejo de conhecer Angola a

partir do município do Libolo, e hoje poder fazer parte de um grande Projeto de Pesquisa.

À professora Ana Paula Quadros Gomes pela leitura criteriosa da prévia deste trabalho com os valiosos comentários na banca de qualificação e, também, pela presença na banca final desta tese.

À professora Esmeralda Negrão por ter aceitado o convite de participação da banca final e por ser um dos meus referenciais teóricos durante esses meus anos de estudos sintáticos. Ainda guardo muito dos ensinamentos absorvidos das aulas de Sintaxe na graduação.

À professora Nélia Alexandre meus sinceros agradecimentos por também estar presente na avaliação final deste trabalho.

Ao professor e amigo Ednalvo Campos pela suplência na banca de defesa e pelos anos de estudos em conjunto na USP que resultaram em algumas parcerias de trabalhos. Espero que possamos continuar em breve.

À Lurdinha pela alegria transmitida mesmo quando falamos de CP, merge, Chomsky e afins. Obrigado pela disponibilidade e atenção que sempre me dispensou e pelas inúmeras ajudas com assuntos de cunho teórico.

À professora Flaviane Fernandes-Svartman pela presença na minha qualificação e pelas observações realizadas. Agradeço também a oportunidade de ter sido monitor sob sua supervisão em disciplina de Fonética e Fonologia do Português na graduação.

A todos os membros do Projeto Libolo.

À professora Rosane de Sá Amado pelas caronas noturnas depois das aulas sempre com conversas descontraídas e sérias durante o trajeto. Agradeço também a oportunidade de ter sido por dois semestres teu monitor PAE em duas disciplinas distintas (Fonética e Fonologia/ Morfologia do Português).

À Raquel pela companhia na viagem de campo ao Libolo. Pelos trabalhos em conjunto. Pelas risadas. Pelo carinho que sempre me dispensou.

À Manuele e Shirley, minhas baianas favoritas, pela amizade e horas e mais horas de conversas no nosso QG da Letras, pelos almoços, pelos desabafos... por tudo.

À Ana Lívia pelas ideias malucas para trabalhos em conjunto, pelas neuras e tensões divididas durante o doutorado. Pela amizade.

Ao Alfredo pelas parcerias acadêmicas. Pelas risadas. Pela amizade.

À Maria pela amizade e pela discussão de alguns dados.

À Marilda por fazer com que as horas de trabalho e estudo sempre fossem uma delícia, literalmente, e alegres. O carinho e a consideração são recíprocos.

Ao Francisco pelas inúmeras ajudas, sempre fundamentais, com questões técnicas e burocráticas.

Aos amigos do GELIC (Grupo de Estudos de Línguas em Contato).

À Natasha, Miriam e Fausto.

Às tias D'arc e Silvia. Às primas Bia e Gabi.

À Pró-Reitoria de Pós-Graduação da USP pelo auxílio financeiro que permitiu a ida ao Libolo.

Ao CNPq pelo financiamento total desta pesquisa.

À Global Seguros – Companhia Angolana de Seguros, AS pelo suporte financeiro e logístico que permitiu a permanência e a realização da coleta do material em campo durante toda a realização da incursão no município do Libolo.

Por último, mas não menos importante, um agradecimento especial a todo o povo do município do Libolo pela maravilhosa recepção quando realizamos a pesquisa de campo no escopo do Projeto Libolo. Agradeço a cada informante das quatro comunas que cedeu seu tempo para que pudéssemos ter material de pesquisa. Não trouxe comigo, na volta ao Brasil, apenas dados ou sentenças, mas trouxe um pouco do Libolo comigo. "Tamo junto!"

.

"A língua é nosso caminho único para o conhecimento. Mas ao mesmo tempo, também é, em certo sentido, um obstáculo para o conhecimento, pois somente mediante um grande esforço, e nunca por completo, conseguimos nos libertar de seus padrões."

(Bertil Malmberg, *A Língua e o Homem*)

RESUMO

Nesta tese que tem como escopo as sentenças marcadas para foco no português falado no Libolo/Angola, reconsideramos a função do verbo "ser" como cópula e do elemento "que" como pronome relativo, complementizador ou marcador de foco associados às sentenças tradicionalmente analisadas como clivadas (BRITO & DUARTE, 2003; BRAGA, KATO & MIOTO, 2009). Assim, apresentamos, dentro de uma perspectiva minimalista de derivação por fases – *phases* – (CHOMSKY 2000, 2001, 2005, 2008), uma proposta de descrição e análise das construções marcadas para foco no português do Libolo. Além disso, nesta tese apresentamos: i) os aspectos histórico-sociais de Angola e, em específico, do Libolo; ii) um panorama da situação linguística de Angola, destacando o município do Libolo e inserindo um levantamento dos grupos de pesquisa e de trabalhos já realizados que privilegiam a temática da língua portuguesa no país; iii) um capítulo metodológico que não apenas apresenta o caminho para a construção do corpus e delimitação dos dados para a tese, mas levanta, ainda, o percurso que resultou as bases metodológicas do Projeto Libolo em que esta tese se insere.

Palavras-chave: construções marcadas para foco; português do Libolo/Angola; derivação por fases; coleta de dados da fala; português na África.

ABSTRACT

In this thesis which scope is the focus marked's sentences in the Libolo's spoken Portuguese (Angola), we reconsidered the function of the verb "ser" as a copula and the element "que" as a relative pronoun, complementizer or focus marker associated with the sentences traditionally analyzed as cleft sentences (BRITO & DUARTE, 2003; BRAGA, KATO & MIOTO, 2009). Therefore, we present, in a minimalist perspective of derivation by phase (CHOMSKY 2000, 2001, 2005, 2008), a proposal for a description and analysis of the marked form to focus in the Libolo's Portuguese. Furthermore, we'll feature: i) the social historical aspects of Angola and, in particular, of Libolo; ii) an overview of the linguistic situation in Angola, emphasizing the Libolo and inserting a survey of research groups and publishing already done that privilege the theme of the Portuguese language in the country; iii) a methodological chapter that not only shows the way to build the corpus and delimitation of the data for the thesis, but it raises also the way that led the methodological basis of "Projeto Libolo" which this thesis is part.

Keywords: focus marked in Libolo; Libolo spoken portuguese (Angola); derivation by phases, oral data collection; portuguese language in Africa.

Lista de Figuras, Quadros e Mapas

Figura 1: Elementos da formação da Variante Angolana de Português 46

Quadro 1 – Habitantes do Município do Libolo 32

Quadro 2 – Trecho de Entrevista do P_{LB} semi-estruturada 65

Quadro 3 – Cronograma de trabalho da equipe Linguística do *Projeto Libolo* 66

Quadro 4 – Trecho de transcrição do PLB para delimitação de dado 69

Quadro 5 – Identificação do foco no P_{LB} 75

Quadro 6 – Identificação de sentença relativa no P_{LB} 89

Quadro 7 – Status referencial das sentenças copulares 108

Quadro 8 – Sentença marcada para foco no $P_{LB:}$ 'ser'+ foco + *que* 120

Quadro 9 – Sentença marcada para foco no P_{LB} : foco + *que* 124

Quadro 10 – Sentença marcada para o foco no P_{LB}: *ser* + foco + *que* 124

Quadro 11 – Sentença marcada para o P_{LB}: *FOC* + *ser* + *que* 'não contrastivo' 125

Mapa 1 – Angola Político 25

Mapa 2 – A província de Cuanza Sul e o Município do Libolo 30

Mapa 3 – Município atual do Libolo e suas Comunas 30

Mapa 4 – Filos Linguísticos da África e Principais Línguas 36

Mapa 5 – Distribuição dos Grupos Étnicos e Agrupamentos Etnolinguísticos 37

Mapa 6 – Línguas de Angola 38

Mapa 7 – Localização do Libolo na área das línguas bantas 39

Mapa 8 – Regiões ambundo/língua quimbundo e indicação da área da variante libolo 48

Mapa 9 – Limites fronteiriços do quimbundo e a localização do Libolo 49

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO **14**

CAPÍTULO 1 – CONSIDERAÇÕES HISTÓRICO-SOCIAIS SOBRE ANGOLA E O MUNICÍPIO DO LIBOLO **18**

1.1. A presença portuguesa em Angola: dos primeiros descobrimentos à independência da Colônia **19**

1.2. O município do Libolo **25**

1.2.1. O Libolo pós-independência **28**

1.3. Síntese do capítulo **32**

CAPÍTULO 2 – A SITUAÇÃO LINGUÍSTICA – DO PLURILINGUISMO ANGOLANO AO MUNICÍPIO DO LIBOLO **34**

2.1. O plurilinguismo em Angola **35**

2.2. A Língua Portuguesa em Angola **41**

2.3. Características linguísticas do Libolo **47**

2.4. Estudos e projetos de pesquisa sobre o português de Angola **52**

2.4.1. MINGAS, Amélia A. 2000. Interferência do kimbundu no português falado em Lwanda. *Porto: Campo das Letras.* **52**

2.4.2. MIGUEL, Maria Helena. 2003. Dinâmica da pronominalização no português de Luanda. *Luanda: Editorial Nzila.* **52**

2.4.3. CHAVAGNE, Jean-Pierre. 2005. La langue portugaise d'Angola: étude des écarts par rapport à la norme européenne du portugais. *Tese de doutorado. Université Lumière Lyon 2.* **53**

2.4.4. *LIPSKI, John. 2008. Angola e Brasil: vínculos lingüísticos afro-lusitanos.* Veredas, *n°9, p.83-98.* **53**

2.4.5. PETTER, Margarida Maria Taddoni. 2008. Variedades linguísticas em contato – português angolano, português brasileiro e português moçambicano. *Tese de Livre-docência. Universidade de São Paulo.* **54**

2.4.6. INVERNO, Liliana Cristina Coragem. 2011. Contact-induced restructuring of Portuguese morphosyntax in interior Angola: evidence from Dundo (Lunda Norte). *Tese de doutorado. Universidade de Coimbra.* **55**

2.4.7. FIGUEIREDO, Carlos Filipe Guimarães & OLIVEIRA, Márcia Santos Duarte. 2013. Português do Libolo, Angola, e português afro-indígena de Jurussaca, Brasil: cotejando os sistemas de pronominalização. PAPIA *23 (2), p. 105-185.* **55**

2.4.8. Projeto Libolo: Município do Libolo, Kwanza Sul, Angola: aspectos linguísticos, histórico-culturais, antropológicos e socioeducacionais **56**

2.4.9. Projeto de Pesquisa: Mudança de língua em Angola: transmissão, contato e mudança linguística. **56**

2.4.10. Projeto: Em busca das raízes do português brasileiro **57**

2.5. Síntese do Capítulo **57**

CAPÍTULO 3 – METODOLOGIA – A PESQUISA DE CAMPO E A DELIMITAÇÃO DOS DADOS **59**

3.1. Nossos estudos iniciais sobre o português de Angola **60**

3.2. Etapa 1: Estágio na Universidade de Macau **61**

3.3. Etapa 2: a pesquisa de campo no Libolo em 2013 **64**

3.3.1. Metodologia de elicitação da fala do português do P_{LB} **64**

3.4. Transcrição e identificação do material coletado do P_{LB} **67**

3.5. Delimitação dos dados **68**

3.6. Síntese do capítulo **70**

CAPÍTULO 4 – A CATEGORIA FOCO – ABORDAGEM SEMÂNTICA E SINTÁTICA **71**

4.1. A abordagem semântica de foco **72**

4.2. Tipologia do Foco **75**

4.3. A abordagem sintática de foco **78**

4.3.1. As sentenças clivadas **79**

4.3.2. Focalização nas clivadas: Modesto (2001) e Mioto & Negrão (2007) **81**

4.3.3. A abordagem cartográfica do foco **91**

4.4. Síntese do capítulo **95**

CAPÍTULO 5 – A CATEGORIA FOCO NO PORTUGUÊS DO LIBOLO: UMA ANÁLISE DERIVACIONAL **97**

5.1. Para uma descrição das construções classificadas tradicionalmente como clivadas e pseudoclivadas no P_{LB} **99**

5.2. (Re)definindo o verbo 'ser' como cópula em sentenças marcadas para foco – e o elemento 'que' **103**

5.2.1. As sentenças copulares **105**

5.2.2. O elemento que *nas sentenças marcadas para o foco* **110**

5.3. A Derivação em "Fases" **111**

5.4. Proposta Derivacional para Sentenças Marcadas para Foco no P_{LB} **116**

5.4.1. Os elementos ser e que em sentenças marcadas para foco **116**

5.4.2. Proposta de análise derivacional para sentenças marcadas para foco no P_{LB} **120**

5.5. Síntese do capítulo **127**

6. CONCLUSÃO **129**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS **132**

ANEXOS **144**

INTRODUÇÃO

O trabalho apresentado nesta tese é resultado de uma investigação iniciada em 2005, ainda na graduação. Se os estudos descritivos para o português brasileiro e o português europeu já demonstram uma tradição dentro dos estudos linguísticos para essas duas variedades, o português na África ainda "engatinha" para uma proposta de análise e descrição, principalmente dentro de estudos gramaticais formais. Assim, interessou-nos privilegiar uma das variedades africanas de português – a falada em Angola.

A princípio, privilegiamos os estudos acerca do sistema pronominal na posição de sujeito para o português culto de Luanda para em seguida, já na pós-graduação, nos debruçarmos nos estudos da interface sintaxe/discurso, em especial, nos estudos sobre a periferia à esquerda da sentença para esta variedade de português falada em África.

Durante os dois anos de realização do mestrado – 2008 a 2010 – nossa análise centrou-se nas categorias foco e tópico a partir de um *corpora* constituído de diversas entrevistas e textos que contemplavam o português culto falado em Luanda. Após uma leitura criteriosa de todo o material, delimitamos o nosso corpus em um conjunto de sentenças específicas que veiculassem as duas categorias em estudo. Ao final de nossa pesquisa, pudemos apresentar as realizações do foco e do tópico no português culto de Luanda seguindo a tipologia dessas duas categorias para as variedades brasileira e portuguesa do português.

Com o término dos estudos do mestrado, era claro nosso propósito de alargar a pesquisa por meio de um projeto de doutorado contemplando as especificidades da categoria foco. Nosso projeto de doutorado, portanto, englobava dois aspectos significativos:

i) viagem de campo em Angola para a coleta específica de dados para a pesquisa;

ii) no tocante aos estudos da periferia à esquerda no português em Angola, iniciados no mestrado, uma restrição da análise sintática privilegiando a categoria foco.

Iniciado o doutorado, em meados de 2010, – com a apresentação do projeto que continha os dois tópicos mencionados acima – detivemo-nos, a princípio, nos estudos

teóricos e em um projeto particular voltado para uma viagem de campo para Luanda, a fim de se coletar dados dos musseques (grosso modo, a área periférica do centro urbano de Luanda. Retomamos, no capítulo 2, ainda que de forma breve, alguns aspectos do português dos musseques). No entanto, já neste início de doutoramento, nosso *locus* de investigação iria ser totalmente deslocado.

Em 2011, após contato com o professor Carlos Figueiredo, da Universidade de Macau, nosso grupo de pesquisa foi "desafiado" às terras do interior angolano, a saber, o município do Libolo. O que se sucedeu a partir desse primeiro encontro, e de outros, resultou na criação e no amadurecimento do que é hoje um projeto internacional denominado "Projeto Libolo" – Figueiredo & Oliveira (2013) explicitam o Projeto. Desse modo, é importante dizer que esta tese se constrói concomitantemente com o "Projeto Libolo" como apontaremos no capítulo 3, dedicado à metodologia e à pesquisa de campo.

Durante a realização do estágio na Universidade de Macau (período de janeiro/maio de 2013), sob a supervisão do professor Carlos Figueiredo, iniciamos a "construção" e delimitação do nosso corpus específico em um processo que se estenderia por pouco mais de um semestre, haja vista as diferentes etapas cumpridas para esta finalidade:

> i) preparação teórico-metodológica da coleta de dados por meio de normas específicas para o Libolo (esta fase iniciou-se em Macau, durante o estágio de doutoramento, em parceria com os professores Carlos Figueiredo e Márcia Oliveira (USP/FFLCH);
> ii) viagem de campo ao Libolo (julho/2013), marcando o início oficial das atividades do Projeto Libolo e seu caráter internacional e multidisciplinar;
> iii) delimitação, transcrição e revisão do material coletado em campo que serviu de base para o corpus específico desta tese, como parte do espólio do Projeto.

Como mencionamos acima, o corpus específico que ancora a análise desta tese – cujo escopo são as sentenças marcadas para foco – resultou da coleta de material em campo no período de apenas um mês. Ainda, em se tratando de uma pesquisa centrada em um tema de interface sintaxe/discurso, seria muito significativa uma coleta específica que privilegiasse a aplicação de testes para a apreensão de foco. No entanto, nossa primeira incursão no Libolo nos permitiu perceber a impossibilidade de tal coleta

neste “primeiro momento” – impedimentos que são de ordens ligadas a tempo, logística, contato/conhecimento da área, conhecimento da cosmovisão do povo do Libolo, entre outros. Além da aplicação de testes, seria de extrema importância se houvesse estudos acerca da complementação e da predicação do português angolano. Esses estudos teriam auxiliado na compreensão do comportamento do argumento e seu predicador e a nos oferecido “pistas” acerca de suas funções exercidas em uma sentença. Para o português brasileiro e europeu, por exemplo, há uma extensa bibliografia resultante de pesquisas que apontam as diferenças de ordem verbo-sujeito que especificam cada variedade de português e a sua relação com a interface sintaxe/discurso que caracterizará a função categorial de determinado item lexical.

Os impedimentos e dificuldades mencionados acima, porém, não foram empecilhos para que, através do material coletado, pudéssemos delimitar as sentenças marcadas para o foco a partir de critério e metodologia específicos, conforme apontamos no capítulo 4. Logo, ratificamos que a análise apresentada nesta tese, como o que será apresentado no capítulo 5, restringe-se criteriosamente a um corpus específico do português falado no Libolo.

Objetivo e organização da tese

O objetivo desta tese está centrado em apontar uma nova abordagem e proposta de análise para as sentenças marcadas para a categoria foco no português falado no município do Libolo.

A hipótese que nos levou à investigação envolve as chamadas sentenças clivadas comumente analisadas com verbo *ser* (como uma “cópula”) e *que* como um complementizador ou como um pronome relativo. Geralmente, estas abordagens designam as sentenças clivadas como uma estrutura biclausal e considerada uma sentença equativa ou uma sentença completiva. Nossa proposta, ao contrário das análises de biclausalidade, apresenta evidência de que o português do Libolo apresenta sentenças marcadas para o foco com a estrutura SER + elemento focalizado + QUE – e suas variações de ordem. Essas sentenças, de acordo com nossa análise são monoclausais.

Esta tese está estruturada em seis capítulos, além desta introdução e das referências bibliográficas, como detalhamos a seguir.

No capítulo 1, abordamos aspectos histórico-sociais de Angola para prosseguir com algumas considerações que destacam o município do Libolo dentro do contexto histórico angolano. Consideramos importante que, por trabalharmos com uma variedade de português, num país em que a língua portuguesa foi "introduzida", essa retomada histórica seja privilegiada para entendermos a dinâmica social por trás de alguns fenômenos que vão influenciar esses aspectos sociolinguísticos.

No capítulo 2, vamos tratar dos aspectos sociolinguísticos de Angola e inserir o Libolo e suas especificidades linguísticas no quadro de diversidade linguística do país. Destacamos a língua portuguesa e o *status* que essa língua adquire no país, assim como fazemos uma breve apresentação dos trabalhos que abordam a língua portuguesa em Angola e que já apontam para especificidades dessa variedade em África.

O capítulo 3 é uma apresentação da metodologia que empregamos para delimitar nosso material que hoje faz parte do espólio do "Projeto Libolo". A partir de uma chave de transcrição específica, passamos a desenvolver técnicas para uma delimitação de dados que atendessem aos propósitos de cada pesquisador do Projeto.

A abordagem semântica e sintática da categoria foco é o assunto do capítulo 4. A partir de pressupostos teóricos que definem o foco nesses dois componentes da gramática, partimos para a abordagem das tradicionais clivadas tomando os trabalhos de Modesto (2001) e Mioto & Negrão (2007) para especificarmos como serão analisadas as sentenças marcadas para foco e as razões de não consideraremos as definições para os elementos *ser* e *que* como "cópula" e "relativo/complementizador/marcador de foco", respectivamente.

O capítulo 5 é dedicado à análise das sentenças marcadas para o foco no português do Libolo a partir dos pressupostos teóricos do programa minimalista e da teoria de fase (*phase*) – Chomsky (2000; 2001; 2005; 2008). Neste capítulo, ratificamos a hipótese da monoclausalidade, argumentando que sentenças marcadas para foco no português do Libolo (SER + elemento focalizado + QUE) são monoclausais. Desse modo, baseados em Jorge, Oliveira & Santos (2015), apresentamos uma derivação em que *ser* e *que*, respectivamente, se distribuem pela fase CP e pelo domínio TP da fase CP.

No capítulo 6, finalizamos o trabalho apresentando as conclusões e, ainda, as perspectivas para a continuação da pesquisa sobre a interface sintaxe/discurso envolvendo a categoria foco na área do Libolo e em cotejo com outras variedades de português.

CAPÍTULO 1
CONSIDERAÇÕES HISTÓRICO-SOCIAIS SOBRE ANGOLA E O MUNICÍPIO DO LIBOLO

A compreensão de alguns aspectos histórico-sociais de Angola é importante para se entender como se deu a presença dos portugueses no continente africano a partir do século XV e a ocupação de algumas regiões do seu interior como é o caso do município do Libolo. Neste capítulo, na seção (1.1.) apresentamos um panorama do papel de Portugal na formação e desenvolvimento de Angola. A seção (1.2.) é dedicada aos aspectos histórico-sociais do município do Libolo com uma breve apresentação de algumas informações atuais sobre o município.

1.1. A presença portuguesa em Angola: dos primeiros descobrimentos à independência da Colônia

No contexto das Grandes Navegações, Portugal foi uma das grandes potências que dominou grandes extensões territoriais e, consequentemente, exerceu poder sobre diferentes povos. No século XV, a conquista e o início da presença portuguesa em Angola ocorreram no período conhecido como "Era dos Descobrimentos", marcado por fatores religiosos, econômicos, estratégicos e políticos que levaram os portugueses às incursões além-mar.

Segundo Dias (1989: 281), alguns desses fatores consistiam em:

(i) o desejo da Coroa e dos mercadores em fazer parte do comércio de especiarias vindo do Oriente;
(ii) o estabelecimento de alianças militares e políticas estratégicas contra os muçulmanos e, depois, o Império Otomano;
(iii) a busca de mão-de-obra para ser explorada em Portugal nas colônias estabelecidas nas ilhas atlânticas e, mais tarde, no Brasil.

O primeiro contato dos portugueses com as sociedades africanas subsaarianas ocorreu em 1415 após a tomada de Ceuta, seguido de explorações para o oeste e sul da costa africana. No ano de 1448, os portugueses erguem a feitoria de Arguim, costa da atual Mauritânia, sendo apontada por Fall (1989: 307) como o ponto de partida para as relações comerciais entre os portugueses e as sociedades ali existentes. Na costa senegalesa, houve um fracasso no alcance de regiões auríferas e inicia-se uma crescente troca de cavalos por escravos, tornando-se a principal fonte de receitas para Portugal com a fundação da "Casa dos Escravos", o órgão responsável pelos negócios da escravatura e sob autoridade de D. Henrique e D. João. Inicia-se, assim, uma

‘formalização’ do comércio de escravos e um dos principais motivos da colonização portuguesa em África nos séculos seguintes.

Ao considerarmos a costa sudoeste africana – território que hoje inclui a divisão política de Angola – interessa-nos destacar o período de 1482 a 1484 quando os portugueses, liderados por Diogo Cão, atracam na foz e avançam pelo rio Zaire, estabelecendo contato com o Reino do Congo, uma unidade política que já se encontrava por ali, e com as regiões de Ndongo (ou Angola) – localizado mais a sul e na margem direita e esquerda do rio Cuanza – e Matamba (que viria a se tornar Reino no primeiro terço do século XVII) (FIGUEIREDO, a sair: seção 1).

A economia regional do Congo baseava-se em produtos como panos de palma, marfim, madeira e cobre. No entanto, esses produtos eram desvalorizados se comparados com as riquezas do Oriente e da Índia já acessíveis pelos portugueses no mesmo período. Desse modo, “o único recurso que os Europeus encontraram no reino capaz de compensar os bens importados foi a própria população” (DIAS, 1989: 293). Entre os bacongos[1] não existia uma classe de escravos nos moldes europeus, mas sim, algumas pessoas que pertenciam transitoriamente a um grupo servil, fato comum na maioria das sociedades africanas. São essas pessoas que constituirão a classe de indivíduos escravizados e que farão do Reino do Congo uma das principais fontes de abastecimento de escravos para a Metrópole e plantações de açúcar das ilhas próximas de São Tomé e Príncipe (DIAS, 1989: 293).

Nos anos seguintes, as relações entre Portugal e o Reino do Congo seguem uma agenda diplomática e de contato intenso mostrando a influência portuguesa no que diz respeito aos costumes religiosos e linguísticos e, mais tarde, em relação aos assuntos político-econômicos.

Podemos destacar, em 1489, a ida da primeira embaixada do *ntotela* (senhor principal) do Congo a Portugal com a realização de batismos de africanos e o apadrinhamento do embaixador muxicongo[2] Nazaku Kasuta por monarcas portugueses. Atendendo ao pedido de D. João II, os congueses permanecem até o final de 1490 para

[1] Os bacongos formam um grupo etnolinguístico banto que habita, atualmente, uma extensão territorial atlântica, desde o sul do Gabão até às províncias angolanas do Zaire e Uíge, com habitantes na República Democrática do Congo, República do Congo e o enclave de Cabinda. Em meados do século XIII ocupavam uma grande extensão ao longo do rio Congo, formando o Reino do Congo, enfraquecido a partir do século XV com a chegada dos portugueses.

[2] O termo muxicongo refere-se ao habitante ou natural da região Norte de Angola compreendida entre Nóqui, Mbanza Congo, Bembe e Uíge. O termo também faz referência à língua do grupo quicongo falada em algumas regiões do país.

aprenderem bem a língua portuguesa e os artigos da Fé e os mandamentos divinos que todo cristão deveria saber. Um contingente de portugueses formados por carpinteiros, pedreiros, lavradores e padres franciscanos segue para o Congo com a responsabilidade de converter a população local.

Outro destaque, acontecido em 3 de abril de 1491, é o batismo do senhor da região de Nsoyo e de um dos seus filhos mais a ordenação para que todo feitiço fosse queimado e para que toda a população aderisse à nova religião. Em Mbanza Congo[3], os portugueses também são bem recebidos e o *ntotela*, sua esposa e mais um filho – Mbemba-a-Nzinga – são batizados.

Os portugueses, aproveitando-se da instabilidade interna no Congo dependente cada vez mais do comércio com os europeus e a dificuldade dos congueses em manter o monopólio comercial atlântico com as disputas para a sucessão do trono após o reinado de Mbemba-a-Nzinga, envia uma missão à região em 1559, sob a liderança de Paulo Dias de Novais, para negociar uma maior participação da Metrópole no tráfico da região e com os traficantes de São Tomé. Portugal impõe, assim, uma nova postura política e comercial na África e há o fim do monopólio da região de Mbanza Congo sobre a venda de escravos aos europeus.

Segundo Boxer (1969: 113), um alvará emitido em 1571 pela Coroa portuguesa preconizou a colonização de parte do Reino do Congo por famílias camponesas de Portugal. A efetivação da expansão das possessões portuguesas ocorre em 1575 com Paulo Dias de Novais na função de conquistador e donatário oficial de "uma grande faixa de território na costa de Angola, dando início a mais de um século de guerra com o reino africano de Ndongo, até que os portugueses conseguiram destruir o poder político independente do ngola" (DIAS, 1989: 295). Ocorrem, portanto, a partir de 1575, a conquista militar das regiões do vale do rio Cuanza e a colonização direta de Angola com a fundação da cidade de São Paulo da Assunção de Luanda.

O início da povoação de Luanda marca o começo do período colonial angolano com a chegada de cerca de 100 famílias, em sua maioria de portugueses desterrados, e 400 soldados. A política de colonização tinha como objetivo a exploração de minas de prata e outros recursos naturais abundantes no subsolo angolano, sem abrir mão do comércio de escravos. No início dos anos 1600, as regiões angolanas de Luanda e

[3] *Mbanza* em quimbundo significa "povoação onde reside o rei ou chefe de determinada região" (Moita, 1989: 200).

Benguela[4] são territórios decisivos para o regime colonial português e sua expansão e domínio no Atlântico Sul (HERNANDEZ, 2008: 563).

Os séculos XVII e XVIII marcam a consolidação da supremacia de Portugal em território angolano com a formação de um entreposto comercial com a principal função de servir de abastecedor de escravos para as plantações de cana-de-açúcar no Brasil, sobretudo em Pernambuco e Bahia. Essa consolidação deu-se mesmo com as intervenções dos holandeses em Luanda, na primeira metade do século XVII, proibindo o embarque de escravos para o Brasil, e a diminuição da exportação de escravos em Angola, na segunda metade do mesmo século, atendendo os propósitos da aliança comercial de Portugal com a Inglaterra.

Com as atenções da Metrópole voltadas para o Brasil e a descoberta de ouro em Minas Gerais, além do abandono de Luanda pelos senhores de escravos baianos que negociam, agora, com a Costa da Mina[5], os luso-africanos desenvolveram novas estratégias para a busca de novos mercados em outras partes de Angola. A solução foi instalar um pequeno porto ao sul do país, em Benguela, criando uma nova fonte de escravos a serem vendidos para as embarcações do Rio de Janeiro. A partir de 1730, segundo Miller (1999: 22), os relatórios governamentais apontam um crescimento do número de escravos e a saída deles de Benguela, indicando uma relação direta entre o sul da Angola luso-africana e o sul brasileiro, preenchendo o mercado dos contratadores de Luanda para as minas da América portuguesa. Esse período também é caracterizado pelo crescimento de Luanda e Benguela como dois pólos econômicos e sociais de Angola e o início da passagem gradual de uma sociedade escravagista para uma sociedade de consumo.

O século XIX é pautado pelas discussões acerca da abolição do tráfico de escravos imposta pela Inglaterra. Em 1836, data do decreto de abolição do tráfico de

---

[4] Chamamos a atenção do leitor para uma diferenciação quando citarmos Benguela ao longo do texto pois estamos diante de dois lugares específicos. Benguela era o nome dado aos soberanos do Estado da Kissama, na margem esquerda do rio Cuanza, vizinhos do Libolo. Quando os portugueses tentaram instalar-se na região da Kissama, fundaram o povoado de Benguela Velha em 1587, chamado agora de Porto Amboim. A permanência dos portugueses na região durou pouco tempo devido aos ataques ordenados do soba Benguela que dizimou a corporação militar portuguesa estando a região fora do controle da administração portuguesa até ao século XIX. Esse controle apenas começou a ser efetivado em 1839. Como os portugueses não conseguiram se efetivar na região, deslocaram-se para o sul, fundando o povoado de Benguela Nova, ou S. Filipe de Benguela, no litoral. No fim do século XIX e princípio do século XX, ocorre o desenvolvimento da região e Benguela (Nova) torna-se um dos principais centros comerciais de Angola apoiado principalmente pelo tráfico de escravos (DELGADO, 1944; FIGUEIREDO, a sair – seção 1.).

[5] Costa da Mina corresponde à região do Golfo da Guiné que serviu de porto de exportação de escravos, principalmente nos séculos XVIII e XIX. Atualmente, a Costa da Mina corresponde às regiões de Gana, Togo, Benin e Nigéria.

escravos transatlânticos, sob o mandato do governador-geral Pedro Alexandrino da Cunha, "a Angola portuguesa começa – muito lentamente – a libertar-se de três séculos de tráfico de escravos que deram a esse território a reputação que se conhece" (PELISSIER, 1997: 27). O comércio, no entanto, continua em um fluxo contínuo, já que no período de 1831 a 1855 "entraram no Brasil cerca de 718.000 escravos. (...) Quase 20% dos escravos trazidos para o Brasil em 300 anos de tráfico atlântico chegaram nesses poucos mais de 20 anos (...)" (AMARAL, 1999: 143)[6].

Em 29 de abril de 1858, foi decretado que todas as formas de escravatura deveriam acabar dentro de vinte anos em todos os territórios portugueses com a completa extinção desse sistema a 29 de abril de 1878 (PELISSIER, 1997: 87). A política de Portugal volta-se, agora, ao desenvolvimento territorial das colônias e do povo a governar estimulando a emigração dos portugueses para a África Central e a criação de estações civilizadoras nos territórios portugueses e adjacentes com o intuito de disseminar a civilização e influência europeia/portuguesa nos territórios africanos.

Ao passar de um sistema monárquico para um sistema republicano, em 1910, a evolução de Portugal está intimamente ligada à política africana adotada nas colônias. Ao tomar o Estado como uma extensão colonial, Angola torna-se uma Província Ultramarina de Portugal e acaba por receber um grande contingente de portugueses.

Uma aparente situação de tranquilidade, no entanto, não esconde a competição entre colonizadores e colonizados com o estabelecimento de uma hierarquia da população. Segundo Hernandez (2008: 572-574), há uma divisão que põe de um lado um pequeno número de brancos, mestiços e negros "assimilados" e, de outro, uma população majoritária composta por "indígenas", na visão do colonizador[7]. É através dos "assimilados" ativos, que se apropriaram de tudo o que lhes foi possível apreender da cultura africana, que temos o desabrochar de uma consciência de libertação do povo e do país da dominação colonial. De acordo com Mingas (2000: 46), utilizavam a língua do colonizador como ferramenta de denúncia contra o colonialismo português através de jornais, da literatura militante e revolucionária e da política.

Começam a aparecer, já por volta de 1948, os primeiros movimentos nacionalistas e as organizações políticas que dariam origem ao Conselho de Libertação

---

[6] Lembramos o leitor que esse número de escravos refere-se ao levantamento oficial das autoridades, ignorando, portanto, o grande contingente de escravos que desembarcaram no Brasil de forma clandestina, como apontamos na página 25 deste capítulo.

[7] A divisão dos angolanos em assimilados e indígenas está diretamente relacionada ao grau de assimilação da cultura portuguesa, principalmente em relação ao uso da língua portuguesa e à conversão católica. Retomamos, no capítulo II, as implicações da assimilação dos angolanos no campo linguístico.

de Angola. Nas décadas de 50 e 60, são constituídos os três principais grupos desse cenário: o Movimento Pela Libertação de Angola (MPLA), Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), que entraram em conflito direto com o poder colonial[8]. Para esses grupos, a diplomacia e a propaganda "passaram a ser tão importante quanto a luta militar, ou seja, a guerra de guerrilhas" (HERNANDEZ, 2008: 577).

A luta pela independência durou cerca de catorze anos e mesmo com as divergências entre os principais grupos do movimento, que começaram a atuar separadamente, o MPLA, em 11 de novembro de 1975, proclama a independência de Angola, sob a presidência de Agostinho Neto. A independência tem o reconhecimento de Portugal, mas as divisões políticas internas não evitaram a Guerra Pós-colonial que visava ao controle do país. O MPLA, em 27 de maio de 1977, desencadeou um golpe, o Fraccionismo, dando origem a uma luta que durou dois anos. A UNITA e a FNLA unem-se para combater o MPLA e a guerra se prolonga por vinte e sete anos – 1975 a 2002 – (FIGUEIREDO & OLIVEIRA, 2013: 121). Em 4 de abril de 2002, acordos são assinados em Luena, Moxico, e soldados da UNITA depõem as armas e são integrados na sociedade civil, nas forças armadas, na polícia nacional; e o grupo, agora, também é transformado em partido político.

Atualmente, Angola conta com uma população residente de 24.383.301 pessoas[9], distribuídas em 18 províncias e tem como capital do país a cidade de Luanda. O sistema governamental é multipartidário governado pelo presidente José Eduardo dos Santos do MPLA[10]. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Angola de 0,526 coloca o país na 149ª colocação num ranking de 187 países e com a expectativa de vida de 51,9 anos[11].

Na economia do país destacam-se a indústria petrolífera, a exploração de diamantes e a extração de ferro. Estima-se que seu subsolo esteja entre os 35 dos 45

---

[8] O FNLA resulta da reestruturação da UPNA (União das Populações ao Norte de Angola), posteriormente designada apenas por UPA, com o Partido Democrático de Angola (PDA). Mais tarde, há uma cisão no grupo e surge a UNITA. Remetemos o leitor a Hernandez (2008: 574-577) para um panorama desse cenário politico em Angola.

[9] Número oficial divulgado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) de Angola pela ocasião dos Resultados Preliminares do CENSO 2014 realizado de 16 a 31 de maio de 2014.

[10] O MPLA (Movimento Popular para a Libertação de Angola) surge em 10 de dezembro de 1956. Um dos principais partidos ativos na luta pelo fim do colonialismo em Angola foi com o governo de Agostinho Neto que Angola tornou-se independente. Após a morte do líder, em 1979, José Eduardo dos Santos foi eleito presidente do partido e investido no cargo de presidente da República Popular de Angola. A partir de 1992, são realizadas as primeiras eleições gerais multipartidárias e o MPLA continua sendo o partido a frente da presidência do país na figura de José Eduardo dos Santos.

[11] Nações Unidas (2013).

mais importantes do mundo para a comercialização. No setor agrícola, Angola busca uma recuperação para voltar a se destacar nas lavouras de café, cultivo de algodão, banana, sisal e outros produtos, prejudicadas por causa da guerra civil. Projetos e financiamentos governamentais pretendem diminuir a dependência e gastos com importação e aumentar as áreas de produções agrícolas.

MAPA 1: Angola Político[12]

1.2. O município do Libolo

Ao abordarmos os aspectos histórico-sociais do município do Libolo, faz-se necessário destacar, mais uma vez, o período da chegada dos portugueses ao continente africano, especificamente ao Reino do Congo, como abordado na seção (1.1.).

[12] http://www.un.org/Depts/Cartographic/map/profile/angola.pdf? (acessado em 28/02/2015).

Com o objetivo de explorar a costa africana, as viagens de Diogo Cão, em 1483 e 1485, marcam a chegada dos portugueses à costa do rio Zaire e o início das "primeiras relações a nível oficial entre Portugal e o Congo, relações que, variando embora de intenções, irão permanecer com continuidade através dos séculos seguintes" (MOITA, 1989: 200).

As relações são intensificadas no século XVI com a viagem de Paulo Dias de Novais ao Reino do Ndongo, em 1559, para fins meramente comerciais. A chegada de Paulo Dias de Novais à região da barra do Cuanza dá-se apenas em meados de 1560. Depois de serem recebidos pelo soberano do Ndongo, ele e os missionários jesuítas são feitos prisioneiros por seis anos. Seu retorno a Portugal ocorreu depois de sua libertação (FIGUEIREDO, a sair – seção 1.).

Em 1575, com a condição de donatário de uma grande faixa de território na costa africana, Paulo Dias de Novais teve, naquele momento, a capacidade de intensificar o comércio de escravos e de realizá-lo em larga escala aproveitando-se das capitanias como grandes companhias comerciais e instrumentos dessa nova estrutura econômica (FERRONHA, 1989: 264-265). Aproveitando-se das rivalidades e conflitos locais, os portugueses conseguem controlar a costa marítima e fundam, em 1576, a cidade de São Paulo da Assunção de Luanda – atual Luanda – e estabelecerem a colônia de Angola.

Enquanto os portugueses dominavam a costa, o povo *jaga* adentrava o interior do território angolano iniciando sua rota de migração para o sul e sudoeste com a instalação de comunidades ao norte do rio Cuanza, no Uíge, no Ndongo e no Malanje. A travessia do rio Cuanza possibilita o surgimento de sobados na região da Kissala e na zona de Katumbi, atual município da Kibala. A ocupação desses territórios dá origem ao Reino do Ndongo e Matamba, região onde se encontra, atualmente, o município do Libolo (FIGUEIREDO & OLIVEIRA, 2013: 115).

O processo de migração para a conquista de novos territórios continua com as gerações seguintes de sobas[13]. O soba Ngana Nambua II, por exemplo, segue com sua tribo ao longo das margens do rio Longa até se instalar na zona da Banza do Kalulo, que demarca, atualmente, a periferia sul da vila de Calulo. Outros sobas progrediam, entretanto, para o sul da Kibala, fixando instalações na área da Quiaca e,

[13] Os sobas são uma autoridade regional tradicional de Angola, a partir de uma hierarquia encabeçada pelo Grande Soba. A funçãodo soba é funcionar como uma "ponte" entre a comunidade e o governo, cuidando, principalmente, dos problemas locais de ordem social e/ou tradicional.

posteriormente, Benguela, Lubango e Hiumbi (FIGUEIREDO & OLIVEIRA, 2013: 115; VARANDA, 1997: 1).

Ultrapassando a foz do rio Cuanza, os portugueses também iniciam o percurso de exploração e conquistas de terras para o sul ao longo da costa. Diogo Cão desembarca na baía da foz do rio Longa e, devido ao caráter promissor da região para os interesses da Coroa portuguesa, Henrique Dias é enviado ao local com propósitos mercantilistas. Posteriormente, essa área será entregue a Paulo Dias de Novais como prêmio de reconhecimento por seu trabalho de conquista e governo do território na zona de Ilamba, fundando a primeira povoação de Benguela Velha, Porto Amboim, no ano de 1587 (FIGUEIREDO & OLIVEIRA, 2013: 116), evidenciando uma expansão portuguesa concentrada nas zonas costeiras e que facilitava o comércio de escravos e mercado abastecedor, principalmente para o Brasil.

A concessão dada a Paulo Dias de Novais, além de Amboim, também incluía a zona costeira da Quissama e a região de Seles no interior, duas áreas que já contavam com a presença de diversos monarcas jagas e que suscitou, portanto, confrontos entre os colonos e os sobados. A primeira tentativa de colonização dessa área tem resultados negativos e a corporação de Paulo Dias de Novais é derrotada pelos sobas da região. Esse fato determina que apenas adentrassem nessas áreas "[...] alguns comerciantes temerários, oriundos do sul, para negociarem com os nativos da zona e pilharem os resgates deixados escondidos pela corporação militar desbaratada que contrabandeavam depois." (FIGUEIREDO & OLIVEIRA, 2013: 116-117). Outro interesse resumia-se no desejo de escravos dessas regiões para o abastecimento de mão-de-obra no novo mercado de escravos que surgia pelo desenvolvimento açucareiro de São Tomé e na América caraíba.

Uma nova tentativa de ocupação da região ocorre em 1771 com Francisco Nuno de Morais como capitão-mor. Mais uma vez, os portugueses não conseguem êxito e sofrem sucessivos ataques ordenados pelos sobas. Longe da supervisão colonial, a área torna-se um porto clandestino de tráfico de escravos até o século XIX e os portugueses voltam suas atenções, efetivamente, quando da pretensão e avanço de outras potências europeias na colonização da África.

O plano para a conquista efetiva do interior objetivava o aproveitamento da riqueza hídrica da região da Quissama e áreas vizinhas, explorando, assim, os cursos fluviais em direção ao interior, especialmente a baía do rio Longa. A partir de 1840, uma força naval é deslocada para a reconstrução das casas, feitorias e fortins

abandonados. Vale destacar que também são encontrados e arrasados barracões[14] de aprisionamento de escravos na região, delimitando um quadro em que se intensificam as lutas contra os sobados em todas as direções e crescendo a área sob domínio português e a consequente progressão em direção ao Libolo atual, cerca de 50 anos mais tarde (FIGUEIREDO & OLIVEIRA, 2013: 117-118).

Como parte da política de colonização efetiva do interior, merece destaque a instalação da Missão Católica de Santo Antônio de Calulo, no ano de 1893, pelo padre Manuel Gonçalves de Sousa. Na ocasião, já se encontravam sete comerciantes europeus no local. A missão teve autorização do soba local com "manifestas provas de contentamento, provocado pelos brindes recebidos" (DELGADO, 1944: 424). Sua fundação foi efetivada no dia 10 de agosto no local cedido pelo soba Ngana Hussuko (VARANDA, 1997: 1).

As primeiras revoltas e intervenções militares no Libolo ocorrem em 1895, por conta da prisão de seis nativos acusados de grave delito, o que não agradou ao soba do Libolo e seus aliados. As casas comerciais são saqueadas e há ameaças para a manutenção da missão. Em 21 de agosto de 1895, sob o comando do coronel Lourenço Justiniano Padrel, cria-se um posto militar em Calulo e o início dos intensos confrontos entre portugueses e nativos leva à construção da fortaleza de Calulo, em 1897, como ponto de defesa militar dos portugueses na região (FIGUEIREDO & OLIVEIRA, 2013: 119-120).

A revolta de Seles, região vizinha do Libolo que fizera parte deste município no passado, deu lugar à última intervenção militar importante na região, "[...] para subjugação definitiva das populações desinquietas [...]" (DELGADO, 1944: 450), intervenção esta ocorrida em 1917, estendendo-se posteriormente ao Libolo e ao Amboim. A pacificação completa do Libolo acontece em 1918 com a captura, punição e, em alguns casos, morte dos sobas revoltosos.

1.2.1. O Libolo pós-independência

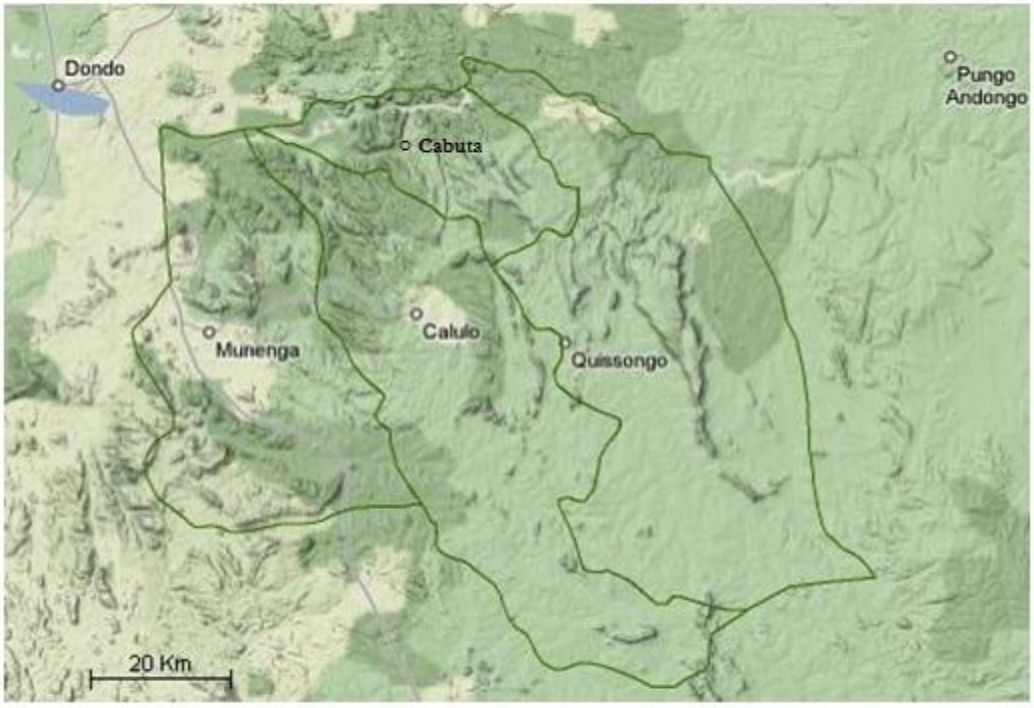
O município viveu um relativo período de paz durante as décadas que se seguiram até a independência do país, em 1975, já que o início das guerras de libertação

[14] Os barracões eram instalações que funcionavam como uma espécie de "depósito fixo" onde os cativos ficavam à espera do embarque nos navios negreiros. Em Angola, havia uma variante desse sistema que "consistia em estabelecer um depósito de cativos não em terra firme, mas num grande navio permanentemente ancorado num porto, a fim de tornar um grande número de cativos menos vulnerável aos ataques exteriores" (BONVINI, 2008: 31).

das colônias africanas do poder português, em 1961 e 1962, “ [...] não se fizeram sentir no Município, onde permanecia um forte destacamento militar para controlar a zona, em virtude do seu longo historial de oposição à administração portuguesa [...]” (FIGUEIREDO & OLIVEIRA, 2013: 120). A região apresentou um desenvolvimento satisfatório das casas de comércio e a economia apresentava índices prósperos, favorecida por grandes instalações agropecuárias e roças extensas de sisal e café, muitas delas pertencentes aos colonos alemães, ex-militares, envolvidos nos conflitos das 1ª e 2ª Guerras Mundiais e que se refugiaram em Angola. Na educação, o quadro também se mostrava positivo e o município já contava com escolas primárias e uma escola técnica.

Chegada a independência, o governo angolano inicia uma nova designação para suas unidades administrativas e o Concelho do Libolo passa a ser designado como Município do Libolo formado pelas comunas de Calulo (sede do município), Munenga, Quissongo e Cabuta.

MAPA 2 – A província de Cuanza Sul e o Município do Libolo (Figueiredo & Santos, 2013)[15] – em azul, o município em destaque



MAPA 3 – Município atual do Libolo e suas Comunas (Figueiredo & Santos, 2013)[16]

[15] Figueiredo, C. F. G. & Santos, E. F. 2013.Construções [FOC + QUE] no Português do Município do Libolo. *Encontro Conjunto do XIV Congresso Anual da ACBLPE*. Comunicação Oral – Slide 5. Adaptado.

A independência de Angola deflagrou uma disputa interna pelo poder envolvendo os três principais grupos nacionalistas do país – MPLA, UNITA e FNLA. Iniciada a guerra civil, que perduraria mais de trinta anos, a situação de caos fez com que um grande número de portugueses abandonassem Angola e agravasse a situação econômica e a deterioração das infra-estruturas básicas do país.

O município do Libolo foi uma das áreas que sofreu os ataques das tropas em combate. Sua localização próxima ao Bailundo, região onde a UNITA instalara seu quartel, permitia as incursões das tropas de Jonas Saimbi e a consequente ocupação da povoação de Calulo para em seguida dominarem todo o município. Os ataques iniciam-se em 17 de agosto de 1983, na comuna do Quissongo, e a sede do município é invadida em 5 de setembro do mesmo ano (FIGUEIREDO & OLIVEIRA, 2013: 121).

De forma geral, as comunas do Quissongo, Cabuta e Munenga foram as que mais sofreram com o abandono e saqueamentos por parte da população, reforçados pelo colapso nas suas estruturas admistrativas e pelo isolamento entre as comunas. A população busca, então, fixar residência em Calulo e na povoação vizinha do Dondo, onde as tropas do governo estavam instaladas e garantiam segurança. A concentração de maior parte da população na comuna de Calulo reflete, ainda hoje, na questão do repovoamento das três outras comunas do município.

Resultados preliminares do Censo 2014[17] indicam que o município do Libolo possui 85106 habitantes. Esse número aproxima-se do levantamento feito por Figueiredo (cf. FIGUEIREDO & OLIVEIRA, 2013: 122-123), em 25 de junho de 2011, apontando para 85453 habitantes, assim distribuídos:

[16] Figueiredo, C. F. G. & Santos, E. F. 2013.Construções [FOC + QUE] no Português do Município do Libolo. *Encontro Conjunto do XIV Congresso Anual da ACBLPE*. Comunicação Oral – Slide 6. Adaptado.

[17] Número oficial divulgado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) de Angola pela ocasião dos Resultados Preliminares do CENSO 2014 realizado de 16 a 31 de maio de 2014. Não há indicações do número de habitantes por Comunas.

Comuna	Número de habitantes
Calulo	52736
Cabuta	12906
Munenga	14567
Quissongo	5244

QUADRO 1 – Habitantes do Município do Libolo
Fonte: Figueiredo & Oliveira (2013)[18]

Figueiredo & Oliveira (2013: 123) relatam que somente a Comuna de Calulo dispõe de infraestruturas básicas em funciomento mesmo que de forma limitada. A Comuna liga-se a Luanda por uma estrada asfaltada de boa qualidade, que também atravessa a Comuna da Munenga. O caminho entre Calulo e Cabuta, por sua vez, possui asfalto em apenas quatro quilômetros até a área em que está localizado o pequeno aeroporto do município. O restante do caminho é todo em terra semelhante ao caminho que conecta Calulo ao Quissongo e seriamente comprometido no período de chuvas, entre outubro e maio.

Em relação à educação, as escolas primárias e secundárias estão presentes apenas na Comuna do Calulo, sendo que no restante do município aplicam-se programas de alfabetização e há alguns poucos postos escolares. Essa quadro refletirá diretamente nas questões de ensino da língua portuguesa em um ambiente que notadamente atesta a presença de outras línguas – em especial o quimbundo para o Libolo. Abordaremos a questão linguística do município no capítulo 2.

1.3. Síntese do Capítulo

Neste capítulo, dividido em duas partes, foi apresentado um panorama da história de Angola a partir da chegada dos portugueses ao continente africano, no contexto das Grandes Navegações, e o primeiro contato com o Reino do Congo no século XV. Destacamos, também, a missão de Paulo Dias de Novais e o início da expansão das possessões portuguesas com a conquista militar das regiões do vale do rio Cuanza, a colonização direta de Angola e a fundação da cidade de São Paulo da Assunção de Luanda, em 1576. Em relação ao período compreendido entre os séculos XVII e XVIII, mostramos a supremacia portuguesa em território angolano e a consolidação do tráfico de escravos como força motriz das relações econômicas de

[18] Quadro adaptado de Figueiredo & Oliveira (2013: 122-123)

Portugal, assim como o encerramento das atividades escravagistas no século XX. Finalizamos essa primeira parte com uma breve apresentação do surgimento dos movimentos nacionalistas e como se deu a independência do país em 1975.

A segunda parte do capítulo foi dedicada ao município do Libolo e iniciamos com a presença dos portugueses no Reindo do Ndongo em 1559 comandados por Paulo Dias de Novais com propósitos mercantis. Posteriormente, enquanto os portugueses dominavam a costa, a ocupação do interior angolano era feita pelos *jagas*. Durante praticamente três séculos, o interior angolano permaneceu intocável pela presença portuguesa e esse quadro seria revertido apenas em meados do século XIX dentro do contexto da tomada colonial da África pelas grandes potências europeias e a necessidade de uma ocupação mais efetiva de todo o território. Especificamente no caso do Libolo, essa ocupação deu-se a partir de 1840, culminando com a instalação da Missão Católica de Santo Antônio de Calulo, no ano de 1893, pouco mais de 50 anos depois.

Apesar dos conflitos entre nativos e portugueses que resultou em algumas disputas e intervenções militares, mostramos que o município viveu um período de paz até o momento da independência do país. Esse período foi interrompido, no entanto, quando da disputa interna de partidos nacionalistas pela tomada do poder e da guerra civil que se iniciou e que se fez presente no município. Terminamos o capítulo apresentando algumas informações socioeconômicas atuais do município.

CAPÍTULO 2
A SITUAÇÃO LINGUÍSTICA – DO PLURILINGUISMO ANGOLANO AO MUNICÍPIO DO LIBOLO

O continente africano, além de sua imensidão geográfica, é um espaço que concentra uma grande diversidade étnica e, consequentemente, linguística. Angola também é o reflexo dessa variedade de povos e de plurilinguismo formando um quadro de cerca de trinta línguas diferentes faladas no território[19]. Destaca-se, também, nesse quadro de plurilinguismo, o município do Libolo, objeto de estudo de nossa tese.

Neste capítulo, na seção (2.1.) iniciamos nossas considerações acerca da situação linguística do país, destacando o plurilinguismo que se nota em África e que também se estende à Angola. Em (2.2.) o foco de nossa exposição é a língua portuguesa e o seu estatuto e papel social ao ser considerada a língua oficial de Angola. Seguimos em (2.3.) com as considerações acerca da situação linguística do município do Libolo. Finalmente, a seção (2.4.) é dedicada a revisão de alguns trabalhos que contemplam a língua portuguesa falada em Angola e que já apontam para características linguísticas específicas em relação ao padrão europeu.

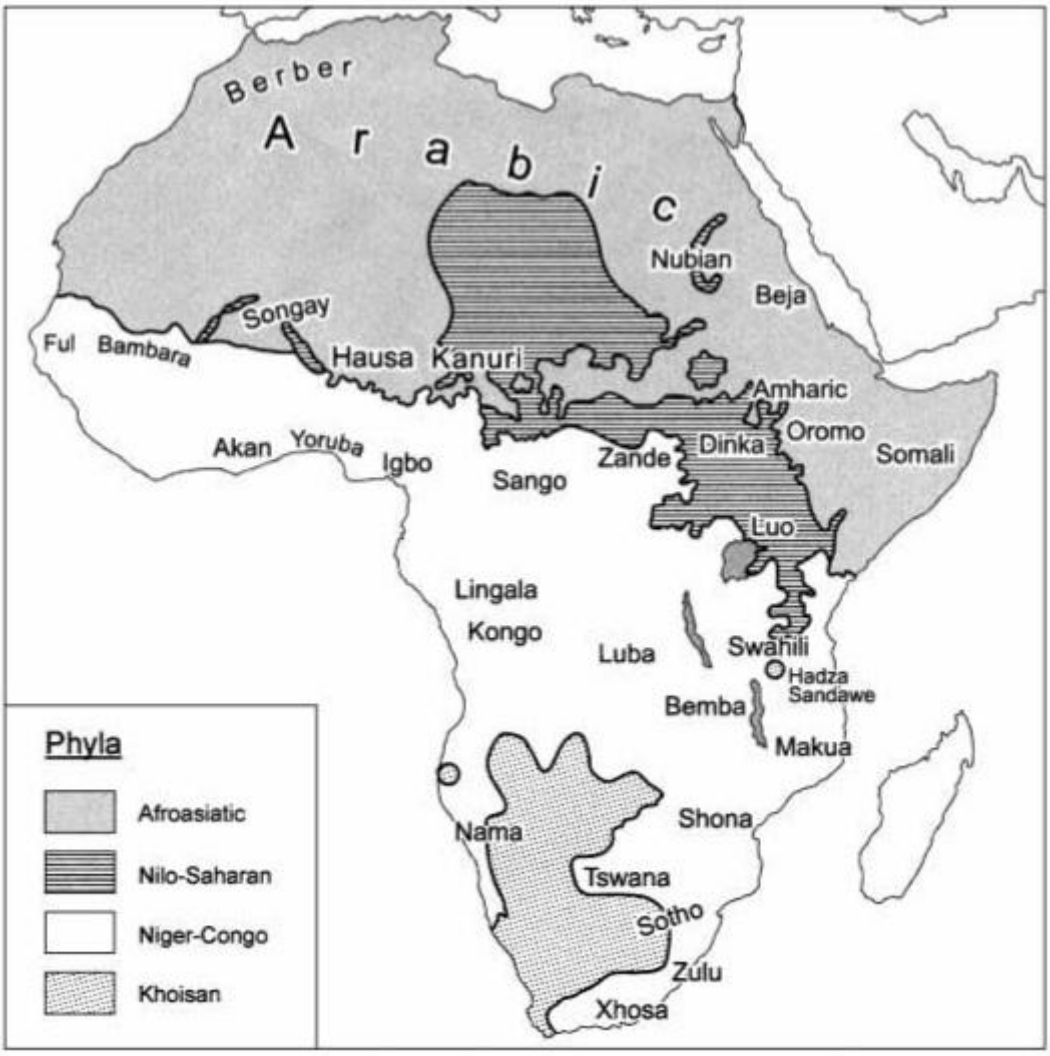
2.1. O plurilinguismo em Angola

Das línguas faladas no mundo, a África detém quase um terço desse total somando cerca de duas mil línguas, de acordo com o levantamento apresentado em *Ethnologue* (2013)[20], divididas em quatro grandes troncos ou filos: o nigero-congolês, o afro-asiático, o nilo-saariano e o coissan (HEINE & NURSE, 2000: 2).

Para o nosso trabalho, interessa-nos destacar o tronco nigero-congolês que é o mais vasto geograficamente e o que possui maior número de falantes. Esse tronco é formado por nove famílias linguísticas, sendo a família benuê-congolesa a que apresenta a maior quantidade de línguas e falantes, subdividida em onze subfamílias, sendo que dez estão situadas principalmente na Nigéria: defóide, edóide, nupóide, idomóide, ibóide, cross-river, cainji, platóide, tarocóide e jucunóide. A décima-primeira subfamília, bantóide, está subdividida em dois ramos: bantóide do norte, com línguas da parte leste da Nigéria e oeste de Camarões; e bantóide do sul, com diversos subgrupos, sendo o banto o principal deles, formado por centenas de línguas entre o sudeste da Nigéria e do Chade até a ponta sul da África, incluindo, portanto, o território angolano[21].

---

[19] Lewis, Simons & Fennig (2013).
[20] Ibidem.
[21] Remetemos o leitor à leitura de Bonvini (2008: 22-26) para uma explanação dos quatro troncos ou filos. Aqui, destacamos, de maneira breve, o tronco *nigero-congolês* para introduzir o leitor na questão



MAPA 4 – Filos Linguísticos da África e Principais Línguas (Heine & Nurse, 2000: 2)

O grupo linguístico banto constitui o grande contingente populacional de Angola e reparte-se por grupos linguísticos que variam em força numérica e que acentuam a existência de relações entre etnia, língua e cultura (REDINHA, 2009: 18-19). A distribuição dos grupos étnicos no país delimita os agrupamentos etnolinguísticos e explicita a diversidade linguística angolana, conforme aponta um dos trabalhos pioneiros de Redinha (2009)[22] para o mapeamento e estudo etnológico de Angola[23]:

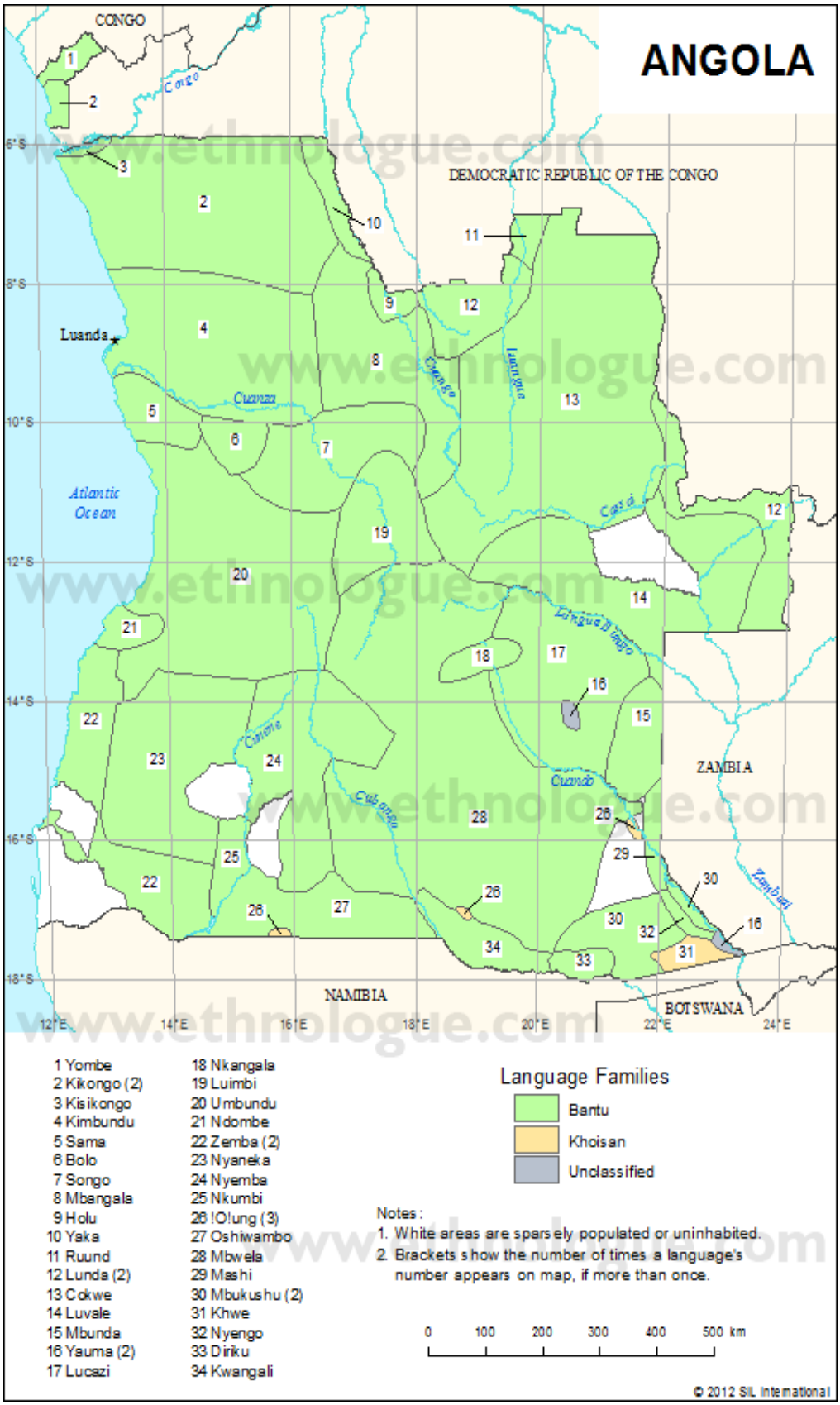
linguística de Angola. Salientamos que esse tronco não é o único que se faz presente no território angolano, conforme apontaremos no mapa linguístico do país. O tronco *coissan* também faz parte do inventário linguístico de Angola.

[22] A obra de Redinha *Etnias e Culturas de Angola* foi lançada em 1974 e a edição mais recente dessa obra, de 2009, é a que usamos em nosso trabalho.

MAPA 5 – Distribuição dos Grupos Étnicos e Agrupamentos Etnolinguísticos (Redinha, 2009).

O mapa apresentado por Redinha (2009)[24] destaca apenas os nove grupos étnicos do grupo linguístico banto em Angola. Lembramos o leitor que no sul do país encontram-se falantes do tronco linguístico coissan conforme é mostrado no mapa da distribuição das línguas em Angola[25]:

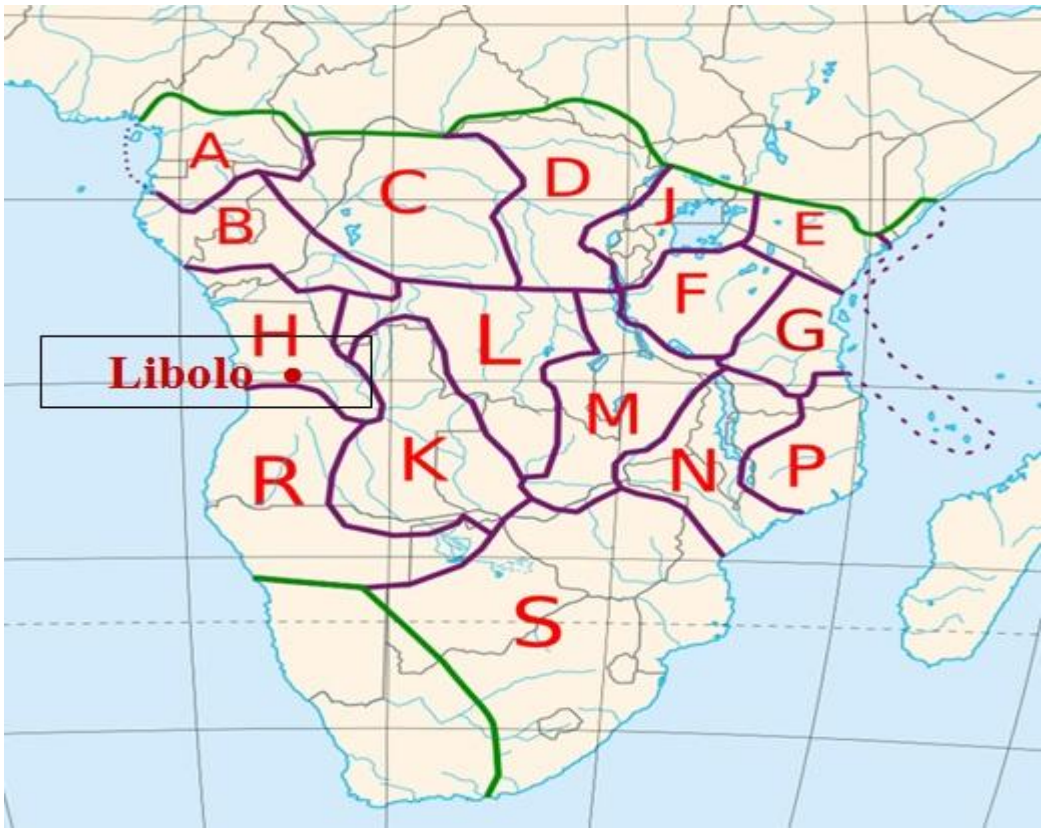
[23] O termo 'província' presente no mapa de Redinha deve ser lido dentro do contexto colonial como uma divisão administrativa pertencente a Portugal e também como o Estado Novo Português designava suas colônias.
[24] Na obra em questão, o mapa é apresentado ao leitor em página sem numeração.
[25] Lewis, Simons & Fennig (2013).



MAPA 6 – Línguas de Angola (Lewis, Simons & Fennig, 2013).

O mapa (6), acima, ilustra a grande variedade linguística de Angola com a predominância de línguas banto e a presença de uma língua coissan. Além das línguas desses dois troncos linguísticos, a língua portuguesa também se faz presente no país, tema de nossa próxima seção.

As línguas do grupo banto podem ser classificadas a partir da proposta de Guthrie (1948)[26]. A partir de zonas geolingüísticas, designadas pelas letras do alfabeto (A, B, C, D, E...), temos a sua subdivisão por dezenas (A.10; H.16; M.40; S.40, etc.). Em Angola, temos três zonas linguísticas do grupo banto: H, K e R e o Libolo localiza-se na zona H20:



MAPA 7 – Localização do Libolo na área das línguas bantas (Figueiredo & Santos, 2013)[27].

[26] Guthrie aprimorou a classificação das línguas bantas posteriormente em duas ocasiões: (1953) e (1967-1971). Em Maho (2003) somos apresentados a uma atualização dessa classificação com a introdução de línguas que não constavam anteriormente nos dois trabalhos citados.

[27] Figueiredo, C. F. G. & Santos, E. F. 2013.Construções [FOC + QUE] no Português do Município do Libolo. *Encontro Conjunto do XIV Congresso Anual da ACBLPE*. Comunicação Oral – Slide 7. Adaptado.

O plurilinguismo angolano, característico de muitos países africanos, associa às línguas estatutos e funções diferentes, classificando-as como línguas oficiais, nacionais e veiculares:

(i) Língua oficial: na maioria dos países, é a língua do colonizador europeu;
(ii) Língua nacional: é uma das várias línguas locais que são descritas e normatizadas, normalmente em razão de sua extensão geográfica e número de falantes, para serem ensinadas na escola e se tornarem língua oficial;
(iii) Língua veicular: é uma língua nacional que estabelece a comunicação entre indivíduos de línguas diferentes e, em alguns casos, de países diferentes.

Em Angola, a língua portuguesa é a única com estatuto de língua oficial, sendo utilizada pelos órgãos oficiais do Estado e no ambiente escolar. Das línguas majoritárias, o governo decidiu atribuir o estatuto de línguas nacionais às línguas umbundo (a mais falada no país), quimbundo (2ª língua mais falada), quicongo (3ª língua mais falada) chôcue, ganguela, cuanhama (resolução nº3/87 do Conselho de Ministros, publicada em maio de 1987, *apud* MINGAS, 2000: 55). Assim, estas línguas poderiam ser gramatizadas, ou seja, "[...] dotadas de gramática, dicionário e normas ortográficas, recursos indispensáveis para introduzi-las no ensino, para que mais tarde pudessem alcançar as esferas administrativas" (PETTER, 2008: 40).

As línguas veiculares em Angola resumem-se, na maioria dos casos, às línguas nacionais com maior número de falantes, que se sobrepõem em um ambiente em que se têm falantes de outras línguas, mas em número menor. No município do Libolo, por exemplo, há falantes da língua lingala[28] e que também fazem uso da língua quimbundo em alguns contextos de comunicação.

A classificação das línguas a partir de seus estatutos e funções mostra a complexidade da situação linguística em Angola, e também em África, que "[...] obriga a uma complementaridade das línguas. Não há saída com uma só língua e a tal complementaridade encontra-se a diferentes níveis e é ditada pelo contexto linguístico" (KUKANDA, 2000: 110). Essa complementaridade entre as línguas também deve ser

[28] O lingala é uma língua de contato e veicular falada principalmente na República Democrática do Congo (RDC) e que tem seu uso atestado no norte de Angola e nas províncias que fazem fronteira com a RDC. Esse uso crescente do Lingala torna-o, de certa forma, uma língua angolana (ARAÚJO, 2014: 166).

estendida para as demais línguas angolanas, o que levaria a um maior conhecimento da realidade e diversidade linguística do país para além das seis línguas nacionais.

Os estudos acerca das variedades das principais línguas faladas em Angola ainda são incipientes e dessa forma ainda não há um quadro da distribuição dessas variedades linguísticas nas áreas urbanas e rurais. O conhecimento mais extenso das línguas africanas de Angola "[...] é um ponto crucial para a efetivação de ações de política no país e, portanto, o trabalho de descrição e documentação linguística são etapas iniciais primordiais" (ARAÚJO, 2014: 166).

2.2. A Língua Portuguesa em Angola

A presença da língua portuguesa em Angola está diretamente relacionada à chegada dos portugueses em território africano e ao processo de colonização empreendido entre os séculos XV e XX conforme abordamos no capítulo 1.

Desde a chegada dos portugueses ao Reino do Congo, houve o contato da língua portuguesa com as línguas faladas pelos povos africanos distribuídos pelo território angolano. Esse contato, a princípio, não diminuiu o uso dessas línguas. Entre 1620 e 1750, o quimbundo, por exemplo, aparece como a língua mais usada em Luanda devido ao "[...] estabelecimento de uma elite afro-portuguesa que viria a ocupar os principais cargos da administração pública nos centros urbanos e a agir no interior como capturadora de escravos, protectora das rotas comerciais e mantedora da paz" (VENÂNCIO, 1996: 51 apud INVERNO, 2009: 89). Os portugueses, contudo, procuram impedir a "africanização" cultural e linguística da elite afro-portuguesa e impõem medidas legislativas a favor da língua e culturas portuguesas (NZAU, 2011: 94), resultando no decreto de 1765 do governador Sousa Coutinho que buscava diminuir o uso das línguas africanas para o ensino dos filhos dessa elite emergente.

No século XX, o português torna-se a língua mais falada em Angola por conta do aumento do número de colonos portugueses no país e também por conta do desenvolvimento dos centros urbanos angolanos, resultado do cenário que já se desenhava no século XIX com o plano de dominação e colonização efetiva do interior do território, conforme apontamos no capítulo 1 – ver seções (1.1.) e (1.2.). No início do século, por exemplo, a efetivação da língua portuguesa em território angolano ocorre em 1921, com o Decreto n°77 do então Governador Provincial de Angola Norton de Matos.

A partir desse Decreto, as escolas missionárias eram obrigadas a ensinar apenas a língua portuguesa, proibindo-se o ensino de línguas africanas e estrangeiras (ZAU, s/d).

É a partir da segunda metade do século XX, contudo, que temos a generalização da língua portuguesa em Angola, pois, na visão do governo colonial, as línguas locais africanas, "devido à sua multiplicidade, constituíam um sério obstáculo à unidade, enquanto que o português era a língua da cultura e da tecnologia" (MIGUEL, 2003: 26).

A generalização da língua portuguesa em Angola reflete a política do monolinguismo praticada pelos portugueses. Para Monteagudo (2012: 48-50), guardadas as devidas especificidades, Portugal em sua transformação de velho estado proto-nacional para estado-nação aplicou o modelo napoleônico: *um estado > uma nação > uma língua*. Nesse modelo, a "[...] política dos estados nacionais se orientou à uniformização linguística das populações mediante a imposição da língua nacional, de outra parte, a própria língua nacional foi sujeita a uma série de profundas intervenções tendentes à estandardização [...]" (MONTEAGUDO, 2012: 51).

Uma das formas de imposição da língua portuguesa aos angolanos estava em dividi-los em dois subgrupos: os "assimilados" e os "indígenas". Os "assimilados" eram indivíduos que possuíam certo domínio da leitura e da escrita em português e convertiam-se ao catolicismo sendo divididos em assimilados "passivos" e "ativos" conforme o grau de assimilação da cultura portuguesa.

Os assimilados "passivos" eram alienados a ponto de não assumirem a cultura e história do povo angolano nem as suas condições de africanos pois consideravam-se brancos. Os "assimilados" ativos apropriaram-se de tudo o que lhes foi possível apreender da cultura africana para que libertassem o povo e o país da dominação colonial utilizando-se da língua do colonizador como ferramenta de denúncia contra o colonialismo português através de jornais, da literatura militante e revolucionária e atividades políticas (MINGAS, 2000: 46). Para os filhos dos "assimilados" era dado o direito de frequentarem a escola junto às crianças portuguesas, assim como obter a nacionalidade portuguesa.

Os "indígenas" eram definidos a partir do seguinte decreto[29]:

Decreto-Lei n° 39 666

> *Art. 2º Consideram-se indígenas das referidas províncias os indivíduos de raça negra ou seus descendentes que, tendo nascido ou vivendo habitualmente nelas, não possuam ainda a ilustração e os hábitos individuais e*

[29] *Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique*. Diário do Governo, 1ª série, número 110, Lisboa, 1954.

sociais pressupostos para a integral aplicação do direito público e privado dos cidadãos portugueses.

§ único. Consideram-se igualmente indígenas os indivíduos nascidos de pai ou mãe indígena em local estranho às Províncias, para onde os pais se tenham temporariamente deslocado.

A condição de "indígena" não era definitiva. Os indivíduos desse grupo podiam adquirir o estatuto de "assimilados" após a realização de um exame aplicado pelo administrador do bairro. O exame era uma ferramenta para que o angolano pudesse demonstrar "[...] falar correctamente a língua portuguesa e mostrar que tinha adquirido, no mínimo, a ilustração e os hábitos individuais e sociais dos cidadãos portugueses, em especial, comer à mesa" (MINGAS, 2000: 47).

Em relação à política portuguesa de ensino, "assistia-se igualmente à uniformização dos programas e métodos de ensino na "metrópole" e nos territórios colonizados, justificando-se esta medida como um princípio de igualdade de direitos e de oportunidades" (MIGUEL, 2003: 26). Deste modo, opõe-se a língua portuguesa e as línguas nacionais africanas e nas escolas havia um público que aprendia a língua do colono pela alfabetização direta em português, interrompendo os seus hábitos e tradições linguísticos. Para Miguel (2003: 27), este foi um fator que repercutiu negativamente, pois "ocorreram, com frequência, fenómenos de psitacismo[30] e um baixo rendimento escolar em todas as matérias de ensino".

A língua portuguesa era ensinada desde a escola primária até o ensino secundário, juntamente com o ensino de línguas estrangeiras como o francês, o inglês e o alemão. Ressalta-se, no entanto, que o ensino não era nem gratuito e nem obrigatório, dificultando o acesso da maioria da população à educação e evidenciando "[...] como os Angolanos tinham a possibilidade de mais facilmente conhecer uma língua estrangeira do que uma local [...]" (MINGAS, 2000: 49), já que as línguas africanas não eram contempladas no ensino. Chamamos a atenção do leitor, contudo, para essa observação de Mingas contemplar apenas o contexto escolar de ensino das línguas africanas, desconsiderando que a própria criança já está em contato com a sua língua local (ou línguas locais, a depender do espaço geográfico) no próprio contexto familiar.

De acordo com a escala EGIDS (*Expanded Graded Intergenerational Disruption Scale*), elaborada por Lewis & Simons (2010), que estabelece os critérios de avaliação

[30] Estado patológico que consiste em acumular palavras e construir frases ocas de sentido, que se fixam e repetem.

da vitalidade das línguas, o quimbundo ngoya, por exemplo, encontra-se no nível 6/10, classificando-o como língua de uso na comunicação face a face por todas as gerações de falantes, sendo uma língua, portanto, estabilizada e sustentável (LEWIS & SIMONS, 2010).

No período pós-independência, inicia-se o debate acerca da valorização das línguas nacionais e de uma política linguística no país. De acordo com Miguel (2008: 38), o governo começa a implementar medidas afirmativas para as línguas locais, ao mesmo tempo que, em 1975, é reconhecido "o valor e a importância da Língua Portuguesa, como fator de unidade nacional. O País, com uma situação sociocultural complexa, caracterizada por uma multiplicidade linguística, encontrou, nesta medida, a opção capaz de garantir essa unidade". Ratifica-se, assim, o português como única língua que, de fato, abrange todo o território angolano e a dificuldade de se colocar em prática uma política linguística que contemple, a princípio, as seis línguas nacionais, conforme mostramos na seção (2.1.).

Outros fatores que concorreram para a inviabilidade do ensino e da promoção das línguas locais foram a ausência de uma padronização oficial e sistemas ortográficos dessas línguas africanas e a escassez de professores e matérias didáticos específicos. Para Miguel (2008: 39), "[...] votadas ao ostracismo, as línguas angolanas tiveram uma divulgação restrita, sendo a sua exploração científica quase nula. Deste modo, elas não dispunham dos pressupostos intralinguísticos e materiais para serem adoptadas como veículos de ensino". Não é reconhecido, segundo a autora, "nenhum valor funcional" para essas línguas.

A língua portuguesa é adotada, portanto, como veículo de ensino e a ela é atribuída "[...] papéis transcendentes como o de ser língua oficial e língua de escolaridade, o que a catapultou para uma posição privilegiada, pois a extensão do seu uso fez/faz suplantar, em todos os domínios, sobretudo os públicos, o uso das outras línguas angolanas" (MIGUEL, 2008: 39). Para a mesma autora, o ensino em línguas africanas não deverá ultrapassar as primeiras classes, num período de curto a médio prazo, mesmo com a implementação, em 2005, do projeto *Estratégias de Inserção das Línguas Nacionais no Ensino Primário* que busca um sistema escolar bilíngue no país. O veículo de ensino continuará a ser a língua portuguesa, reconhecendo-a como língua nacional. Para Miguel (2008: 40):

> *Ao adoptarmo-la como língua oficial, tomamo-la como elemento de identidade do povo e da nação angolana. Por outro lado, ao ser obrigatória para todas as acções próprias da relação dos cidadãos com o Estado e vice-versa, ela torna-se a língua segunda para muitos angolanos, sendo já materna de tantos outros. Já não se trata, por conseguinte, de uma língua estrangeira, pois, quando nos apropriamos dela, modificamo-la, adaptamo-la à nossa mundividência, submetemo-la às nossas necessidades comunicacionais, em consonância com a nossa idiossincrasia. Necessariamente, inevitavelmente, está a ficar impressa nela, a nossa angolanidade. A Língua Portuguesa está a angolanizar-se como, também, já se abrasileirou.*
>
> (Miguel, 2008: 40) – os grifos são nossos.

Em Angola, a situação da língua portuguesa foi de um cenário favorável para um uso, de certa forma, marginal em relação ao padrão europeu da língua. De acordo com Miguel (2008: 41), os pontos a seguir definiam a situação do português no país:

- convívio com numerosas línguas africanas angolanas;
- aquisição do português como língua segunda, em muitos casos, em situação informal, através da imersão no meio linguístico;
- deficiência na preparação dos professores que, em sua maioria, não detinham o domínio da norma padrão;
- escolaridade feita em língua portuguesa desde os primeiros anos, mesmo que os alunos não falassem esta língua ao ingressar na escola.

Para Nzau (2011: 62), o português falado em Angola é uma confluência de elementos:

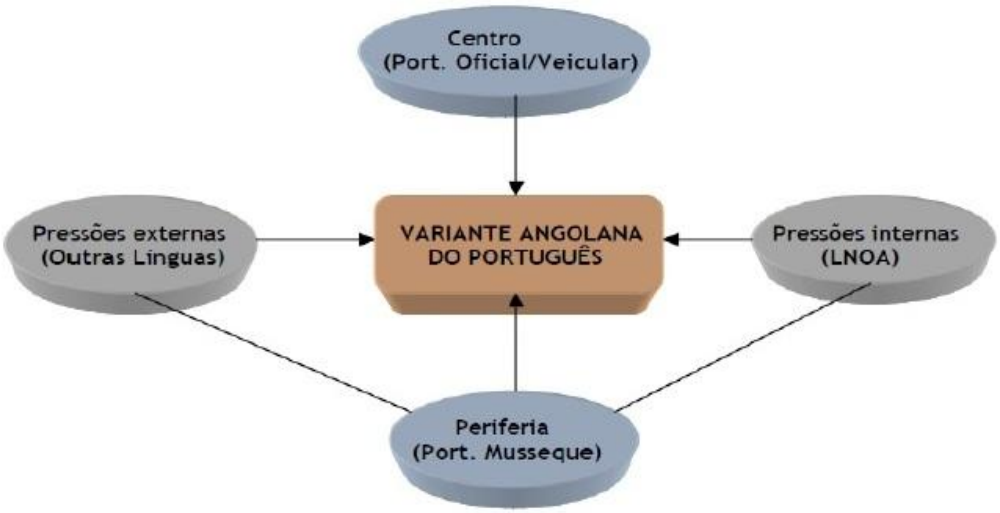


FIGURA 1: Elementos da formação da Variante Angolana de Português (Nzau, 2011).

Segundo Nzau, no português angolano há uma incorporação de traços do português oficial/veicular, mais próximo de uma norma culta e do padrão europeu, e do português da periferia de Luanda, representado pelo que se convencionou chamar de português (linguagem) do musseque e também pela língua portuguesa falada nas zonas rurais. Vale ressaltar que ao colocar esses elementos presentes na Figura 1 como definidores da formação da variante angolana do português, Nzau (2011) toma o português falado em Luanda como o padrão ou norma que define a língua portuguesa no país. Ao tomar o português falado em Luanda como a (única) variante angolana, desconsidera-se, portanto, a diversidade linguística do país e a possibilidade de variação de registros para uma mesma língua.

A linguagem dos musseques é um fenômeno urbano tipicamente angolano formado a partir do século XIX, nos bairros pobres de Luanda. O caráter popular dos musseques também é reforçado por Figueiredo (a sair) ao afirmar que "[...] os festejos de Carnaval em Angola têm a sua raiz nos "mussekes" de Luanda, que se assemelham às favelas do Brasil, e iniciaram há mais de um século [...]". Linguisticamente, a linguagem dos musseques é uma "variante mais ou menos coerente do português com particularidades lexicais e morfossintácticas, em consequência do contacto entre as línguas nacionais e a língua portuguesa" (ENDRUSCHAT, 1990: 65).

Nos últimos anos, importantes trabalhos foram desenvolvidos com o objetivo de descrever a língua portuguesa em Angola, tanto dos centros urbanos como das zonas interioranas, a partir de diferentes abordagens teóricas para os mais diversos fenômenos

linguísticos. O incentivo à pesquisa linguística é uma das medidas que se impõe para que se tenha, de fato, uma descrição e análise da língua portuguesa falada pelos angolanos e a extensão do seu uso, permitindo que se esteja "[...] em condições de se definirem os aspectos que poderão vir a configurar a variedade do Português de Angola" (MIGUEL, 2008: 47) – o grifo é nosso. Remetemos o leitor à seção (2.4.) para uma breve exposição de alguns trabalhos que abordam questões linguísticas do português angolano.

2.3. Características linguísticas do Libolo

Para o município do Libolo ainda não há disponível um levantamento oficial acerca da sua situação linguística. Ressaltamos que Angola realizou seu primeiro censo pós-independência apenas em 2014 e os resultados preliminares, publicados em setembro do mesmo ano, apontam apenas para a questão do número de habitantes e a distribuição por sexo no território angolano. No entanto, a pesquisa realizada em campo, a partir do *Projeto Libolo* em julho de 2013, e trabalhos recentes como os de Figueiredo & Oliveira (2013) e Araújo (2014) possibilitam destacar algumas informações de cunho linguístico sobre o município.

Os habitantes do Libolo são, em sua maioria, do grupo étnico ambundo falantes de quimbundo como L1, variante libolo. A região também coincide com zonas de falantes de outras variantes do quimbundo – kissama e kibala – e da língua songo, além de confluir com circunscrições ovimbundo, falantes de umbundo, pertencentes à zona linguística banta R11(FIGUEIREDO & OLIVEIRA, 2013: 118-119).

MAPA 8 – Regiões ambundo/ língua quimbundo e indicação da área da variante libolo (Figueiredo & Santos, 2013)[31]

Ao realizarmos a viagem de campo ao município, no âmbito do *Projeto Libolo*[32], notamos, em alguns inquéritos, a referência à língua ngoya quando perguntávamos sobre a variedade de quimbundo falada por nossos informantes. Para Angenot, Ndonga & Ribeiro (2011: 253-254):

> *[...] o kibala - ou kibala-ngoya - é um falar bantu de Angola não-documentado em uso no centro da província de Kwanza Sul, numa área relativamente extensa cujas principais localidades são Kibala, Ebo, Wako Kungo, Assango, Cabela, Condé, Quilenda e Mussende*[33].
> *É propositalmente que recorremos à denominação "falar" ao referirmos ao kibala na medida em que paira alguma incerteza sobre a questão de saber se é uma variante dialetal assaz distante da língua kimbundu [H21], uma língua autônoma dentro do grupo kimbundu [H20] ou – a*

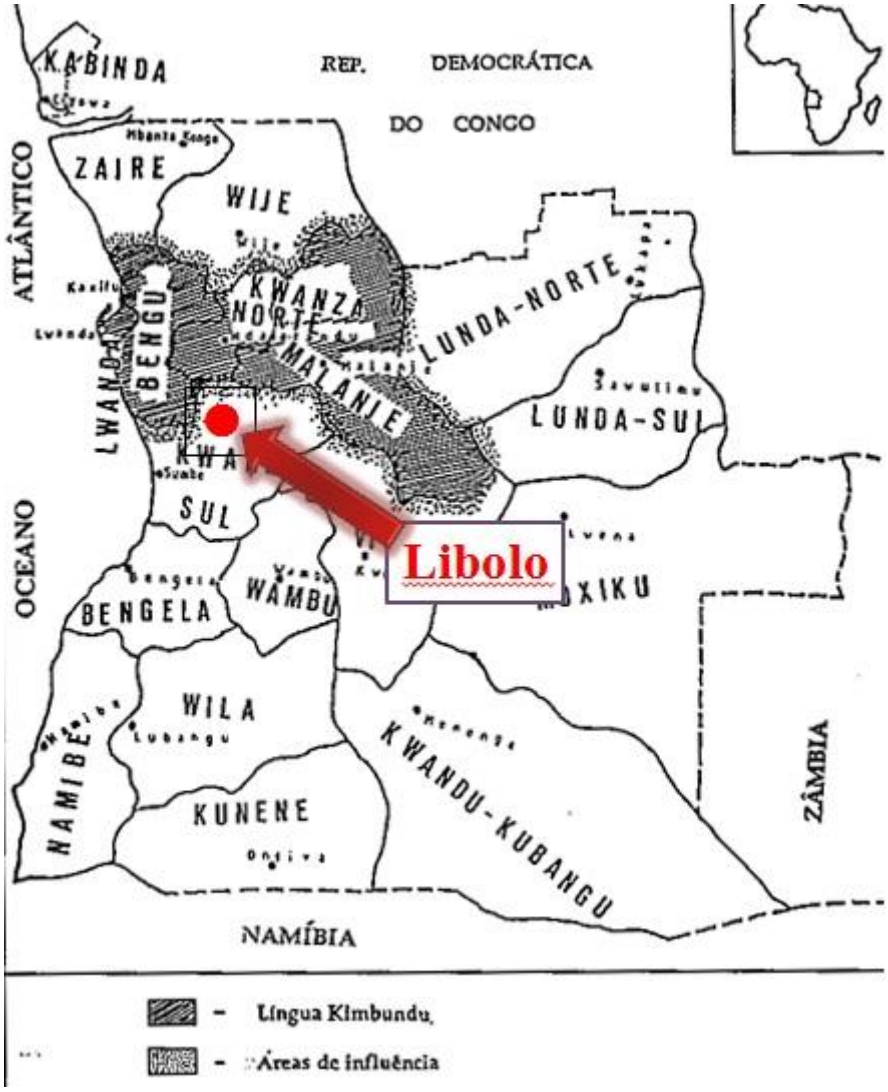
[31] Figueiredo, C. F. G. & Santos, E. F. 2013.Construções [FOC + QUE] no Português do Município do Libolo. *Encontro Conjunto do XIV Congresso Anual da ACBLPE*. Comunicação Oral – Slide 8. Adaptado.

[32] Remetemos o leitor ao capítulo 3 em que se encontra uma maior explanação acerca da viagem de campo ao município dentro do escopo do "Projeto Libolo".

[33] Figueiredo (a sair) chama a atenção para o fato de os autores, por algum lapso, terem grafado Cabela no lugar de Gabela e Condé no lugar de Conda. Segundo o autor, não há conhecimento em Angola de qualquer região denominada Condé. A zona da Cabela, no entanto, se localiza na Província do Uíge – norte do país – com falantes da língua quicongo.

priori por que não –do grupo umbundu [R10], ou se se trata de um falar híbrido de transição entre as zonas tipológicas H e R do domínio bantu.

Segundo Figueiredo & Oliveira (2013: 119), parte dos limites das fronteiras do Libolo estabelecem isoglossas etnolinguísticas entre ambundos e ovimbundos, o que justifica as falas de nossos informantes quando dizem ser falantes de ngoya, dando origem a uma "área de influência", como podemos observar no mapa abaixo:



MAPA 9 – Limites fronteiriços do quimbundo e a localização do Libolo (Figueiredo & Santos, 2013)[34].

[34] Figueiredo, C. F. G. & Santos, E. F. 2013.Construções [FOC + QUE] no Português do Município do Libolo. *Encontro Conjunto do XIV Congresso Anual da ACBLPE*. Comunicação Oral – Slide 9. Adaptado de Mingas (2000).

Outra língua mencionada por alguns de nossos informantes como falada no Libolo é o lingala, conforme já apontamos na seção (2.1.). O lingala é a língua materna da região noroeste da República Democrática do Congo (RDC), sendo usada também como língua de comunicação no resto do país, e de uma grande parte da República do Congo. No contexto de Angola, o lingala foi a língua usada pelos refugiados angolanos e seus descendentes durante a Guerra Civil. Ao retornarem, no entanto, muitos não utilizavam mais a língua e passaram a aprender o português e as demais línguas nativas de Angola. Hoje, o contexto da presença do lingala dá-se pela presença de pequenos comerciantes sazonais.

O panorama das línguas africanas no Libolo aponta, portanto, para o quimbundo como a principal língua do município. A língua portuguesa no Libolo tem estatuto de língua oficial. É a língua ensinada nas escolas e a língua presente nos meios de comunicação e dos órgãos oficiais do município.

Em relação à educação das quatro comunas, apenas em Calulo há uma maior quantidade de escolas em funcionamento, inclusive com instituições privadas, destacando-se a Missão Católica. Nas demais comunas (Cabuta, Munenga e Quissongo), fatores como a precariedade das estradas dificultam o deslocamento dos habitantes, considerando a distância entre os principais bairros e as escolas, o que gera um desestímulo para a participação de crianças e jovens no ambiente escolar. Soma-se, ainda, a falta de professores para lecionar e a baixa remuneração desses profissionais da educação (FIGUEIREDO & OLIVEIRA, 2013: 123).

A presença da língua portuguesa no Libolo, apesar das dificuldades mencionadas em relação ao seu ensino formal, evidencia que seu uso já se torna comum em outras partes do país, deixando de ser uma exclusividade do meio urbano e elitista para adentrar o mundo real e massificar o seu uso. Segundo Nzau (2011: 113):

> "[...] este clima não remete apenas para um carácter irreversível de expansão territorial, como também pela outras reflexões que envolvem questões tais como a naturalização, nacionalização linguísticas e democratização do ensino
>
> (NZAU, 2011: 113)

A expansão territorial do português mostra que, ao contrário dos centros urbanos que já possuem falantes de português como língua materna, portanto, L1, no Libolo há um ambiente em que se percebe a língua portuguesa como L2 da maioria de seus

falantes e apenas recentemente um cenário em que temos a língua como L1 entre as crianças e jovens.

Para Figueiredo & Oliveira (2013: 125):

> *[...] linguisticamente, com a acentuação do isolamento pós-independência, não surpreende que o sistema da interlíngua L2 dos habitantes do Município, que tinha incorporado substanciais traços morfossintáticos da L1 quimbundo, se continue a preservar geracionalmente, marcando presença forte no PLb* (português do Libolo) *L1 tanto de falantes bilingues como de monolingues.*

Um exemplo dessa especificidade do português falado no Libolo é a fala de uma informante que possui o quimbundo como L1 e a incorporação de traços dessa língua numa interação em português, sua língua L2:

(01) INF: agora mais tarde tá a falar: "não você és minha mãe." Era **ca**moço mesmo é moço só tipo *memo* Nati
DOC: eh
INF: é moço tipo Nati tá a falar: "pronto assim *memo* és minha mãe tás na idade da minha mãe." Só gritei e falei: "tá bem *mo* filho obrigado."
[DALLAM5]

(02) INF: hum ele já é **ca**velho também não quero mais filhos
DOC: ah está bem
INF: ele já envelheceu memo
[DALLAM5]

Nos dados (01) e (02), ao lado dos itens *moço* e *velho*, a informante realiza um prefixo da classe 10 do quimbundo que reúne os diminutivos desta língua[35]. No singular, o diminutivo em quimbundo é realizado com o acréscimo do prefixo *ka* e no plural, *tu*. Assim, em (01), ao referir-se ao 'moço' bem novo – mocinho – a informante valeu-se do prefixo de sua língua materna, para expressar essa ideia, e temos, desse modo, *camoço*. O mesmo ocorreu em (02), com *cavelho*, para expressar que seu companheiro já é um "velhinho".

Os estudos sobre a variedade do português falado em Angola tornam-se, desse modo, importantes para que se delimitem os diferentes fenômenos linguísticos e as especificidades , de possíveis traços da língua quimbundo presentes no português L2 e

[35] Os nomes em quimbundo são organizados em um conjunto de classes nominais, em pares, exprimindo a oposição singular/plural, e realizados através de prefixos de concordância que definem o gênero a que pertence um nome, conforme aponta Xavier (2010: 11).

cristalizados no português L1 que possam configurar uma variedade do português de Angola como hoje temos para o português brasileiro e o europeu.

Na próxima seção, faremos um levantamento de alguns trabalhos que contemplam o português falado em Angola, seja no contexto urbano dos centros urbanos, seja no contexto das regiões interioranas do país.

2.4. Estudos e projetos de pesquisa sobre o português de Angola

Nesta seção, elencaremos alguns trabalhos linguísticos, como teses e artigos, e alguns projetos de pesquisas desenvolvidos por grupos de pesquisadores que abordam o português de Angola em diferentes perspectivas de análise. Para os estudos, privilegiamos os trabalhos publicados a partir do ano 2000 e seguindo a ordem cronológica de publicação, faremos uma breve apresentação da discussão central de cada trabalho. Em seguida, apresentamos os projetos de pesquisa que estudam o português angolano.

2.4.1. MINGAS, Amélia A. 2000. Interferência do kimbundu no português falado em Lwanda. *Porto: Campo das Letras.*

A partir de um corpus formado por informantes de Luanda e escritores angolanos, a autora busca delimitar as interferências de origem quimbundo que caracterizariam a língua portuguesa dessa província. Após uma apresentação de fatos históricos e sua relação com aspectos sociolinguísticos de Angola, as interferências são apontadas em dois níveis: as interferências lexicais (incluída a interferência fônica) e as interferências morfossintáticas. Há uma seção, também, para a lexicalização dos empréstimos. A conclusão da autora é de que o português, mais do que o quimbundo, sofreu um nível mais elevado do fenômeno da interferência e chama a atenção para que se continuem os estudos acerca do contato de línguas em Angola.

2.4.2. MIGUEL, Maria Helena. 2003. Dinâmica da pronominalização no português de Luanda. *Luanda: Editorial Nzila.*

O emprego dos pronomes pessoais no português falado em Luanda é o foco desse trabalho em que se utiliza de um corpus formado por fontes orais e escritas. Primeiro, a autora discorre sobre alguns aspectos da situação linguística de Angola e das políticas linguísticas durante os períodos colonial e pós-independência. A língua

portuguesa no sistema de ensino angolano também é contemplada no texto. Para Miguel, a pronominalização no português de Luanda apresenta desvios em relação à norma europeia e, portanto, ao padrão oficial do português de Angola. O desvio no emprego dos pronomes pessoais no português de Luanda é mais acentuado quanto mais baixo for a escolaridade do falante; os desvios estão nos níveis de seleção e de colocação desses pronomes, além do uso de formas que a norma padrão não prevê; e o substrato linguístico permite algumas realizações no emprego dos pronomes pessoais, proporcionalmente a escolaridade dos falantes. A autora também chama a atenção para a continuidade dos trabalhos que privilegiem a língua portuguesa de Angola para que se chegue a uma variante angolana, de fato.

2.4.3. CHAVAGNE, Jean-Pierre. 2005. La langue portugaise d'Angola: étude des écarts par rapport à la norme européenne du portugais. *Tese de doutorado. Université Lumière Lyon 2.*

Conforme o próprio nome da tese indica, o trabalho contempla os desvios, em relação à norma europeia do português, presentes no português angolano. A partir de um *corpus* oral composto de entrevistas e de material coletado da mídia, como programas de rádio e televisão, e de um *corpus* escrito, formado por textos literários, jornalísticos e e-mails, Chavagne constrói seu trabalho de descrição dos desvios fonético-fonológicos, morfossintáticos e lexicais do português de Angola. Ao final, além da *corpora* utilizada na tese, há um anexo constituído do levantamento de termos presentes no léxico do português angolano. De forma geral, o autor também conclui que o português de Angola afasta-se do português de Portugal.

2.4.4. LIPSKI, John. 2008. Angola e Brasil: vínculos lingüísticos afro-lusitanos. Veredas, *n°9, p.83-98.*

A proposta de Lipski é apresentar os principais pontos de convergência entre as variedades vernaculares angolanas, especificamente, a linguagem dos musseques e brasileiras do português, tendo como objetivo o debate sobre os contatos linguísticos luso-africanos. Para o autor, a hipótese africanista do português brasileiro torna-se aceitável quando são levadas em conta as variedades populares do português angolano, como por exemplo, a linguagem dos musseques. Lipski destaca a importância dos dialetos angolanos e a formação que eles tiveram a partir do contato com as línguas africanas presentes na formação do português brasileiro, como o quicongo e o

quimbundo. Os pontos de convergência analisados pelo autor são: os sintagmas nominais plurais "nus"; o emprego da terceira pessoa singular como verbo invariável; a negação dupla; as perguntas *in situ*; os artigos definidos nulos e, por fim, as vogais paragógicas. A conclusão de Lipski é a correspondência entre alguns pontos do português vernacular do Brasil e o português dos musseques de Angola. Essa correspondência, segundo o autor, parece ter sua origem quer na gramática universal quer no contato do português com as línguas africanas, ratificando a necessidade dos estudos acerca das variedades portuguesas africanas como uma das formas de se apontar as origens do português brasileiro e a reciprocidade do contato de línguas, com a transmissão de traços linguísticos entre África e Brasil e as configurações criadas por causa de fatores universais da aquisição de uma segunda língua.

2.4.5. PETTER, Margarida Maria Taddoni. 2008. Variedades linguísticas em contato – português angolano, português brasileiro e português moçambicano. *Tese de Livre-docência. Universidade de São Paulo.*

O trabalho de Petter privilegia as variedades da língua portuguesa formadas na África (Angola e Moçambique) e no Brasil, destacando as semelhanças nos níveis lexical e morfossintático através do contato do português e um conjunto de línguas do grupo banto. A autora parte da análise do vocabulário básico e o de origem africana compartilhado pelas variedades africana e brasileira da língua portuguesa, considerando que o léxico é o ponto de convergência do contato linguístico. Em seguida, somos apresentados à análise da integração morfossintática do léxico nessas três variedades em estudo. A partir do quadro teórico de Myers-Scotton e o modelo dos quatro morfemas (4-M), evidencia-se como os morfemas são adquiridos numa situação de contato e como as línguas africanas participaram da constituição do português angolano, moçambicano e brasileiro. Os estudos sobre as variedades africanas do português eram norteadas metodologicamente pela comparação com o português europeu tomado como norma padrão e, em alguns casos, com o português brasileiro como variedade que se aproxima de certos fenômenos linguísticos presentes no português africano. O estudo de Petter se destaca pelo ineditismo de confrontar o português angolano, moçambicano e brasileiro e investigar os aspectos que aproximam e distinguem essas variedades, excluindo o foco de análise contrastiva com o português europeu. A autora, desse modo, defende a existência de um *continuum* afro-brasileiro de português.

2.4.6. INVERNO, Liliana Cristina Coragem. 2011. Contact-induced restructuring of Portuguese morphosyntax in interior Angola: evidence from Dundo (Lunda Norte). *Tese de doutorado. Universidade de Coimbra.*

A tese de Inverno propõe uma descrição do cenário sociolinguístico e uma análise da estrutura do sintagma nominal e verbal do português vernacular de Angola falado no Dundo, província de Lunda Norte. A autora realiza, então, uma comparação dessa variedade africana da língua portuguesa com o português europeu e as línguas banto presentes na região, em especial, o chôcue. A partir do modelo de reestruturação parcial de Holm (2004), a autora aponta que o sintagma nominal e verbal do português vernacular de Angola, em geral, e do Dundo, em específico, ao serem comparados com os correspondentes no português europeu de um lado, e as línguas banto e o chôcue de outro, evidenciam que o português do Dundo possui certo número de tendências morfossintáticas que o diferencia estruturalmente do português europeu. Desse modo, o português vernacular do Dundo é incluído no grupo de línguas parcialmente reestruturadas.

2.4.7. FIGUEIREDO, Carlos Filipe Guimarães & OLIVEIRA, Márcia Santos Duarte. 2013. Português do Libolo, Angola, e português afro-indígena de Jurussaca, Brasil: cotejando os sistemas de pronominalização. PAPIA *23 (2), p. 105-185.*

O artigo de Figueiredo & Oliveira é o primeiro trabalho a comparar aspectos histórico-socio-linguísticos de uma região do interior de Angola (Libolo) com uma região do interior do Brasil (Jurussaca) iniciando os trabalhos oficiais de descrição do "Projeto Libolo". O objetivo do trabalho é o cotejo dos quadros pronominais do português falado em Jurussaca, nordeste do estado do Pará, Brasil, e do português do município do Libolo, Cuanza Sul, Angola. Através dessa comparação, os autores chegam a um quadro de semelhanças e diferenças estruturais e concluem que a reestruturação dos sistemas de pronominalização do português de Jurussaca e do Libolo aconteceu geracionalmente por contato linguístico e que esse quadro é importante para se reforçar uma proposta de caráter interétnico para o português de Jurussaca. Traçando um paralelo entre o português brasileiro e angolano, e as diferenças dessas duas variedades com o português europeu, os autores apontam que o português L2 e L1 reestruturado falado pela população angolana apresenta marcas de transferência das línguas de substrato e o ensino tardio da língua portuguesa não foi suficiente para evitar a situação de diglossia linguística que distinguiu o português L2 e L1 reestruturado da

maior parte da população, por um lado, e o português L1 das elites escolarizadas, por outro lado. O projeto de unidade do idioma construída em Portugal, ou monolinguismo, não funcionaria em Angola, e nem no Brasil, como também apontam os dados de Jurussaca, jjá que estamos diante de sociedades marcadas por uma forte estratificação e que "registram contínuos linguísticos bastante marcados, que vão desde as variedades vernáculas presentes nas comunidades rurais isoladas e quase analfabetas até às formas populares urbanas ou cultas (...)" (Figueiredo & Oliveira, 2013: 126).

2.4.8. Projeto Libolo: Município do Libolo, Kwanza Sul, Angola: aspectos linguísticos, histórico-culturais, antropológicos e socioeducacionais.

Coordenado pelos professores Carlos Figueiredo e Márcia Oliveira, o Projeto Libolo, como o nome sugere, pauta pela multidisciplinariedade de atuação. Contando com uma equipe de diferentes pesquisadores do Brasil e do exterior, o projeto busca, através de intervenções diretas, como a primeira pesquisa de campo já realizada em julho de 2013, um alargamento dos estudos no campo da linguística, história e antropologia. Especificamente para a área linguística, destacamos a importância dos estudos da linguística de contato privilegiando a variedade portuguesa do município, assim como uma descrição e estudo da língua quimbundo que ainda se encontra em uso na região. Essa intervenção é de extrema importância para que se possa colocar em pauta os estudos sobre as variedades africanas de português, assim como os estudos das línguas africanas, em específico, o quimbundo para o Libolo.

2.4.9. Projeto de Pesquisa: Mudança de língua em Angola: transmissão, contato e mudança linguística.

Coordenado pela pesquisadora e professora Anna Jon-And, o projeto faz parte das atividades desenvolvidas pelo grupo de pesquisa *Estudos Linguísticos Afro-Latinos* da Universidade de Campinas. O objetivo do projeto é o estudo da mudança de língua (*language shift*) em direção ao português em Angola, focalizando a transmissão linguística inter e intrageracional. O destaque será dado a mudança linguística resultante do contato linguístico intenso em tempo real, considerando a transmissão linguística horizontal e vertical, a interação entre variedades L1 e L2 do português e a influência da forma de aquisição e uso da língua. Análises quantitativa e qualitativa dos dados ajudarão na delimitação dos fatores sociais atuantes na aquisição e uso do português e que apontam para uma estabilidade das alterações linguísticas relacionadas ao contato.

Uma pesquisa de campo, em Cabinda, no âmbito do projeto foi realizada pela pesquisadora, em junho de 2013.

2.4.10. Projeto de pesquisa: em busca das raízes do português brasileiro

Coordenado pela pesquisadora e professora Eliana Pitombo Teixeira, o projeto está inserido nas atividades do NELP (Núcleo de Estudos em Língua Porrtuguesa) do Departamento de Letras e Artes da Universidade Estadual de Feira de Santana. Os objetivos do Projeto estão na formação de um banco de dados de falantes nativos e não nativos da língua portuguesa de Luanda e a descrição e análise desse material coletado nos níveis lexical, fonético-fonológico e morfossintático. Os resultados dessas descrições e análises serão comparados com as do português brasileiro. Pretende-se, também, a produção de trabalhos teóricos e aplicados para uma fundamentação e estímulos para outras pesquisas dentro desse campo de investigação. A principal permissa que norteia o projeto de investigação é a de que as similaridades observadas entre as duas variedades linguísticas (angolana e brasileira) devem-se a causas exógenas, entre elas o contato com línguas africanas e a transmissão linguística irregular.

2.5. Síntese do capítulo

Neste capítulo, abordamos a situação linguística de Angola iniciando com uma breve introdução do tronco nigero-congolês e do grupo banto. Mostramos que o mosaico linguístico de Angola, com cerca de 30 línguas, está diretamente relacionado aos grupos étnicos bantos que habitam o país.

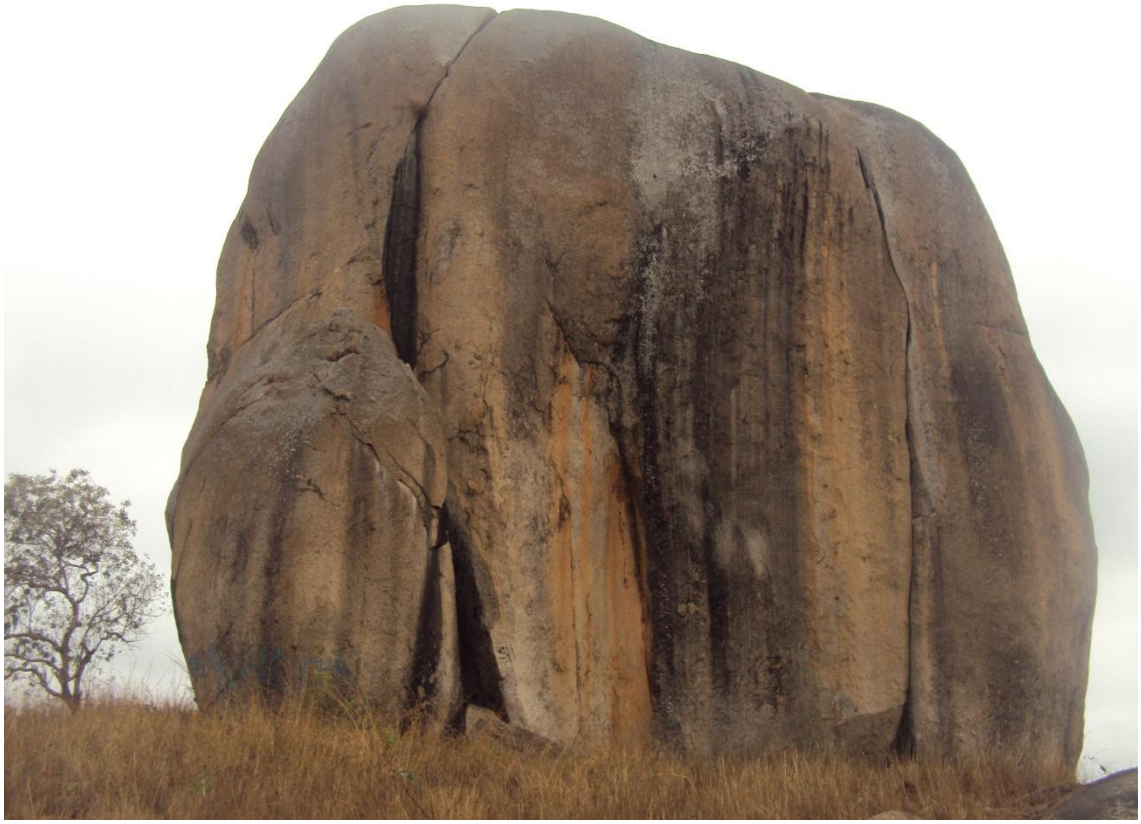
Prosseguimos dando destaque ao português falado em Angola e como se deu a sua introdução no país a partir da chegada dos portugueses ainda no século XV. Mostramos que, a partir do século XX, a língua portuguesa torna-se a mais falada no país e a política de imposição da língua à população a partir da divisão da sociedade não europeia em “assimilados” e “indígenas”. Na segunda metade do século, começam as discussões acerca do papel das línguas nacionais e o esboço de uma política linguística assim como os primeiros trabalhos que buscam a legitimidade de uma variedade angolana autônoma.

Na segunda parte, enfatizamos a questão linguística do município do Libolo a partir de um panorama sociolinguístico e a localização do município dentro do contexto

banto. Acentuamos que no Libolo a língua portuguesa também se faz presente em um contexto específico do que observamos para os grandes centros urbanos.

O final do capítulo foi dedicado a uma breve exposição dos trabalhos e pesquisas linguísticos que privilegiam o estudo do português em Angola em diversos aspectos linguísticos e propostas teóricas, ratificando a necessidade dos estudos dessa variedade de português ainda incipientes se comparados ao português falado no Brasil e em Portugal.

CAPÍTULO 3
METODOLOGIA – A PESQUISA DE CAMPO E A DELIMITAÇÃO DOS DADOS



A descrição da metodologia de nosso trabalho apresenta-se concomitantemente com o desenvolvimento dos estudos do português de Angola, no qual esta pesquisa se insere. Portanto, iniciamos este capítulo apontando os "passos iniciais" que nos levaram até este resultado de doutoramento. Neste capítulo, buscamos, ainda, responder a duas questões:

(1) por que investigar o P_{LB} e seus falantes?
(2) como os dados para a pesquisa foram delimitados?

A resposta a pergunta (1) acima nos permite considerar duas etapas cumpridas durante nossa pesquisa: (i) Etapa I: estágio de doutorado realizado na Universidade de Macau no período de janeiro-maio/2013; (ii) Etapa II: pesquisa de campo no município do Libolo, em julho de 2013, no âmbito do *Projeto Libolo*.

Iniciamos, portanto, o capítulo, com a seção (3.1.) – um breve histórico dos estudos que desenvolvemos sobre o português de Angola; a seguir, nas seções (3.2.) e (3.3.), relatamos as atividades realizadas durante as etapas I e II acima que nos auxiliam a responder a questão (1). Ao final, nas seções (3.4.) e (3.5.), buscamos responder a pergunta (2).

3.1. Nossos estudos iniciais sobre o português de Angola

Nos anos de 2006 e 2007, ainda na graduação, realizamos o projeto de iniciação científica – daqui em diante, IC – "Pronomes nulos na posição de sujeito no português de Angola um estudo preliminar", publicado em Oliveira & Santos (2007). Essa pesquisa e publicação inauguram o que é hoje a linha de pesquisa coordenada pela Profa. Márcia S. D. de Oliveira: "Gramática do português e de línguas em contato" do programa de Filologia e Língua Portuguesa – Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas (USP).

Nosso objetivo com a IC, finalizada em 2007, foi o de abordar a presença/ausência de pronomes na posição de sujeito no português falado de Angola[36] (daqui em diante, PA) em cotejo com o português brasileiro (daqui em diante, PB) e o

[36] A referência ao termo "português de Angola", PA, trata-se de forma genérica presente em boa parte da literatura inicial sobre a língua portuguesa em Angola e seus estudos. Na maioria dos casos, o "português de Angola" referia-se à língua portuguesa falada em Luanda, até então, a privilegiada nos estudos linguísticos.

europeu (daqui em diante, PE). Os dados do PA utilizados na pesquisa foram obtidos a partir de Chavagne (2005) – cf. capítulo 2, subseção (2.4.3.).

Em sequência a nossos estudos sobre o PA, iniciamos, em 2008, no mestrado, a pesquisa "A periferia esquerda da sentença no português de Angola" sobre as categorias foco e tópico; os dados para essa pesquisa centraram-se, ainda, em Chavagne (2005). A defesa da dissertação de mestrado ocorreu em 2010, seguida de dois trabalhos publicados a partir dos resultados obtidos: Santos & Oliveira (2011) e Santos (2011).

Ao término do mestrado, já se consolidava o Grupo de Estudos de Línguas em Contato – GELIC – da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – FFLCH/USP. Interessava-nos, dentro do GELIC, o estudo do português falado na África, principalmente em situação de contato com outras línguas africanas e o português falado na África como L2. Destacamos, portanto, em relação a Angola, a questão sociolinguística do país já apontada no capítulo 2. Necessitava-se, dessa forma, um olhar para o português falado em Angola para além da região central de Luanda, como o abordado, por exemplo, por Chavagne (2005) e o corroborar de enfoques como os de Lipski (2008), para o português dos musseques, e de Inverno (2005; 2011), para o português falado no interior do país.

Os estudos sobre o português de Angola, desenvolvidos no âmbito do GELIC, prosseguem no doutorado com o projeto de pesquisa envolvendo o português falado no Libolo, a partir do contato estabelecido com o professor Carlos Figueiredo da Universidade de Macau (UMAC) e suas pesquisas iniciais sobre aspectos sociolinguísticos do município. Vem à tona, portanto, a primeira pergunta que inicia o capítulo: *por que investigar o* P_{LB} *e seus falantes?* Este é o tema de nossa próxima seção.

3.2. Etapa 1: Estágio na Universidade de Macau (UMAC)

O projeto de doutorado, iniciado em fins de 2010 e que culmina com a tese: "Sentenças marcadas para o foco no português do Libolo – uma proposta de análise derivacional" nos permitiu consolidar um objetivo que já vinha sendo planejado dentro do GELIC: adentrar o interior de Angola por meio de estudos do português. De início, percebemos que investigações sobre o português do interior de Angola poderiam ser destacadas a partir de pesquisas em uma região como a do município do Libolo, dadas as suas características sócio-histórico-linguísticas, como já apontadas nas seções (1.2) – capítulo 1 – e (2.3) – capítulo 2.

Assim, a descrição do P_{LB} começa a ser parte de investigações, em conjunto com outros pesquisadores, e outras investigações, dentro de um projeto maior denominado "Projeto Libolo" – ver subseção (2.4.8) – capítulo 2.

Entre os meses de janeiro-maio/2013, como parte do que estamos denominando de "Etapa I" em resposta a questão (1) deste capítulo – "por que investigar o P_{LB} e seus falantes?" – realizamos estágio na UMAC sob a supervisão do Professor Carlos Filipe Guimarães Figueiredo, do Departamento de Português e pesquisador do Centro de Investigação de Estudos Luso-Asiáticos (CIELA). Destacamos, em meio às atividades realizadas no período, duas em especial: i) acesso ao material do português do Libolo, coletado pelo Professor Carlos Figueiredo em sua pesquisa de campo ao Libolo, em junho de 2011 com fins de apoio para transcrição e organização de metodologia para a viagem de campo a ser realizada para o Libolo; ii) pesquisa e levantamento bibliográfico do acervo da biblioteca da UMAC e do CIELA, especificamente as obras de cunho histórico sobre a África e de cunho linguístico, em geral.

A pesquisa de campo empreendida por Carlos Figueiredo no município do Libolo, parte do projeto *Portuguese restructured by language acquisition in a contact situation: generation acquisition, linguistic typology and grammatical analysis*, permitiu a recolha de diversos tipos de materiais, como entrevistas, documentos históricos, fotografias, etc., sobre as quatro comunas administrativas do município: Calulo, Cabuta, Munenga e Quissongo. As 'entrevistas' foram o nosso foco em meio ao material coletado pelo pesquisador. Denominamos essa primeira incursão ao Libolo em 2011 de "Pré-Projeto Libolo".

O material coletado por Carlos Figueiredo resultou em 43 entrevistas, realizadas livremente entre documentador e informantes, com aproximadamente 36 horas de gravações. Todas as entrevistas foram gravadas a partir de critérios sociolinguísticos[37] como sexo, idade, escolaridade, primeira língua (L1) e aprendizagem da língua portuguesa como L1 ou L2 de seus informantes. A maior parte desse material, no entanto, não se encontrava transcrita à época de nosso estágio na UMAC, logo a atividade de transcrição tornou-se uma das tarefas que desenvolvemos durante o estágio.

Para a atividade de transcrição, foram úteis os conhecimentos adquiridos durante a graduação com as disciplinas em que se exigiam a análise de dados orais e diferentes

[37] Os informantes são caracterizados por cinco faixas etárias (00-12/13-20/21-40/41-60/+60), sexos masculino e feminino, escolaridade (em aberto), primeira língua (L1) e aprendizagem do português (L1 ou L2, com identificação do período em que aprendeu a língua, no caso de ser uma L2).

técnicas de transcrições. Soma-se, também, a experiência como um dos monitores responsáveis pelas transcrições do projeto *Levantamento Etnolinguístico de Comunidades Afro-Brasileiras de Minas Gerais e Pará* – IPHAN/USP/FFLCH[38], sob a supervisão das Professoras Margarida Petter e Márcia Oliveira. Naquele projeto, ao lado de um grupo de monitores, procedemos à transcrição de diversos inquéritos e auxiliamos duas turmas de graduação nessa mesma atividade seguida de uma revisão do conteúdo e normatização dentro de uma chave de transcrição específica para posterior publicação na internet.

As experiências acumuladas com a atividade de transcrição e tratamento de dados foram fundamentais para a troca de *know-how* com o Professor Carlos Figueiredo e um grupo de alunos sob sua supervisão que já trabalhavam com o material disponível sobre o P_{LB} na UMAC.

Do contato inicial com as primeiras entrevistas já transcritas na UMAC, surgiram as discussões sobre a necessidade de se padronizar as transcrições a partir do enfoque linguístico a ser privilegiado. A princípio, os fenômenos linguísticos a serem analisados para o P_{LB} seriam de ordem morfossintática e, desse modo, optamos pelo uso da chave de transcrição proposta pelo Projeto Vertentes[39], que tem como critério básico o registro de fatos linguísticos observados na fala de informantes e que particularizam seu dialeto. Esses fatos linguísticos podem ser apontados de diversas formas:

> *[...] tanto no nível fônico, quanto no morfossintático (ausência de concordância ou de nexos gramaticais - preposições, complementizadores, etc. -, objetos nulos, quebras no encadeamento sintático dos enunciados, etc.)[...]*
>
> Lucchesi (2012: 01)

A escolha pela chave de transcrição do Projeto Vertentes também se deu pelos seus registros de uma norma popular em detrimento de uma "norma culta" do português falado no estado da Bahia. O Projeto Vertentes, ao privilegiar, por exemplo, o português falado em comunidades rurais afro-brasileiras, serviu-nos de modelo para nossas atividades de transcrição, pois atendia, àquele momento, as especificidades linguísticas do P_{LB} que se aproximava, em alguns pontos, do português rural afro-brasileiro

[38] Peter & Oliveira (2011).

[39] O Projeto Vertentes tem como objetivo delimitar o panorama sociolinguístico do português popular do estado da Bahia a partir de três universos linguísticos: o português falado nas comunidades rurais afro-brasileiras, o português popular do interior do estado e o português popular da cidade de Salvador. Para maiores informações sobre o Projeto, ver: Lucchesi (s/d).

abordado pelo Projeto Vertentes. Após a transcrição de cada entrevista, seguíamos com a tarefa de delimitação dos dados, que será abordada na seção (3.5.).

3.3. Etapa 2: a pesquisa de campo no Libolo em 2013

Como parte do que estamos denominando de "Etapa II", dando continuidade ao questionamento levantado em (1) no início deste capítulo – "por que investigar o P_{LB} e seus falantes?" –, após um ano de planejamento, entre os dias 6 de julho e 05 de agosto de 2013, realizou-se a viagem ao município do Libolo com uma equipe multidisciplinar de pesquisadores das áreas de Linguística, Educação, História e Antropologia, formando o eixo central do *Projeto Libolo* – ver subseção (2.4.8.). Embora cada equipe tivesse sua área de intervenção específica, buscava-se uma interdisciplinaridade no desenvolvimento das atividades, resultando em trabalhos conjuntos entre as equipes, em algumas ocasiões.

As intervenções no município deram-se de diferentes maneiras, buscando ao máximo uma inserção dos pesquisadores nos aspectos socioculturais dos habitantes e de seus hábitos cotidianos. Assim, pudemos participar de cerimônias festivas, esportivas e religiosas, visitar estabelecimentos educacionais e interagir com o corpo docente e alunos, por exemplo. A hospedagem da equipe geral do *Projeto Libolo* na comuna de Calulo, a maior e mais importante do município, facilitou o trabalho de observação e interação dos pesquisadores e o contato com os moradores locais.

A seguir, apresentamos os aspectos que nortearam a realização de nossas entrevistas para futura coleta de dados.

3.3.1. Metodologia de elicitação da fala do português do P_{LB}

O material disponível dentro do espólio do Projeto Libolo atualmente é formado pelo núcleo dos pesquisadores das áreas de Linguística, História e Antropologia. Nesta subseção nos detemos em apresentar a técnica alçada pelas equipes de Linguística e História no que concerne à coleta de textos falados.

Na coleta de textos falados, o subgrupo da Linguística privilegiou a produção de material entre informante (INF) e documentador (DOC), com entrevistas "semi-estruturadas"[40] com um roteiro previamente elaborado mas com questões abertas para

[40] Remetemos o leitor à leitura de Belei et al. (2008) para um panorama geral dos diferentes tipos de entrevistas para diferentes contextos de interação documentador x informante.

que o documentador e o informante tivessem total liberdade para o prosseguimento da conversa:

DOC1: E que tipo de trabalho que você fazia lá?
INF: Lá fazia *limpá(r)* o chão, *lavá(r)* os pratos...
DOC1: Hum hum...
INF: ... *arrumá(r)* casa e vendia. Vendia boli... pão, *óvo* e sabão, samapitos [gelados caseiros]... samapitos, sabão, leite e carne fresca.
DOC1: Hum... **Você falou que seu pai já faleceu**?
INF: Já faleceu...
[HALDOM2]

QUADRO 2 – Trecho de Entrevista do P_{LB} semi-estruturada

No quadro 2 nota-se que a INF refere-se aos afazeres domésticos e diários quando o DOC retoma um assunto previamente já conversado entre os dois: "você falou que seu pai já faleceu?". Durante nossas entrevistas, seguíamos um roteiro básico inicial de questionário para levantarmos as informações sociolinguísticas dos informantes. No entanto, buscávamos, na medida do possível, uma interação menos formal com nossos interlocutores para que pudéssemos obter uma quantidade significativa na material e mais próxima da espontaneidade.

Em campo, o objetivo do grupo de Linguística, foi, portanto, o de coletar material para futuras investigações de aspectos linguísticos do P_{LB} e da língua quimbundo falados nas quatro comunas do município. Para alcançarmos esse objetivo, seguimos o cronograma que se apresenta no quadro (3)[41]:

[41] No cronograma apresentado, o Sumbe aparece como uma das áreas para intervenção. O objetivo seria a coleta de dados do português falado na região para futuras comparações com o português falado no Libolo. No entanto, decidiu-se pela centralização da coleta de dados em comunas mais isolados do município do Libolo, como o Quissongo. Ressaltamos que cada equipe do Projeto Libolo, teve um cronograma específico de atividades durante o período em campo.

Equipe Linguística								
Local de Intervenção	Julho 2013							
		7	8	9	10	11	12	13/14
Luanda		Chegada						
Calulo	AM		Partida e paragens: Dondo; Cambambe; Ponte Cuanza	Reunião com administradores e sobas	Entrevistas	Entrevistas	Entrevistas	Lazer e convívio
	PM		Chegada	Entrevistas	Entrevistas	Entrevistas	Reunião Serviço	
Local de Intervenção	Julho 2013							
		15	16	17	18	19	20/21	
Quissongo/Quipumba Banguanga	AM	Partida e paragens	Entrevistas	Entrevistas	Entrevistas	Entrevistas		
	PM	Entrevistas	Entrevistas	Entrevistas	Entrevistas	Regresso		
Calulo	AM						Lazer e convívio	
	PM					Reunião serviço		
Local de Intervenção	Julho 2013							
		22	23	24	25	26	27/28	
Cabuta e arredores	AM	Partida e paragens	Entrevistas					
	PM	Entrevistas	Entrevistas					
Sumbe	AM			Partida e Quibala	Observação e entrevistas	Observação e entrevistas	Regresso a Calulo	
	PM			Sumbe	Observação e entrevistas	Observação e entrevistas		
Calulo	AM						Lazer e convívio	
	PM							
Local de Intervenção		Julho 2103			Agosto 2003			
		29	30	31	01	02	03/04	05
Munenga e arredores	AM	Partida e paragens	Entrevistas	Entrevistas				
	PM	Entrevistas	Entrevistas					
Calulo	AM				Entrevistas	Entrevistas	Lazer e convívio	Partida
	PM			Reunião serviço	Entrevistas	Entrevistas		

QUADRO 3: Cronograma de trabalho da equipe Linguística do *Projeto Libolo* (Figueiredo, 2013)

As gravações realizadas pela equipe de Linguística também foram pautadas por critérios sociolinguísticos conforme o Professor Carlos Figueiredo empreendeu na primeira visita ao Libolo. Buscamos realizar, sempre que possível, entrevistas com falantes a partir das variáveis: idade, sexo, escolaridade, primeira língua (L1) e aprendizagem da língua portuguesa como L1 ou L2. Ao final da pesquisa de campo, a equipe acumulou aproximadamente 40 horas de gravações, que foram posteriormente analisadas quanto à qualidade do áudio e a possibilidade de transcrição do material para fazer parte do acervo do Projeto[42].

[42] Ressaltamos que, para a finalidade de análises linguísticas, o espólio do Projeto conta, ainda, com cerca de 50 horas de entrevistas realizadas pela equipe de História, mais 21 horas de entrevistas e gravações da equipe de Antropologia. Somando-se as coletas de 2011, o Projeto possui cerca de 150 horas de material para análise.

Ao fim dessas seções (3.2) e (3.3.), pensamos ter sido capazes de responder a primeira pergunta: "por que investigar o P_{LB} e seus falantes?". Nossa resposta sucinta, a partir das Etapas I e II, estaria centrada em dizer que a investigação do P_{LB} faz-se importante por privilegiar uma área do interior de Angola ainda não investigada e que apresenta particularidades linguísticas que interessam sobremaneira aos estudos do contato linguístico e apontando, ainda, novas luzes sobre os estudos da língua portuguesa no mundo.

Nas seções que se seguem, apresentamos a metodologia específica para a transcrição e a identificação do material coletado no Libolo, como demonstrado nas duas etapas descritas anteriormente.

3.4. Transcrição e identificação do material coletado do P_{LB}

Ao início deste capítulo, lançamos uma segunda questão a ser respondida: "como os dados para a pesquisa foram delimitados?" Procedemos, portanto, nesta seção (e na próxima) a este questionamento.

Ao retornarmos da pesquisa de campo no Libolo, iniciamos o trabalho de transcrição das entrevistas coletadas em 2011 e 2013. Parte desse material foi disponibilizado para duas turmas de alunos da disciplina de Introdução aos Estudos da Língua Portuguesa (FLC0115) – IELPII/2013 (DLCV/FFLCH/USP)[43] para que também realizassem a mesma tarefa; seguimos, como modelo, a proposta de chave de transcrição do Projeto Vertentes, utilizada na Etapa 1 e que apontamos na seção (3.2.).

À medida que a tarefa de transcrever o material coletado do P_{LB} se desenvolvia, os pesquisadores desse subgrupo da Linguística começavam a ter sua atenção despertada para especificidades da língua coletada que não se fizeram notar durante as gravações. A partir desse fato, surge a primeira necessidade de se desenvolver uma metodologia própria para o P_{LB} no que tange à adaptação da "chave de transcrição do Projeto Vertentes" – ver (3.2.) – com vistas a incluir as especificidades da fala que se apercebiam claramente nas transcrições. Logo, na configuração atual do Projeto Libolo, os pesquisadores da equipe de Linguística (para o português) seguem a "Chave de Transcrição para o 'Projeto Libolo'" (Bandeira et al, 2014: apêndice 2) – ver Anexo 1.

[43] A ementa da disciplina IELP II do curso de Letras da USP prevê, como uma das atividades, a realização de uma transcrição de fala do português, considerando que o corpo discente deve ser orientado para questões da oralidade. Todos os alunos da Professora Márcia Oliveira, participantes da tarefa de transcrição de trechos de áudio sobre o PLB, terão seus nomes creditados a essa atividade e constarão nas referências bibliográficas da transcrição da qual participaram.

Logo, a "Chave de Transcrição para o 'Projeto Libolo'" tornou-se o modelo a ser seguido pelos integrantes do Projeto para a tarefa de transcrição do material. Portanto, no segundo semestre de 2014, duas novas turmas de IELP II (FLC0115) realizaram a atividade de transcrição de parte do material dentro das normas dessa chave que constam no "Manual do Libolo" [44/45].

Concomitante ao trabalho de transcrição, parte de lideranças da equipe de Linguística propuseram a padronização para cada material transcrito a partir de uma referência bibliográfica própria, identificando autoria e uma sigla que particularizasse o arquivo, em específico, do conjunto geral do acervo. Esta padronização, com vistas a uma sigla própria de cada transcrição, objetivou a facilitar a identificação de dados específicos no conjunto das transcrições. O arquivo de padronização das transcrições encontra-se em: "Trecho de transcrição com exemplificação de identificação de arquivo" (Bandeira et al, 2014: apêndice 3) – ver Anexo 2. Importante que se diga que esse "modelo" de padronização de transcrições tem sido aplicado a outros projetos dentro do GELIC[46].

Na seção que se segue, tecemos considerações sobre a delimitação dos dados de nossa pesquisa.

3.5. Delimitação dos dados

As etapas de transcrição e identificação do material coletado remete-nos também à segunda pergunta proposta no início do capítulo: "como os dados foram delimitados?" Após uma audição e leitura criteriosa do material disponível em áudio e transcrição, iniciamos a reorganização desse material com a finalidade de obtenção do *corpus* específico de nossa pesquisa, delimitado a partir de sentenças consideradas "marcadas" por terem uma interpretação de foco.

---

[44] O "Manual do Libolo" refere-se a Bandeira et al (2014) e, neste capítulo, vem sendo citado em forma de Anexos. Esse "manual" surge concomitantemente com as experiências de transcrição, delimitação de dados e organização da corpora dos integrantes do Projeto do Libolo junto a pesquisadores do GELIC.

[45] Importante mencionar que, a fim de que a tarefa de seccionar "trechos" de transcrições para os alunos de IELP II 2014 pudesse ser realizada com sucesso – assim como se sucedeu em IELP II 2013 – surgiu a necessidade de se organizar um "Tutorial de processamento de áudio para transcrições". Esse tutorial, desenvolvido por Francisco João Lopes se vê em: Bandeira et al (2014: apêndice 5).

[46] Chamamos a atenção do leitor para o fato de que o processo de identificação de arquivos transcritos encontra-se em andamento.

Logo, no quadro abaixo – trecho de uma transcrição do P_{LB} – exemplificamos o tratamento dado ao material para obtenção de nosso *corpus* específico[47]:

DOC: E marcaram um golo mesmo no fim, não é?
INF: Sim, muinto, muinto, muinto.
DOC: Mas o Rasca– e os árbitros? Os árbitros, como é?
INF: É que o árbitro– jogo com a Inter o árbitro foi muito bom. Agora, **com Petro é que** não foi mesmo bom estragou muito jogo do Libolo. Tá– sim. Jogou muito à– – apitou muito à toa.
DOC: Muito à toa, não é?
INF: Sim.

QUADRO 4 – Trecho de transcrição do PLB para delimitação de dado

Após a transcrição de determinado trecho, chegamos a um modelo como o apresentado no quadro 4. Como em nossa tese estamos trabalhando com questões relativas a categoria foco em um contexto específico de apreensão, interessou-nos fala do INF em destaque: "**com Petro é que** não foi mesmo" – uma sentença marcada para foco no P_{LB}, conhecida na literatura como "clivada invertida " que veicula um tipo de foco sentencial. Para nós, portanto, sentenças como a destaca no quadro (4) passam a ser parte de nosso corpus[48].

Ressaltamos que, como parte da delimitação do *corpus* específico, foi importante distinguir, no material sob análise, sentenças relativas de sentenças clivadas. Este tópico será desenvolvido na subseção (4.3.2.) do capítulo 4.

Ao final de nossa exposição, pensamos que respondemos ao leitor a pergunta em (2) no início de nosso capítulo: "como os dados para a pesquisa foram delimitados?". A partir de uma metodologia específica desenvolvida para apreensão e delimitação dos dados, mostramos que o material coletado no município do Libolo passou por um criterioso processo que ao mesmo tempo que o individualiza dentro de um banco de dados "maior" e específico do Projeto, atende às necessidades particulares de cada pesquisador ao trabalhar com o material de acordo com as suas necessidades.

[47] O trecho refere-se ao informante [JOMAJH2] de transcrição do Pré-Projeto Libolo, ou seja, espólio do Projeto Libolo de 2011. Esta transcrição em específico ainda encontra-se em processo final de "referendação" – ver nota 11.
[48] Questões referentes à teoria do foco serão tratadas no capítulo 4.

3.6. Síntese do capítulo

O objetivo desse capítulo foi o de apresentar o percurso realizado para a apreensão de uma metodologia específica para a transcrição, organização e delimitação dos dados privilegiados em nossa tese.

A primeira etapa dessa sistematização dos dados ocorreu durante a realização do estágio na Universidade de Macau. A partir do primeiro contato com os dados coletados pelo professor Carlos Figueiredo, em 2011, iniciamos o processo de transcrição e levantamos os primeiros dados para a nossa pesquisa, assim como a discussão acerca da implementação de uma metodologia de trabalho com a oralidade, a pesquisa de campo e a análise linguística mais próximas das especificidades da situação linguística do Libolo

Conforme abordamos, a efetivação de uma nova chave de transcrição, assim como a implementação das técnicas de manuseio do material coletado iniciou-se durante a viagem de campo ao Libolo e a padronização estabelecida no âmbito do Projeto Libolo já é implementada em outros projetos e grupos de pesquisa.

CAPÍTULO 4
A CATEGORIA FOCO – ABORDAGEM SEMÂNTICA E SINTÁTICA

Na literatura, atesta-se que o foco pode ser marcado por distintos componentes linguísticos: (i) na morfologia, ou seja, pode ser lexicalizado por intermédio de um ou mais morfemas; (ii) na fonologia – por intermédio de realce prosódico (ou pico entoacional); (iii) na sintaxe – por meio de estruturas específicas, como a chamada "clivagem" e por meio da ordem de constituintes; (iv) na semântica – por meio da leitura especificacional. Neste capítulo, no entanto, nos detemos na abordagem semântica e sintática do foco a fim de destacar uma estrutura sintática em particular: a "clivada". Em (4.1.) apresentamos a abordagem semântica de foco através da Estrutura de Asserção. Na seção (4.2) abordamos, brevemente, a tipologia de foco através da distinção de contrastividade X não-contrastividade. A realização sintática do foco, a partir da noção de sentenças clivadas, será abordada na seção (4.3.) baseando-nos nos trabalhos de Modesto (2001) e Mioto & Negrão (2007), seguida da síntese do capítulo.

4.1. A abordagem semântica de foco

O corpus de nossa pesquisa, conforme apontamos no capítulo 3 – seções (3.2) e (3.3.) – foi construído a partir de um conjunto de entrevistas realizadas em duas pesquisas de campo e que seguiram o mesmo modelo: entrevistas semiestruturadas e não-estruturadas. Devido à impossibilidade de aplicação de testes específicos para a apreensão de foco, conforme apontamos na Introdução desta tese, a delimitação dos dados se deu, a princípio, pela abordagem semântica e a relação foco-pressuposição.

Segundo Jackendoff (1972: 230), o foco sentencial denota "[...]a informação contida na sentença que é assumida pelo falante não ser compartilhada por ele e pelo ouvinte"[49]. A pressuposição, por sua vez, revela "[...] a informação na sentença que é assumida pelo falante ser compartilhada por ele e pelo ouvinte"[50]. Para o autor, a articulação semântica entre foco-pressuposição é refletida, de alguma forma, na estrutura sintática.

A articulação semântica foco-pressuposição destaca dois tipos de foco: o foco de escopo largo e o de escopo estreito. O de escopo largo introduz uma informação não-

[49] No original: "[...] the information in the sentence that is assumed by the speaker not to be shared by him and the hearer".
[50] No original: "[...] the information in the sentence that is assumed by the speaker to be shared by him and the hearer."

pressuposta com a incidência do foco sobre todo o enunciado; não se estabelece uma relação entre operador-variável, como se exemplifica em[51]:

(1) O que aconteceu?

O João comprou livros

O foco de escopo estreito expressa identificação, pois "[...] opera em um conjunto de entidades relevantes no domínio do discurso, identificando, deste conjunto, apenas os elementos aos quais o predicado assegura predicação." (FERNANDES, 2007: 21). Neste tipo de foco, há uma relação operador-variável:

(2) Quem comprou livros? [52]

a. **O João** comprou livros.

O Pedro comprou livros?

b. Não, **o João** comprou livros.

Os exemplos em (2) mostram, em destaque, o constituinte que funciona como foco a partir da pressuposição de que alguém comprou livros, mas não se sabe quem (2a), e a partir de uma negação da afirmação prévia, portanto, não-pressuposta, de que seria "o Pedro" o comprador de livros (2b). Para a análise do foco no P_{LB}, alvo desta tese, interessa-nos esse tipo de foco, ou seja, o de escopo estreito, devido às particularidades de nosso corpus e de sua delimitação – cf. capítulo 3 – e por ser o tipo de foco veiculado em estruturas marcadas para o foco com as quais trabalhamos em nossa tese.

O foco também pode ser identificado pelo contexto previamente estabelecido no discurso, especificamente nos casos em que a sintaxe não explicita a ocorrência da focalização de determinado constituinte. Um dos recursos sintáticos para apreensão do foco é recorrer às sentenças marcadas, comumente chamadas de clivadas[53]. Caso a sintaxe não recorra ao fenômeno da clivagem para a focalização de um constituinte, o contexto aparece com essa função.

[51] Fernandes (2007: 22), dado (1), renumerado.
[52] Fernandes (2007: 22), dado (2a, b).
[53] Abordamos sobre a clivagem em uma seção particular neste capítulo.

A Estrutura de Asserção (AS) proposta por Zubizarreta (1998: 4) demonstra como o contexto fornece as leituras de foco a partir de um par de asserções (A_1 e A_2): A_1 é a pressuposição existencial fornecida pelo contexto; A_2 é uma relação equativa entre uma variável específica e um valor que define essa variável a partir do contexto dado em A_1. Por meio dos exemplos (3a,b) e (4) exemplificamos a AS proposta por Zubizarreta:

(3) a. O que a Maria desenhou?
b. A Maria desenhou [um coração]

(4) $A_{1:}$ Existe um x tal que a Maria desenhou x
A_2: O x tal que a Maria desenhou x = [$_F$ um coração]

A sentença (3a), uma pergunta-Q, é uma estratégia prototípica para a realização do foco, como o elemento [um coração] em (3b). Em (4), a A_1 representa o contexto assertivo ou a pressuposição da sentença. A_2 representa a asserção principal, uma sentença equativa que possui como predicado o elemento focalizado.

Consideremos, em sequência, o exemplo (5), seguido da AS em (6):

(5) A Maria desenhou [uma casa] (e não um coração)
(6) A_1: Existe um x tal que a Maria desenhou x
A_2: Não é caso que o x (tal que a Maria desenhou x) = um coração
&
O x (tal que a Maria desenhou x) = [$_F$ uma casa]

Em (6), A_1 representa o pressuposto existencial. Duas asserções constituem a A_2; na primeira, há a negação de um valor previamente atribuído à variável X (um coração); na segunda há a atribuição de um novo valor a essa variável (uma casa).

Embora nosso corpus seja constituído de sentenças marcadas em que o foco é realizado sintaticamente a partir de uma estrutura específica – as clivadas, como comumente classificadas –, utilizamos a AS de Zubizarreta (1998) no início da atividade de delimitação dos dados como um complemento para a leitura sintática e para a ratificação de nossa leitura criteriosa das transcrições que resultaram em nossos dados. No trecho a seguir de uma entrevista do P_{LB}, já apontado no capítulo 3 (seção 3.5.), exemplificamos como foi feito o uso da AS para a apreensão semântica do foco:

INF: ponho a bata e a pasta... e vou
75 DOC: e vais, num é? E vais como?
INF: de carro
DOC: hum... então já sabes guiar o carro, num é?
INF: não
DOC: então
80 INF: quem vai guiar é **o papá**
DOC: ah papá e tu vais mais com quem?
INF: a Mana e a Ruca
[KERILH1]

QUADRO 5 – Identificação do foco no P_{LB}

No quadro 5, interessa-nos a linha 80 e a sentença marcada em que destacamos o sintagma [**o papá]**. A seguir reapresentamos a sentença em (80) por meio do exemplo (7), seguido de sua AS em (8):

(7) quem vai guiar é o papá (e não eu/INF)

(8) A_1: Existe um x tal que o carro será guiado por x

A_2: Não é caso que o x (tal que o carro será guiado por x) = eu/INF

&

O x (tal que o carro será guiado por x) = [$_F$ o papá]

Em (8), o pressuposto existencial é visto em A_1. As duas asserções em A_2 apontam para uma negação de valor atribuído à variável x (eu), seguida de atribuição de um novo valor a essa variável que se torna o foco da sentença: [$_F$ o papá]. A aplicação da AS nos dados do P_{LB} também nos auxiliou na atividade de distinguir as sentenças veiculadoras de foco das sentenças relativas.

Os exemplos (3), (5) e (7) e suas respectivas AS apontam para dois tipos de foco de escopo estreito: o foco de informação, em (3), e o foco contrastivo, em (5) e (7). A seguir, apresentamos esses tipos de foco e a proposta de alguns autores acerca da sua tipologia.

4.2. Tipologia do Foco

Considerando apenas o traço de contrastividade, Zubizarreta (1998: 6-7) faz a classificação do foco em não-contrastivo e contrastivo. O foco não-contrastivo é determinado pelo contexto de uma pergunta-wh e será a informação que a pergunta solicita. A partir da AS, atesta-se, então, o foco não-contrastivo representado, conforme exemplificamos em (3) e (4), repetidos e renumerados a seguir:

(9) a. O que a Maria desenhou?

b. A Maria desenhou [um coração]

(10) $A_{1:}$ Existe um x tal que a Maria desenhou x

A_2: O x tal que a Maria desenhou x = [$_F$ um coração]

A A_1 do foco não-contrastivo em (9b) constitui-se da pressuposição existencial "A Maria desenhou x". A A_2 verifica e confirma o valor de verdade atribuído anteriormente para essa mesma variável x.

O contexto do foco contrastivo, segundo Zubizarreta (1998: 07), é delimitado por uma declaração precedente no discurso. O foco contrastivo nega o valor atribuído a uma variável x dentro da AS da declaração e introduz um valor alternativo para essa variável. Retomamos o exemplo em (7) e sua AS, renumerados:

(11) A Maria desenhou [uma casa] (e não um coração)

Em (11) ocorre a conjunção de duas proposições ordenadas: 'A Maria não desenhou um coração' e 'A Maria desenhou uma casa', resultando em duas asserções principais:

(12) A_1: Existe um x tal que a Maria desenhou x

A_2: Não é caso que o x (tal que a Maria desenhou x) = um coração

&

O x (tal que a Maria desenhou x) = [$_F$ uma casa]

A partir da AS em (12), nota-se que o foco contrastivo nega o valor da variável presente na afirmação do contexto prévio (Maria ter desenhado um coração) e atribui um novo valor a essa variável (Maria desenhou [$_x$ uma casa]).

Fernandes (2007: 22) nos chama a atenção para o fato de o foco de informação (não-contrastivo) e o foco contrastivo serem tratados como um só tipo de foco, ou seja, foco de escopo estreito. Para a autora (op. cit.), é necessário que o tratamento do foco de informação e do foco contrastivo seja feito individualmente, "[...] posto que constituem

tipos diferentes de expressão da informação nova no discurso e que podem ser expressas de maneiras diferentes nas línguas".

Para Kiss (1998), o foco de escopo estreito também deve ser tratado de maneira distinta e a autora (op. cit.) considera o traço [exaustivo] como um fator semântico relevante para a diferenciação de dois tipos de foco: o foco de informação e de identificação, que em determinados contextos, pode expressar contraste.

O foco de identificação aponta para um subconjunto exaustivo de um conjunto de elementos previamente dados pelo contexto. A leitura do constituinte focalizado marcado pelo traço [+exaustivo] é [x e apenas x] (KISS, 1998: 245). Vejamos o exemplo a seguir:

(13) Foi UM BRIGADEIRO que a Maria comeu.

Em (13), a identificação exaustiva do termo focalizado [um brigadeiro] aponta que, para a variável x, o único valor correspondente é apenas [um brigadeiro] do conjunto de doces que Maria poderia ter comido em determinada ocasião.

O foco de informação é definido por Kiss (1998: 246) como o constituinte que não possui uma identificação exaustiva em um conjunto de entidades contextualmente ou situacionalmente dadas. Para a autora (op. cit.), toda sentença contém um foco de informação, mas nem toda sentença apresenta um foco de identificação.

O foco de identificação aproxima-se do foco de listagem exaustiva proposto por Kuno (1972: 271-278). Para Kuno (op. cit.), o foco de listagem exaustiva é aquele usado quando o falante afirma que o resto da sentença é verdade somente em relação ao referente daquele sintagma nominal, sendo falso em relação a todos os outros membros do grupo que está em discussão. Na língua japonesa, o foco de listagem exaustiva é marcado por um morfema[54]:

(14) a. John **ga** baka desu "É John que é estúpido"
John FOC estúpido ser
"(Entre todas as pessoas na discussão) John, e apenas John, é estúpido"

b. John **ga** mainiti gakkoo ni iku "É John que vai à escola todo dia"
John FOC todo dia escola prep. ir
"(Entre todas as pessoas na discussão) John, e apenas John, vai à escola todo dia"

[54] Kuno (1972: 271), dados (I – 4 a/b), renumerados. As glosas são nossas.

Do exposto acima, enfocando-se a tipologia de foco em português, dois tipos são atestados: o de informação e o de contrastividade (ou identificação). No entanto, em nosso trabalho, cujo escopo trata-se da investigação de uma variedade de português falada na África em contato com línguas bantas, uma questão relacionada à tipologia foi suscitada: "haveria uma extensão tipológica do foco ligada a línguas do substrato (no caso as bantas?)".

Até onde nossa pesquisa pôde alcançar, Watters (1979) – um estudo do foco em aghem (uma língua falada em Camarões) – é o único estudo que expande a tipologia do foco para além dos três tipos atestados até então[55]. Watters (op. cit.) propõe o foco polar – quando o valor de verdade da sentença é marcado morfologicamente pelo foco – e o foco polar contra-assertivo – quando o foco marca morfologicamente o valor de verdade da sentença e contradiz uma asserção prévia do ouvinte por esse valor.

No estudo do foco em P_{LB}, assim como não nos debruçamos em apontar uma tipologia para o foco nessa variedade africana, não aventamos uma investigação tipológica mais ampla para o foco com base no substrato banto, ou seja, o quimbundo ngoya, haja vista não ter sido feito nenhum estudo sobre o foco em quimbundo – até onde saibamos. Os estudos recentes que contemplam o quimbundo como Xavier (2010)[56], Negrão & Viotti (2014) e Araújo (2014) – esses dois últimos trabalhos já no âmbito do Projeto Libolo – não investigaram questões relacionadas à periferia esquerda da sentença. Esse fator de ineditismo e estágio inicial de pesquisa sobre o quimbundo ngoya do Libolo aponta para as dificuldades encontradas no processo de cotejo e análise entre o português e a língua de substrato falados no município, como já mencionado na Introdução.

Conforme dissemos no início do capítulo, a aplicação dos critérios semânticos serviu-nos para a delimitação inicial de nosso corpus e como critério auxiliar para a abordagem sintática do foco. Na seção a seguir, abordaremos a realização sintática do foco, enfatizando as construções marcadas, comumente definidas como sentenças clivadas.

4.3. A abordagem sintática de foco

Neste capítulo em que resenhamos o foco por meio de sua abordagem semântica e sintática, o fazemos principalmente levando em consideração aspectos que nortearam a

[55] Os atestados até então, como já mencionados são: assertivo, contrastivo e de listagem exaustiva.
[56] Embora Xavier faça parte da equipe de Linguística que compõe o Projeo Libolo, seu trabalho de 2010 foi desenvolvido em momento anterior ao surgimento do Projeto.

nossa metodologia e, inicialmente a nossa descrição e análise. Nesta seção, em particular, nos centramos na sintaxe, privilegiando dois trabalhos: Modesto (2001) e Mioto & Negrão (2007) por considerarmos que esses textos centralizam o escopo de nossa temática acerca das sentenças marcadas para o foco no P_{LB} que neste capítulo e para os autores (op. cit.) em destaque são referendadas como construções clivadas.

4.3.1. As sentenças clivadas

A primeira definição de clivagem é atribuída a Jespersen (1949 apud Lambrecht, 2001: 3):

> A clivagem de uma sentença por meio de *it is* (frequentemente seguido por um pronome relativo ou conectivo) serve para destacar um elemento específico da sentença e, muitas vezes, ao chamar atenção para esse elemento e trazê-lo como se estivesse em foco, marcar um contraste[57].

A definição de Jespersen (op. cit.) para as clivadas já apontava as propriedades que norteariam os estudos posteriores sobre essa construção: a presença de uma cópula, as noções de foco/contraste e a biclausalidade estrutural.

Segundo Braga & Barbosa (2009: 178-179), os linguistas não apresentam um consenso acerca do estatuto sintático das construções clivadas, ora considerando-as uma oração complexa formada por duas orações – uma com o verbo copulativo e outra com uma oração relativa – ora considerando-as orações simples, mesmo com a presença de dois verbos. Lambrecht (2001: 466) ao definir a clivagem aponta para a questão de termos duas orações e a possibilidade de expressar seu conteúdo semântico em uma oração simples:

> Uma construção clivada é uma estrutura sentencial complexa que consiste em uma sentença matriz encabeçada por uma cópula e uma sentença relativa ou uma similar a relativa cujo argumento relativizado é co-indexado com o argumento predicativo da cópula. Tomadas em conjunto, a (sentença) matriz e a (sentença) relativa expressam uma proposição logicamente simples, que também pode ser expressa na forma de uma sentença simples sem alterações nas condições de verdade[58].

[57] No original: "A cleaving of a sentence by means of *it is* (often followed by a relative pronoun or connective) serves to single out one particular element of the sentence and very often, by directing attention to it and bringing it, as it were, into focus, to mark a contrast".

[58] No original: "A CLEFT CONSTRUCTION (CC) is a complex sentence structure consisting of a matrix clause headed by a copula and a relative or relative-like clause whose relativized argument is coindexed with the predicative argument of the copula. Taken together, the matrix and the relative express a

As sentenças clivadas, assim definidas, são, por excelência, uma forma de se destacar, sintaticamente, o foco da pressuposição. No processo de clivagem, há o 'ensanduichamento' de um dado sintagma da sentença entre uma cópula e um *que* complementizador – para as clivadas, como em (15) – ou um pronome-Q – para as pseudoclivadas, como em (17) – exemplificadas com os dados do P_{LB} abaixo[59]:

(15) são *once municípios* que optam por quimbundo [PAVARH5]

Em (15), o sintagma *once municípios* é o foco sentencial que deve ser interpretado pela AS:

(16) são *once* municípios que optam por quimbundo

A_1: Existe um x tal que o quimbundo foi opção de x

A_2: O x tal que o quimbundo foi opção de x = [$_F$ *once* municípios]

A A_1, em (16), representa a pressuposição da sentença e A_2 é a asserção principal e funciona como uma sentença equativa que possui como predicado o elemento focalizado.

(17) quem vai guiar é *o papá* [KERILH1][60]

O foco sentencial em (17) é representado pelo sintagma *o papá* e sua interpretação a partir da AS é vista em (18):

(18) quem vai guiar é *o papá* (e não eu/INF)

A_1: Existe um x tal que o carro será guiado por x

A_2: Não é caso que o x (tal que o carro será guiado por x) = eu/INF

&

O x (tal que o carro será guiado por x) = [$_F$ o papá]

Em (18), o pressuposto existencial é visto em A_1. As duas asserções em A_2 apontam para uma negação de valor atribuído à variável x (eu), seguida de atribuição de um novo valor a essa variável que se tornará o foco da sentença: [$_F$ o papá]. Desse modo, a partir

logically simple proposition, which can also be expressed in the form of a single clause without a change in truth conditions".

[59] Apresentamos, no capítulo 5, um panorama das construções clivadas no P_{LB}.

[60] Contexto da sentença (17): o documentador afirma que o informante já sabe guiar o automóvel para ir à escola e o informante nega a informação ao dizer quem, de fato, dirige o carro.

da focalização e da aplicação da AS, podemos destacar, sintaticamente, o foco da pressuposição, seja para identificar o foco de informação, conforme nosso dado em (15), ou o foco contrastivo/identificacional, como temos em (17).

4.3.2. Focalização nas clivadas: Modesto (2001) e Mioto & Negrão (2007)

A abordagem do foco no P_{LB} que assumiremos nessa tese – a ser apresentada no próximo capítulo – parte especificamente das leituras semânticas com uma interface sintática propostas por Modesto (2001) e ratificadas em Mioto & Negrão (2007) para as sentenças clivadas.

Para Modesto (2001: 37), a principal característica de uma sentença clivada são as leituras de contraste, exclusividade e exaustividade que operam em conjunto, além da 'leitura especificacional'.

Nas sentenças especificacionais, há a especificação de um valor a uma variável. No grupo das sentenças clivadas, por exemplo, o constituinte com o traço de foco funciona como esse valor e a sentença introduzida pelo *que* é a variável.

A relação entre valor/variável presente nas sentenças clivadas é a responsável pelas leituras de contraste, pois a atribuição de um valor a uma variável contrasta com todos os demais valores não selecionados, acrescentando uma leitura de exclusividade[61]:

(19) É o João que ama a Maria (não o Pedro/ *e o Pedro também)

Em (19), há a pressuposição de que alguém ama Maria (pressuposição de existência), assim como há pelo menos uma pessoa que não a ama – no caso, o Pedro (pressuposição de exclusividade). O asterisco em [e o Pedro também] aponta para uma violação da leitura de exaustividade. Assim, a leitura exaustiva está em todos os valores que satisfaçam a variável das clivadas.

Modesto (2001: 39) ainda aponta outra característica importante das sentenças clivadas: o constituinte clivado deve seguir a restrição de c-seleção do verbo da sentença encaixada sob a cópula. Essa observação destaca que o constituinte focalizado deve corresponder a um valor obrigatoriamente relacionado ao tipo lógico e à categoria gramatical exigida pela variável[62]:

(20) a. É de mim que ela gosta.

[61] Exemplo adaptado a partir de Modesto (2001: 35-38).
[62] Modesto (2001: 39), exemplo (27), adaptado e renumerado.

b. * É mim que ela gosta.

Em (20), o valor a preencher a variável ‘x que ela gosta’ precisa obedecer a c-seleção de seu verbo. O verbo gostar, selecionando um sintagma preposicional, torna o exemplo (20a) uma sentença gramatical e o valor especificado corresponde ao tipo lógico e categorial exigido pela variável. Segundo Modesto (2001: 39), essa restrição não é obrigatória para as sentenças predicacionais[63].

Em Teoria da Gramática, o constituinte clivado vem sendo analisado, de modo geral, como um elemento gerado na posição de predicado de uma *small clause* (SC)[64] subcategorizada pelo verbo copulativo.

Em Brito & Duarte (2003: 687), apresenta-se simplificadamente uma construção clivada:

(21)... ser [$_{SC}$[65] [α] [o queijo]]

Para Brito & Duarte (2003), o símbolo [α], que ocupa a posição de sujeito da SC, subcategorizada pelo verbo copulativo, corresponde a um constituinte oracional que pode ser uma relativa livre. Observe o exemplo a seguir:[66]

(22) [$_{IP}$ ser [$_{SC}$ [$_{CP}$ {[o que]$_i$/ *OP*$_i$ que } o corvo comeu [v]$_i$] [$_{NP}$ o queijo]$_i$]]

Brito & Duarte (2003: 688), a partir do exemplo (22) acima, explicitam, quanto à categoria vazia presente no constituinte oracional que:

> [...] a categoria vazia presente no constituinte oracional que ocupa a posição de sujeito da oração pequena é ligada por um operador (o pronome relativo ou um operador nulo, em itálico em (12)),[67]cujo valor é fixado pelo constituinte clivado.

---

[63] As sentenças especificacionais são o contrário das sentenças predicacionais. As sentenças predicacionais predicam uma propriedade sem a especificação de um valor, e “não mostram contraste, nem exaustividade (já que nenhum valor é atribuído à variável” (Modesto, 2001: 40). Vejamos a sentença em (i) – Modesto (op.cit) – com valor predicacional:
(i) O que ele faz é lucrativo.
Para Modesto, em (i), depreende-se uma leitura predicacional (não especificacional). Na leitura predicacional em (i), há a pressuposição de que alguma coisa é feita por *ele*, mas essa ‘alguma coisa feita por ele’ não implica não ser alguma outra coisa (i.e., há ausência de ‘contrastividade’, ‘exaustividade’). Em (i), por exemplo, pode-se acrescentar à propriedade ‘lucrativo’, a propriedade ‘benéfico’ como se vê em: (i’) O que ele faz é lucrativo e TAMBÉM benéfico.
[64] Pequena Oração.
[65] Para as autoras (op. cit.), OPeq – Oração Pequena.
[66] Adapatado de Brito & Duarte (2003: 688; dados 12).
[67] Em nosso texto, renumerado como (22).

Logo, como apresentado acima, às construções clivadas se relacionou uma relativa, como se vê em: Braga, Kato & Mioto (2009); Costa & Duarte (2001); Cardoso & Alexandre (2013), entre outros.

Voltando a Modesto (2001), uma estrutura clivada precisa ter leitura especificacional. Mioto & Negrão (2007), além de ratificarem a leitura especificacional de clivadas proposta por Modesto (2001) vão mais além. Os autores (op. cit.) propõem que as sentenças clivadas não contêm uma relativa – como se vê em Brito & Duarte (2003) e outros – pois clivadas não apresentam leitura predicacional.

Em nossa tese, ratificamos, portanto a proposta de Mioto & Negrão (2007) de que, em orações clivadas, não se pode admitir um CP relativo, conforme exemplificamos a seguir[68]:

(23) É a senhora que gosta dele

Uma sentença como (23) pode ou não ser especificacional e apresentar foco sentencial. Se for especificacional, apresentará as leituras de 'contraste', 'exclusividade' e 'exaustividade' que caracterizam a focalização e define o constituinte clivado como o elemento focalizado dessa sentença.

Abaixo, mostramos a sentença (23), renumerada, em seu contexto de apreensão de foco, ou seja, como resposta a uma pergunta-QU – em destaque:

(24)
a. Quem gosta dele?
b. É *a senhora* que gosta dele

A partir da pergunta em (24a), obtemos como resposta o DP 'a senhora', valor atribuído à variável "x" (x = alguém que gosta dele) e, portanto, foco sentencial de (24b). No entanto, sentenças como (23) também podem ter leitura predicacional. Neste caso, não há as leituras próprias das sentenças especificacionais e que tomamos como as únicas possíveis para as clivadas. Observe a sentença (23), renumerada, em seu contexto de leitura predicacional:

(25)
a. Qual é a pessoa que vamos chamar para a festa do Pedro?

[68] O exemplo é nosso.

b. É a senhora que gosta dele

Em (25b) 'É a senhora que gosta dele', a sentença que resulta da pergunta (25a), fica evidente tratar-se de uma sentença do tipo copulativo; e nessa sentença o *que* é analisado como pronome relativo.

A definição de uma sentença relativa (não clivada/não focalizada) é apontada por de Vries (2002 apud Mioto & Negrão, 2007: 160):

- uma sentença relativa é um CP encaixado;
- uma sentença relativa é conectada ao material circundante por um constituinte que funciona como pivô. O pivô é um constituinte semanticamente partilhado pela matriz e pela relativa. Se o pivô, normalmente um sintagma nominal, é realizado na sentença matriz, ele é reconhecido como um antecedente;
- o papel temático e a função sintática que o constituinte pivô desempenha na sentença relativa são em princípio independentes de seu papel semântico e de sua função sintática fora da relativa.

O pivô de uma sentença relativa, como (25b), é exemplificado em (26a-b) – em destaque a pergunta-contexto para a sentença (26):

[Qual é a pessoa que vamos chamar para a festa do Pedro?]
(26)a. É a senhora *que* gosta dele
b. <u>Pivô externo</u> (o SD que desencadeia a oração relativa): *a senhora*
<u>Pivô interno</u> (o termo que 'retoma' semanticamente, na relativa, o pivô externo): o pronome relativo *que*

As diferenças entre as sentenças clivadas e relativas ainda são apontadas por Mioto & Negrão (2007: 173-181) através de critérios prosódicos, sintáticos e semânticos. Pelo critério prosódico, os autores ratificam que prosódias distintas apontam para estruturas distintas nos dois tipos de sentenças. Remetemos o leitor ao trabalho comparativo de Fernandes (2007) e Fernandes-Svartman (2012), para o PB e o PE, que apontam prosódias diferenciadas para sentenças clivadas, em que se atesta foco e a estrutura prosódica de sentenças copulativas sem veiculação de foco.

Quanto ao critério sintático para diferenciar clivadas de relativas, merece atenção, segundo Mioto & Negrão (2007: 175), o fato de o pivô das relativas não poder se mover para fora da *small clause* – em destaque a pergunta-contexto da relativa[69]:

(27)
a. Qual foi a aluna que esqueceu o caderno?
b. Foi a aluna que foi embora

Se considerarmos (27b) como uma resposta à pergunta em (27a), tem-se uma sentença relativa em que o pivô *a aluna*, por ser um constituinte compartilhado pela sentença matriz e pela relativa, apresenta restrições de movimento[70]. Em outras palavras, não é possível mover o DP *a aluna* para uma posição "mais alta" e com isso manter a mesma leitura que se viu em (27b). Caso esse movimento se desse a resposta a (27a) seria agramatical[71]:

(28) *A aluna foi $t_{\text{a aluna}}$ que foi embora

No entanto, *a aluna* em (27b), pode ser interpretada como foco (informacional), desde que responda a uma pergunta-QU como se vê abaixo[72]:

(29)
a. Quem foi que foi embora?
b. A aluna foi $_{ec}$ que foi embora

Ainda segundo Mioto & Negrão (2007: 175), outro ponto que corrobora o fato do CP das clivadas não ser relativo é a função sintática, o Caso e o papel temático que o pivô e a categoria vazia (*ec*) interna à relativa desempenham nas sentenças clivadas e relativas. Se o CP encaixado é do tipo relativo, há uma independência entre o pivô e a *ec* em relação ao Caso e o papel temático que desempenham[73]:

[69] Exemplos adaptados de Mioto & Negrão (2007: 175).
[70] Chamamos a atenção do leitor para o fato de, no Minimalismo e na teoria derivacional, 'movimento' ser tratado como 'Merge Interno' (movimento com cópia) – voltamos ao tema no capítulo 5. Mantemos, no entanto, a nomenclatura 'movimento' para ficarmos mais próximos da noção expressa pelos autores (Modesto, 2001; Mioto & Negrão, 2007) e fiéis à transposição de seus textos para a exposição neste capítulo.
[71] Exemplo adaptado de Mioto & Negrão (2007: 175).
[72] Exemplo adaptado de Mioto & Negrão (2007: 175).
[73] Exemplo adaptado de Mioto & Negrão (2007: 176).

(30) Eu encontrei a professora que $_{ec}$ reprovou o João

Em (30), *encontrei* atribui papel temático de tema ao DP *a professora*, enquanto o papel temático da *ec* é agente, atribuído por *reprovou*. *A professora* possui Caso Acusativo e a *ec*, por sua vez, possui Caso Nominativo. Mioto &Negrão (2007: 176) também apontam que a categoria do pivô e da *ec* não precisam ser a mesma:[74]

(31) Ela mora no apartamento$_i$ que eu construí $_{ec_i}$

Em (31) observamos que a categoria do sintagma *no apartamento* é um PP, enquanto que a categoria da *ec* é um DP. Para as sentenças clivadas, as independências de Caso, papel temático e categorias, observadas em (30) e (31), não ocorrem. Observe o exemplo de clivada a seguir[75]:

(32) Foi uma disciplina que ele cursou $_{ec}$

Para Mioto & Negrão (2007: 176), em exemplos como (32), o constituinte clivado *uma disciplina* é um DP e a $_{ec}$ precisa também ser um DP, já que o elemento clivado e a $_{ec}$ não possuem independência. Do mesmo modo, não ocorre uma independência de Caso ligado ao constituinte clivado e sua $_{ec}$ correspondente, *uma disciplina*, apresenta Caso Acusativo, o mesmo sendo atestado na $_{ec}$.

Mioto & Negrão (2007: 177) observam que, para a relativização, restrições são impostas quanto à categoria dos constituintes que poderiam funcionar como pivô. Advérbios, adjetivos e verbos têm "sérias restrições" para funcionarem como pivôs em estruturas relativas. No entanto, essas categorias podem ser clivadas. Observe os exemplos a seguir no português do Libolo e do Brasil:

P_{LB}

(33) depois é que foi escola primária [PAVARH5]

PB

(34)a. É escandalosa que ela é[76]

[74] Exemplo adaptado de Mioto & Negrão (2007: 176).
[75] Exemplo adaptado de Mioto & Negrão (2007: 176).
[76] A categoria adjetivo, por exemplo, pode ser parte do pivô externo de uma relativa, se adjungida a um nome (o pivô em si), como se vê em [aquela menina escandalosa]: "Aquela menina escandalosa que vestia uma saia rosa mora em Ipanema." No entanto, não é possível que o AP 'escandalosa' sozinho desencadeia uma oração relativa.

b. É viajar que ele quer

Logo, o exemplo (33) em P_{LB} e (34a-b) em PB são estruturas clivadas, haja vista que o advérbio "depois" (33), o adjetivo "escandalosa" (34a) e o verbo "viajar" (34b) não poderiam funcionar como antecedentes de orações relativas.

A forma como o pivô e o foco são retomados também aponta, segundo Mioto & Negrão (2007: 177), para a afirmação de que o CP das clivadas não é relativo:[77]

(35) O aluno que você entregou o livro para ele não veio hoje

Em (35) o pivô *o aluno*, realizado externamente à relativa como um DP, pode ser retomado por um resumptivo – *ele* –[78] quando o CP é introduzido pelo complementizador *que*. Porém, um foco deslocado na periferia esquerda tem que ser retomado por uma *ec*, como exemplificado em:[79]

(36) É a blusa que você costurou que $_{ec}$ /*ela está na secadora (e não a blusa que você comprou)

Segundo Mioto & Negrão (2007: 177-178), um exemplo como em (36) com o constituinte *a blusa que você costurou* (parte da clivada) vinculado a uma variável e derivado por movimento, faz com que esse constituinte seja retomado por um vazio e nunca por um pronome resumptivo – como o asterisco em (36) aponta.

Quanto aos critérios semânticos, Mioto & Negrão (2007: 179-181) reforçam que o foco identificacional expressa uma operação semelhante a da quantificação, representando o subconjunto exaustivo do conjunto de elementos dados contextual ou situacionalmente. Esse constituinte marcado como foco identificacional representa o valor da variável presa por um operador abstrato, exprimindo identificação exaustiva. Os autores (op. cit.) exemplificam essa identificação exaustiva e o papel da semântica a partir das diferentes interpretações da sentença quando o foco interage com quantificadores e operadores[80]:

(37) a. Foi com a Maria que todo convidado da festa de formatura quis dançar.

---

[77] Mioto & Negrão (2007: 177), exemplo (49).
[78] "Um dos aspectos que definem o pronome resumptivo é o facto de ele recuperar o conteúdo semântico do seu antecedente, redobrando-o." (ALEXANDRE, 2000: 59).
[79] Exemplo adaptado de Mioto & Negrão (2007: 177-179).
[80] Mioto & Negrão (2007: 181), exemplos (62 a,b), renumerados.

b. Todo convidado da festa de formatura quis dançar foi com a Maria.

Seguindo a análise de Mioto & Negrão (2007: 181), a sentença em (37a) descreve a situação em que a Maria foi a única dentre todas as garotas da festa com quem todos os convidados quiseram dançar. A identificação exaustiva, nesse caso, tem escopo sobre a quantificação universal. Em (37b), interpreta-se que todos os convidados da festa quiseram dançar com uma única garota presente na festa, ou seja, a Maria, apontando que a quantificação universal tem escopo largo sobre a identificação exaustiva. Nas sentenças relativas em que um sintagma nominal funciona como pivô, não há a possibilidade desse sintagma exibir a propriedade de escopo quando ocorre com operadores e quantificadores a menos que ele mesmo seja um sintagma quantificado[81]:

(38) a. Eu conheço a menina com quem todo convidado da festa de formatura quis dançar.

b. Todo convidado da festa de formatura quis dançar com a menina que eu conheço.

Em (38a-b), a menina é o pivô da sentença e a única leitura que se pode depreender é a de que o desejo de ter a menina como parceira de dança foi uma unanimidade entre os convidados da festa.

As abordagens de Modesto (2001) e de Mioto & Negrão (2007) para as sentenças clivadas a partir dos critérios de contraste, exclusividade e exaustividade mais a leitura especificacional que as distinguem das sentenças predicacionais, auxiliou-nos na delimitação de nosso corpus, conforme apontamos a partir de um trecho de transcrição do P_{LB}[82] – mais uma vez chamamos a atenção do leitor para a leitura criteriosa, em um primeiro momento, do material coletado em campo e a delimitação prévia de um corpus que atendesse a finalidade de nossa análise :

[81] Mioto & Negrão (2007: 181), exemplos (63 a,b), renumerados.

[82] Informante (BRANAH2). O trecho da transcrição apresentada segue a proposta da Chave de Transcrição do Projeto Vertentes, apresentada no capítulo 3.

DOC: por que é que foste treinar capoeira?

40 INF: bem pelo gosto mesmo, e eu já gosto muito de exercício... e quando vi mais a capoeira à primeira gosto muito de exercício música

DOC: hum hum

INF: então vi que ela tem as duas coisas então eu decidi ir pra lá

DOC: mas tu viste na televisão ou foste ver lá um... na escola como é que isso aconteceu?

45 INF: é assim eu quando vivia na ilha em Luanda ali é o sítio onde tem dão mais treino de capoeira por ser *memo* praia uma ilha então via as pessoas assim na rua e cada vez que eu passava me olhavam qualquer coisa eu ficava assim a apreciar então comecei a dar gosto por aquilo, né, porque **é *música* que eu gosto muito** e exercício assim misturado ao *memo* tempo então (ININT)

[BRANAH1]

QUADRO 6 – Identificação de sentença relativa no P_{LB}

No quadro 6, interessa-nos a linha 48 e o conteúdo em destaque reproduzido abaixo:

(39) **é música que** eu gosto muito e exercício assim misturado ao *memo* tempo

A sentença em (39), embora ateste uma estrutura [SER + XP + QUE], semelhante às estruturas marcadas para foco, ratificando-se a proposta de Mioto & Negrão (2007), não pode tratar-se de uma estrutura clivada.

A primeira evidência para uma análise de sentença relativa para a sentença em (39) está no fato da informação já estar pressuposta no discurso. O informante, ao responder a primeira pergunta do documentador, relata que gosta "muito de exercício *música*" a ponto de fazê-lo treinar capoeira, pois é uma atividade que une dois de seus gostos. Em sua última fala, apontada no trecho, nota-se que o informante continua a explicar a razão de sua apreciação pela capoeira por ser "música que eu gosto muito e exercício assim misturado ao *memo* tempo". O informante retoma, portanto, a informação já declarada no início de seu discurso.

Outra evidência de não se tratar de uma construção clivada está no constituinte entre a cópula e o pronome relativo não sofrer a restrição de c-seleção que é obrigatória para as sentenças clivadas. Caso (39) fosse uma clivada, o constituinte focalizado deveria seguir a regência do verbo:

(40) é DE MÚSICA que eu GOSTO muito (e não de dança)

Essa obrigatoriedade é devido ao foco ser um valor que corresponde ao tipo lógico e à categoria gramatical requerida pela variável. Em (40) o valor "de música" satisfaz a exigência categorial do verbo – ou variável – "gostar", ou seja, um sintagma preposicional. O dado em (41)[83], do P_{LB}, também exemplifica essa obrigatoriedade de restrição de c-seleção do verbo em uma sentença com foco[84]:

(41) jogo com a Inter o árbitro foi muito bom agora ***com Petro* é que**... não foi mesmo bom estragou muito jogo do Libolo

Em (41), observa-se, em destaque uma sentença tradicionalmente classificada como 'clivada invertida', em que o constituinte focalizado é realizado antes da cópula. A AS do elemento focalizado em (41), pode ser representada como vemos a seguir:

(42) com Petro é que não foi mesmo bom

A_1: Existe um x tal que o árbitro não foi muito bom com x

A_2: Não é caso que o x (tal que o árbitro foi bom com x) = Inter

&

O x (tal que o árbitro não foi bom com x) = $[_F$ Petro]

O sintagma preposicional *com Petro* funciona como o valor preenchido da variável "não ser bom" e satisfaz a exigência de c-seleção do verbo *ser* (foi). Chamamos a atenção do leitor para a agramaticalidade da sentença (41), caso seja omitida a preposição *com*:

(43) ***Petro* é que**... não foi mesmo bom estragou muito jogo do Libolo[85]

Retomando os critérios de diferenciação entre uma sentença relativa e uma sentença clivada, ao aplicarmos o critério de retomada do pivô da relativa apresentado por Mioto & Negrão (2007: 177-179), notamos que o exemplo (39), renumerado como

[83] Informante (JOMAJH2). O contexto desse trecho da conversa, do qual foi extraída a sentença, é uma discussão sobre os times de futebol do campeonato em andamento e o desempenho do árbitro que apitou os jogos do clube Recreativo Libolo e Petro de Luanda.

[84] Ratificamos o leitor da necessidade de estudos mais aprofundados e específicos acerca da predicação e da complementação do sistema verbal do P_{LB} para que possamos ter um panorama dos processos de s-seleção e c-seleção. Para o exemplo (41), argumentamos a partir das análises já realizadas para o PB.

[85] A omissão da preposição *com* em (43) encerraria uma leitura em que o clube Petro (de Luanda) não teve uma boa atuação e acabou estragando o jogo do Libolo, e não o árbitro, conforme o contexto da sentença e apresentado na nota 33.

(44) adiante, também se trata de uma sentença relativa, já que o pivô *música* pode ser retomado por um resumptivo:

(44) **<u>é música que</u>** eu gosto muito $_{dela}$ e exercício assim misturado ao *memo* tempo

Chamamos a atenção para o fato de que uma sentença clivada não permitiria que um pronome resumptivo retomasse o termo focalizado, sendo essa função realizada por uma $_{ec}$, como exemplificado a seguir[86]:

(45) **<u>é de música que</u>** eu gosto muito $_{ec}$ *dela (e não de pintura)

A distinção das sentenças especificacionais do grupo das sentenças relativas que apresentamos é importante para nossa discussão no próximo capítulo em que apontamos o problema de se considerar uma sentença clivada como biclausal a partir da presença de uma cópula e de um complementizador.

Na próxima subseção, fazemos uma breve apresentação de como a sintaxe em seu modelo representacional, especificamente por meio da análise cartográfica, aborda o fenômeno do foco.

4.3.3. A abordagem cartográfica do foco

Os estudos sobre a categoria foco, incluindo sua realização através do processo de clivagem, tem sido realizados, em sua maioria, a partir de estudos que tomam a estrutura sintática como uma hierarquia de constituintes, cabendo à análise cartográfica o mapeamento da estrutura sintática. As sentenças, no modelo cartográfico, são formadas pela estrutura lexical e pela estrutura funcional mais alta. Especificamente para o CP, apontamos a expansão do CP de Rizzi (1997; 2002; 2004)[87].

Para Rizzi (1997), o CP é uma estrutura complexa que agrega uma série de categorias funcionais na periferia esquerda da sentença. A explosão do CP, portanto, ocorre para que certos constituintes discursivos – como o foco e o tópico – possam ser acomodados. A proposta expandida do CP de Rizzi (2002), (2004) advoga que o movimento para a periferia esquerda não envolve adjunção opcional para Sintagma

[86] Em nosso corpus, por ora, não foram encontradas sentenças relativas com pronome resumptivo, impossibilitando uma comparação com o PB e PE, por exemplo, a esse respeito. Reforçamos, assim, a necessidade de estudos futuros sobre essa questão.

[87] Não é apenas o CP que abrigaria posições para os constituintes discursivos. Belletti (2001, 2004) delimita que a área entre TP e vP é o espaço reservado para que foco e tópico sejam codificados.

Flexional – IP – mas movimento por substituição para diferentes projeções X´ acima de IP. O autor (op. cit.) refina uma proposta de que o Sintagma Complementizador seja, portanto, um sistema formado por mais material que uma simples projeção X-barra e a periferia esquerda da sentença hospede, assim, uma estrutura rica e articulada de diferentes tipos sintagmáticos, apoiada na ideia de que todo tipo de movimento deve ser motivado para satisfazer algum critério. É o que se chama de "explosão do CP".

O "CP explodido" age como interface entre o conteúdo expresso por IP e uma estrutura superordenada (como uma oração mais alta, ou ainda uma articulação discursiva), expressando dois tipos de informação de natureza interna e externa. Desta forma, os vários constituintes da periferia à esquerda da sentença respondem:

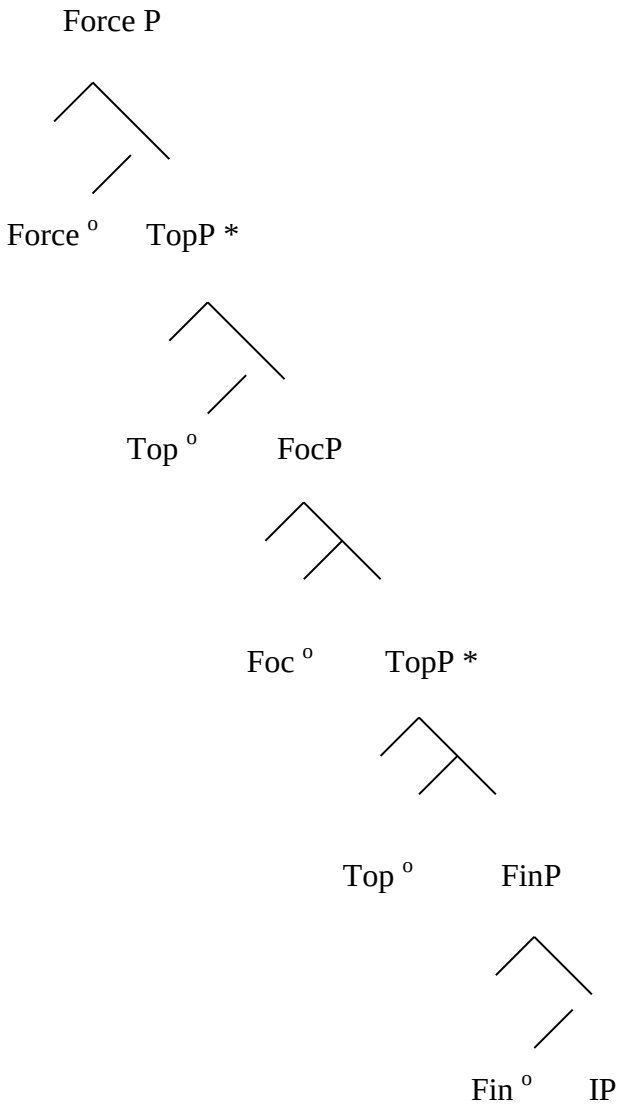
(i) por tipo e forma da sentença – Sintagma de Força (ForceP), Sintagma de Finitude (FinP);

(ii) pela codificação de informações como 'comentário' e 'pressuposição' – Sintagma Tópico (TopP), Sintagma Foco (FocP).

O subsistema (ii) codifica informações relacionadas a comentário (*tópico*) e à pressuposição (*foco*). É o espaço estrutural que aloja constituintes com funções independentes de restrições selecionais como as existentes no subsistema ForceP/FinP. Tópico e foco só estão presentes na estrutura se requeridos. Logo, se tópico ou foco são ativados, eles encontram-se "ensanduichados" entre ForceP e FinP[88]. Abaixo, segue a estrutura do CP cindido proposto por Rizzi (1997)[89]:

[88] Categoria ForceP: codificação do tipo de sentença (declarativa, interrogativa, etc.) e orientação para a estrutura superior (a articulação do discurso); Categoria FinP: ligação do CP com o IP e codificação de informação que determina a finitude da sentença.
[89] Rizzi (1997:335); (41).

(46)



Devido às posições diferentes que os operadores-QU podem ocupar na estrutura do CP explodido, e de sua relação de localidade com advérbios antepostos, a proposta do CP em Rizzi (1997) é ampliada em Rizzi (2002). Na proposta de Rizzi (2002), apresentam-se três posições de tópico – TopP –, uma posição de intensificador – IntP – (para hospedar os WHs altos) e uma posição de modificador – ModP – (para hospedar os elementos adverbiais ditos "proeminentes":

(47) *Force P TopP IntP Top P FocP ModP TopP FinP IP*

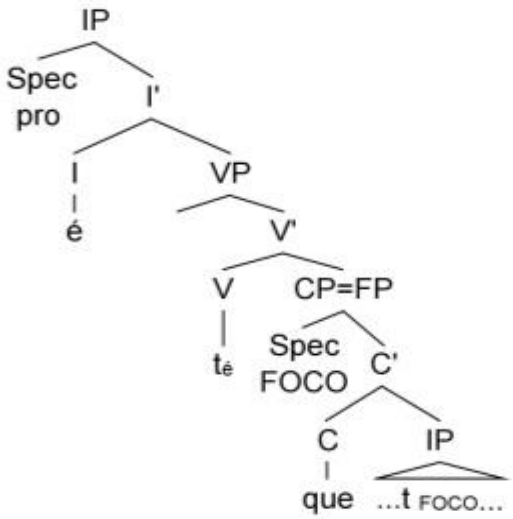
Abaixo, observe um exemplo do português brasileiro em que algumas das projeções do CP explodido são preenchidas[90]:

(48) a. Por fim de contas, o João, por que repentinamente você o convidou para a festa?

a'. [$_{ForceP}$ [$_{ModP}$ **Por fim de contas** [$_{TopP}$ **o João** [$_{IntP}$ **por que** [$_{ModP}$ **repentinamente** [$_{FocP}$ **VOCÊ** [$_{FinP}$ [$_{IP}$ o convidou...]

A proposta cartográfica acima, como já apontada, vem sendo abordada amplamente na literatura acerca dos estudos sobre foco. Mioto & Negrão (2007), por exemplo, ainda que, indiretamente, utilizam a proposta cartográfica (MIOTO & NEGRÃO, 2007: 172), logo afastam-se, também quanto à representação estrutural da clivada, da hipótese de que o CP que aloja o foco seja relativo – como a proposta de Brito & Duarte (2003) e de outros[91]. A seguir, apresentamos a representação arbórea de Mioto & Negrão, 2007: 172, (30)):

(49)



A realização do elemento 'que' na posição de FOCP é reforçada em Mioto (2001).

O CP expandido, apesar de abordar os "caminhos" que determinado sintagma percorre para que a leitura de foco seja codificada na sentença, não consegue explicar, por exemplo, como esse sintagma adquire o traço [+F] a partir da numeração e seleção lexical até o momento de *spell out*, conforme apontam Erteschik-Shir (2005), Irurtzun (2005), entre outros.

[90] Polli (2008: 110); dado (3.60), renumerado.
[91] Ver estrutura (21) neste capítulo.

Para Erteschik-Shir (2005: 34), o foco (e o tópico) é selecionado diretamente do léxico, não se associando com uma categoria em particular e não sendo obrigatório em uma projeção. Se o foco está associado a algum núcleo, o traço [+F] pode, opcionalmente, "espalhar-se" conjuntamente com os traços-phi[92] sendo implementado na sintaxe conforme os princípios sintáticos da projeção e a entonação é derivada dessa estrutura.

Segundo Irurtzun (2005: 3-24), o foco não pode ser analisado pela abordagem da "periferia à esquerda" em que se apontavam as transformações sintáticas que determinado sintagma [+F] percorria na sentença, mas não explicava como a leitura de foco era adquirida partindo da numeração até *spell out*. Para o autor (op.cit.), a estrutura do foco deve ser vista a partir de uma abordagem derivacional a partir da atribuição de múltiplos traços [+F] para diferentes itens lexicais. O foco é construído, portanto, derivacionalmente por *merge*.

As questões apontadas por Erteschik-Shir (2005) e Irurtzun (2005) corroboraram a necessidade que vimos surgir durante a análise dos dados de revermos "explicações" sobre o foco no PLB, principalmente as diretamente ligadas às sentenças denominadas "clivadas", nos direcionando para uma reanálise das sentenças marcadas para foco a partir de um quadro teórico minimalista de fases. Esse será, portanto, o escopo de nosso próximo capítulo.

4.4. Síntese do capítulo

O objetivo principal do capítulo foi introduzir a categoria foco a partir de duas abordagens: a semântica e a sintática. Na abordagem semântica, apresentamos por meio de uma Estrutura de Asserção que se pode depreender o valor de foco pelo contexto assertivo e pela pressuposição existencial. Uma breve abordagem da tipologia do foco também foi apresentada a partir das noções de contrastividade/(identificação) X não-contrastividade.

A abordagem sintática foi apresentada a partir das leituras de dois trabalhos "chave": Modesto (2001) e Mioto & Negrão (2007). A argumentação de Modesto nos apresenta às leituras específicas que uma "sentença clivada" deve apresentar para ser classificada como tal e, consequentemente, veicular foco: leituras de contrastividade, exaustividade e exclusividade. Além disso, a leitura especificacional é fundamental para a distinção de uma sentença predicacional. Mioto & Negrão, apoiando-se na proposta

[92] Os traços-phi são apresentados no capítulo 5.

vista em Modesto, argumentam que uma sentença clivada, devido às suas leituras particulares e a função que o foco assume nessa estrutura, não pode conter uma relativa.

CAPÍTULO 5
A CATEGORIA FOCO NO PORTUGUÊS DO LIBOLO: UMA ANÁLISE DERIVACIONAL

No capítulo anterior, apresentamos as abordagens semântica e sintática para o estudo da categoria foco no P_{LB} a partir de construções específicas, ou sentenças marcadas, exemplificadas por meio do levantamento do corpus e delimitação dos dados. Conforme apontado na Introdução desta tese e ratificado no capítulo 4, nossa descrição centrou-se no foco de escopo estreito devido às particularidades do material coletado no Libolo e aos fatos que impediram a realização de testes específicos para a apreensão do foco. Assim, ao destacarmos as sentenças marcadas para o foco no P_{LB}, a partir do nosso conjunto de dados, priorizamos a descrição e a análise do foco de tipo estreito em detrimento do foco de escopo largo. Ratificamos, contudo, que, como já dito anteriormente, foram encontradas, em nosso corpus, sentenças que atendem aos critérios de classificação de foco de escopo largo. No entanto, devido à falta de testes e dados para se aferir a intuição do falante nativo do P_{LB} em relação a esse tipo de foco, desconsideramos a sua descrição e análise neste trabalho.

No tocante ao foco de escopo estreito, que é a temática de análise deste capítulo, no capítulo 4, destacamos a realização de uma sentença marcada, classificada na literatura como "clivada" – uma operação específica de apreensão do foco.

Neste capítulo, a partir de dados do P_{LB} e de trabalhos recentes na perspectiva minimalista por fases (phase)[93], reconsideramos a função do verbo *ser* como cópula e do elemento *que* como complementizador ou relativo associado às clivadas. Logo, desconsideramos, nesta tese, a análise que vem sendo atribuída a estruturas como as explicitadas no capítulo 4 e reapresentadas em:

(1) [[verbo SER + elemento focalizado + QUE] + 2ª oração]

como estruturas clivadas ou, em linhas gerais, uma estrutura dita biclausal. Porém, na subseção (5.1.) – de aspecto descritivo –, apresentamos, no P_{LB}, as construções classificadas tradicionalmente como clivadas e pseudoclivadas que evidenciamos em nosso *corpus*. Esses dois tipos de sentenças, embora veiculem o foco sentencial, são estruturadas a partir de itens específicos para essa função, conforme será apontado. Na subseção (5.2), retomamos as bases da estrutura de uma clivada com o objetivo de questionarmos, como já apontado, o *status* do verbo *ser* como cópula em tais construções e do elemento *que* como complementizador, pronome relativo e ainda como

[93] Merge/Probe-Goal-Agree (CHOSMKY, 1999, 2000, 2004, 2008).

núcleo da categoria foco[94]; finalizamos essa seção, ratificando nossa proposta de desconsiderarmos estruturas em (1) como "clivadas". Abrimos a seção (5.3.), de ordem teórica, a fim de explicitarmos, brevemente, a noção minimalista de fase que será o modelo com o qual nos apoiaremos para analisarmos as sentenças marcadas para o foco no P_{LB}. Na seção (5.4), apresentamos, portanto, a descrição e análise de sentenças marcadas para o foco no P_{LB} a partir de um conjunto de sentenças da língua.

5.1. Para uma descrição das construções classificadas tradicionalmente como clivadas e pseudoclivadas no P_{LB}

Neste capítulo, como já mencionado, nosso destaque é uma análise que se distancia da tradição de classificar as sentenças formadas por (SER + elemento focalizado + QUE), e suas variações, como sentenças clivadas. No entanto, nesta seção, não podemos desconsiderar o fato de que, durante o processo de delimitação dos dados, observamos a ocorrência do fenômeno da "clivagem" no P_{LB}: clivadas e pseudoclivadas. Tal observação ocorreu concomitantemente com a leitura da literatura sobre a clivagem em PB e PE; logo, desnecessário que se diga que o cotejo entre a clivagem em P_{LB}, PB e PE foi uma etapa inevitável durante nossa análise.

Relembrando o que já foi abordado no capítulo 4, um dos recursos de que a língua dispõe para a focalização de determinado constituinte é o processo comumente conhecido por clivagem. A tradição gramatical aponta dois tipos de sentenças que são resultantes desse processo: as clivadas e as pseudoclivadas (que se constituem no processo "clivagem" – ver Ribeiro & Côrtes Jr. (2009: 210), entre outros). Os dois tipos de sentenças licenciam a veiculação do foco sentencial embora apresentem estruturas diferentes e itens lexicais com funções distintas. Vejamos como as clivadas e as pseudoclivadas são tomadas genericamente.

Como já apontamos no capítulo 4, a estrutura de uma sentença clivada básica pode ser vista em (2):

(2) SER + elemento focalizado + QUE

Em (2) o verbo *ser* é tradicionalmente tomado como um verbo copulativo e o elemento *que* é tomado, a depender da análise, como um pronome relativo, complementizador ou

[94] Sobre o *status* de que como complementizador ou relativo, ver Brito & Duarte (2003: 662; nota 7); sobre *que* como núcleo de FOCP, ver Mioto & Negrão (2007: 172; (30)).

marcador de foco – deixamos para a subseção seguinte a discussão acerca dessas definições envolvendo os constituintes que compõem uma sentença marcada para o foco. No P_{LB}, atestamos a "clivada básica" – e suas variações de ordem. Antes, no entanto, de apresentarmos a primeira exemplificação, chamamos a atenção do leitor para o fato de que, nesta subseção, não utilizamos as definições tipológicas atestadas na literatura para as sentenças clivadas e pseudoclivadas por estar fora do escopo desta tese a apresentação de tipologia específica da clivagem para o P_{LB}. Remetemos o leitor, contudo, aos trabalhos já realizados nesta temática para o PB (BRAGA, KATO & MIOTO, 2009; RIBEIRO & CÔRTES Jr., 2009) e o PE (BRITO & DUARTE, 2003), entre outros.

Vejamos, a seguir, exemplo de "clivada básica" em P_{LB}.

Contexto:

INF: todas preocupações DOC: sim... sim... sim INF: caso soba não ININT que faz o controle ININT da sua população DOC: exatamente... exatamente INF: o soba tem que apresentar toda preocupações do povo porque o governo não **é o governo que** vem a saber o que é que se passa [PAVARH5]

Do contexto acima, destacamos, a seguir, a sentença em negrito:

(3) não **é o governo** que vem a saber

Em (3) tem-se a estrutura básica de uma sentença marcada para o foco, classificada tradicionalmente como "clivada básica" e formada pelos elementos em (2) e que retomamos a seguir:

(4) a. SER + elemento focalizado + QUE (...)
b. (não) **é o governo que** (vem a saber)

No P_{LB} há também a ocorrência do elemento focalizado em uma estrutura composta pelos mesmos elementos vistos em (4a), mas em uma ordem inversa do elemento focalizado.

Contexto:

INF: Não é devidamente {chegado}

DOC: Já estou aprendendo

INF: é ... a *cadera* mais segura é sempre na parte de mãe... hum... na parte de mãe.

DOC: Como? Por quê?

INF: Porque **a mãe é que nasce**. A mãe é que sabe que este, a partir deste momento, este filho aqui pertence ao seu (ININT).

DOC: Não há dúvidas.

(DIDISH2)

Do contexto acima, destacamos a sentença em negrito:

(5) Porque **a mãe é que** nasce

Em (5) tem-se a realização do foco "a mãe" em ordem inversa da que apontamos em (4a). Neste exemplo, o constituinte focalizado é realizado antes do verbo SER, resultando na seguinte estrutura:

(6) a. elemento focalizado + SER + QUE (...)

b. Porque **a mãe é que** nasce

Outro tipo de sentença que veicula uma leitura de foco e sofre o processo de clivagem são as pseudoclivadas. Diferentemente das clivadas, a pseudoclivada é formada por uma sentença-QU seguido do verbo *ser* e, finalmente, o foco:

(7) sentença-QU + SER + elemento focalizado

Em (7) a sentença-QU é introduzida por um pronome-Q que concorda com o elemento focalizado semanticamente. No P_{LB} atesta-se esse tipo de construção.

Contexto:

DOC: (...) este visto é do Japão... Japão fui visitar o Japão ok... depois podes ir mesmo no computador. Tu tens computador em casa?

INF: não

DOC: não e aqui... aqui não costumas ir ver computador

INF: aqui... não (ININT) **quem** tem computador **é minha irmã**

[MAIPAM2]

Do contexto acima, destacamos a sentença em negrito:

(8) **quem** tem computador **é minha irmã**

Em (8) a sentença-QU "quem tem computador", introduzida pelo pronome-Q "quem", é seguida pela cópula e, finalmente, pelo foco da sentença "minha irmã", conforme a estrutura em (7). Na sentença (8), nota-se a correlação entre o pronome-Q "quem" e o traço [+ humano] do foco sentencial – "minha irmã".

Assim como a sentença clivada em que o constituinte focalizado antecede o verbo *ser*, também temos uma sentença pseudoclivada em que o foco dá-se antes da cópula seguido da sentença-QU. No P_{LB} temos esse tipo de construção:

Contexto:

INF: e o... e o Eduardo Mavenda aquela casa era do senhor Roque
INF2: ham
INF: viveu lá longos anos o pai do... do José... Eugênio
DOc: hum hum
INF2: sim
INF: **José Eugênio é quem construiu essa casa** do... José Batista
INF2: pois que é marido da Fernanda
INF: é
[PAVARH5]

Do contexto acima, destacamos a sentença em negrito:

(9) José Eugênio é quem construiu essa casa

Em (9) o foco sentencial "José Eugênio" antecede a cópula seguido da sentença-QU introduzida pelo pronome *quem* ditado pelo constituinte focalizado com o traço [+humano].

A literatura sobre a tipologia das sentenças clivadas também aponta para um tipo de pseudoclivada em que ocorre a omissão do pronome-Q. No PLB esse tipo de sentença pode ser atestado como no exemplo a seguir.

Contexto:

DOC: vocês podem... a punição que vocês dão qual é que é nesses casos... por exemplo um...
INF: ... a punição...
DOC: ... que anda a enganar o outro
INF: a mulher do outro?
DOC: ham
INF: a punição **vai decidir é o dono da mulhere**
DOC: ah
INF: o soba não pode dizer que você paga isso
[PAVARH5]

Do contexto acima, destacamos a sentença em negrito:

(10) vai decidir é o dono da mulhere

Em (10) não há a presença do pronome-Q *quem* encabeçando a sentença-QU e o foco sentencial "o dono da mulhere" é realizado pós-cópula assemelhando-se à estrutura da pseudoclivada básica, exceto pela omissão do pronome-Q.

Sentenças como as em (3)-(10) são classificadas na literatura por clivadas e pseudoclivadas. Pesquisas apontam que, no PB, há uma predileção para sentenças clivadas enquanto que no PE a opção se dá por pseudoclivadas – ver Fernandes (2007). No entanto, no $P_{LB,}$ não se verificou a predileção dos falantes com relação ao tipo de clivagem. De fato, em dado momento da pesquisa, nosso direcionamento deixou de ser a análise "biclausal" – a análise de "clivagens" – para sentenças como as em (3)-(8); logo, a verificação de tipos de clivadas passou a ser desconsiderada na investigação, como apresentamos nas seções que se seguem.

5.2. (Re)definindo o verbo 'ser' como cópula em sentenças marcadas para foco – e o elemento 'que'

Como já mencionado no capítulo 4, as sentenças clivadas são tomadas genericamente como uma estrutura que licencia a leitura de foco e sua estrutura básica é formada por: verbo (SER + elemento focalizado + QUE) – ver (1).

Retomamos as definições de Jespersen (1949) e de Lambrecht (2001), apontadas no capítulo 4 – subseção (4.3.1.), acrescentando, ainda, as definições de mais outros três autores sobre esse tipo de sentenças – as clivadas:

> A clivagem de uma sentença por meio de *it is* (frequentemente seguido por um pronome relativo ou conectivo) serve para destacar um elemento específico da sentença e, muitas vezes, ao chamar atenção para esse elemento e trazê-lo como se estivesse em foco, marcar um contraste.
>
> Jespersen (1949 apud Lambrecht 2001: 465, traduzido)

> Uma construção clivada é uma estrutura sentencial complexa que consiste em uma sentença matriz encabeçada por uma cópula e uma sentença relativa ou uma similar a relativa cujo argumento relativizado é co-indexado com o argumento predicativo da cópula. Tomadas em conjunto, a (sentença) matriz e a (sentença) relativa expressam uma proposição logicamente simples, que também pode ser expressa na forma de uma sentença simples sem alterações nas condições de verdade.
>
> (Lambrecht, 2001: 466, traduzido)

> As sentenças *it-clefts* [*it* is] possuem a forma: *It* + cópula + predicado nominal + sentença relativa.
>
> (Foley & Van Valin, 1985: 359, traduzido)

> Nas construções de clivagem, o constituinte em posição de destaque identifica o subconjunto exaustivo de elementos de um conjunto contextualmente dado [...]. [...] são frases copulativas de tipo identificacional, em que o constituinte posto em destaque, que a partir de agora será designado constituinte clivado, é gerado na posição de predicado da oração pequena subcategorizada pelo verbo copulativo. [...] a categoria vazia presente no constituinte oracional que ocupa a posição de sujeito da oração pequena é ligada por um operador (o pronome relativo ou um operador nulo) [...].
>
> (Brito & Duarte, 2003: 686-688)

> [...] a clivagem é, muitas vezes, entendida como uma operação que se aplica a uma sentença qualquer e a cinde em duas [...]. A operação de clivagem é realizada necessariamente para destacar sintaticamente um sintagma como foco [...]. A clivagem é uma operação que cria sentenças copulares.
>
> (Braga, Kato & Mioto, 2009: 253-280)

As definições apresentadas acima, retiradas de períodos distintos e de autores com perspectivas teóricas diferentes, apontam para, ao menos, duas características estruturais das sentenças chamadas clivadas: (i) a presença de uma cópula e (ii) a presença de um pronome relativo (ou operador). Ainda, de acordo com as definições, em teoria da gramática, a cópula subcategoriza uma sentença especial: uma *small clause* que faria

parte de uma estrutura clivada (ver (1)). Nas subseções seguintes, destacaremos as sentenças copulares e o elemento *que* presentes nas sentenças ditas clivadas.

5.2.1. As sentenças copulares

Antes de prosseguirmos enfatizando acerca do elemento 'cópula', faz-se necessário apontar, embasados em estudos tipológicos, que as cópulas, nas línguas do mundo, se dividem em: (i) *verbais* – ver Schachter (1996: 11), Stassen (1997: 91), entre outros –; (ii) *pronominais* – ver Payne (1999: 117) –, entre outros; e (iii) *cópulas-partículas* – Payne (1999: 117). No entanto, em português, a cópula é verbal e é realizada através de dois verbos: *ser* e *estar*. Chamamos a atenção para outros verbos em português que podem ser tratados, em alguns ambientes sintáticos, como "verbos de ligação" (i.e.: cópulas) – ex.: *andar*, *parecer* –; no entanto, esses verbos estão fora do escopo de nossa análise. No entanto, está fora também de nossa análise, o verbo copulativo *estar*, haja vista que o que nos interessa enfatizar nesta tese são as sentenças marcadas para foco, inseridas em estruturas convencionalmente chamadas de clivadas, e, neste ambiente sintático, o verbo copulativo *estar* não se apresenta, mas tão somente o verbo copulativo *ser*.

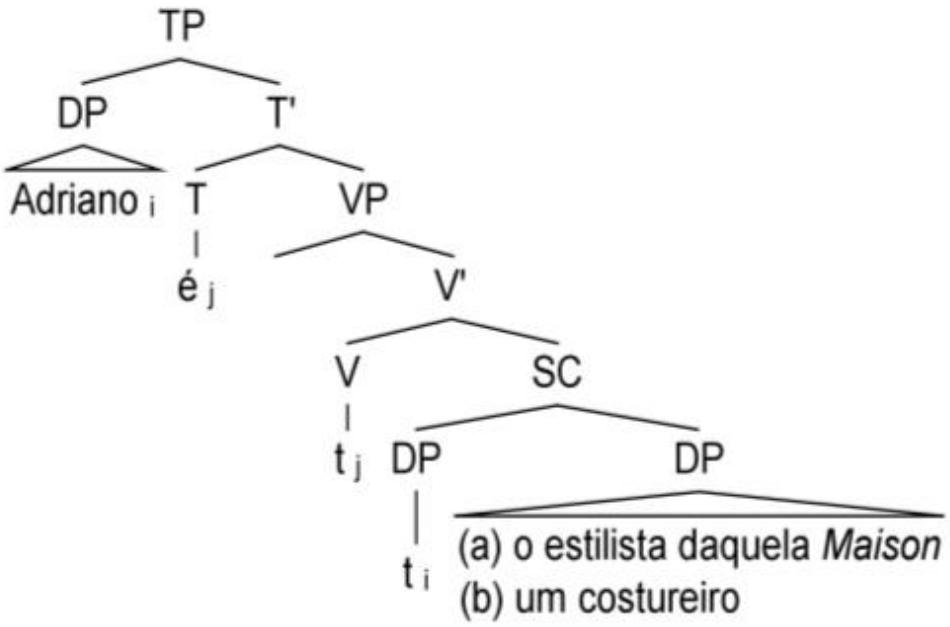
O verbo *ser* pertence à classe dos verbos inacusativos e seleciona semanticamente um argumento interno: *small clause* (ou pequena oração). A *small clause* é, portanto, uma predicação organizada por meio de dois sintagmas de natureza [+N], selecionados a partir de um verbo copulativo. Observe a estrutura abaixo[95]:

(11)a. Adriano é o estilista daquela *Maison*

b. Adriano é um costureiro

[95] Estrutura baseada em Oliveira (2010: 136-140).

c.



Comumente, as sentenças copulares são classificadas como equativas ou predicativas a partir da determinação (ou não) do sintagma que ocorre pós-cópula (GOMES 2007: 40)[96]. Em (11a), portanto, tem-se uma *copulativa equativa* em que o DP pós-cópula é definido e os DPs "sujeito" e "predicado" podem trocar de posições e reportarem-se ao mesmo referente e sem prejuízo de verdade; em (11b), diferentemente, apresenta-se uma *copulativa predicativa*, que, por sua vez, possui um DP pós-cópula indefinido cuja relação estabelecida é a de predicação.

O predicado das *small clauses* também pode ser definido a partir da distinção de dois tipos de cópula: a impessoal, exemplificada em (12), e a cópula de alçamento em (13):

(12)[97] a. É tarde

b. É que eu vou viajar

[96] Segundo Gomes (2007: 40), a equatividade em sentenças com DP definido não apresenta um consenso teórico e para alguns autores, sentenças tomadas como equativas são predicativas. Remetemos o leitor para o texto apontado para a exposição dessa discussão.

[97] Braga, Kato & Mioto (2009: 280), exemplo (78 a,b), renumerado.

(13) [98]a. O João é um poeta. a'. *Um poeta é o João.

b. O João é o chefe. b'. O chefe é o João.

Segundo Braga, Kato & Mioto (2009: 280-281), em (12) a seleção da cópula impessoal não contém um constituinte para ser alçado para a posição de sujeito. As sentenças em (13), no entanto, apresentam uma cópula de alçamento que seleciona uma *small clause*. Em (13a) o predicado da *small clause* é um DP indefinido e atributivo. Nesse tipo de sentença, o predicado não é alçado para a posição de sujeito, o que demonstra a agramaticalidade de (13a'). Em (13b) o predicado da *small clause* é um DP definido e qualquer um dos DPs pode ser alçado para a posição de sujeito, resultando em uma sentença equativa.

Além das sentenças copulares equativas e predicacionais – exemplificadas em (11a-b), respectivamente –, Higgins (1979: 204-293) aponta para outros dois tipos de sentenças copulares: (i) especificacional e (ii) identificacional. Segundo Higgins (op. cit.), a sentença especificacional indica o sujeito que delimita um domínio a partir de uma variável e o predicado fornece o valor para essa variável. Atente para o exemplo abaixo, em português brasileiro, de uma sentença especificacional oferecido por Sibaldo (2011)[99]:

(14) O assaltante de bancos é o João

Em (14) não há nenhuma outra informação que especifique a condição de "João" a não ser seu status de "assaltante de bancos". O sujeito "João", neste exemplo, tomado como um valor (x), preenche a variável determinada pelo predicado (o x tal que x *é assaltante de bancos*). Retomamos a discussão acerca das sentenças especificacionais – e da cópula neste contexto sintático – mais adiante.

A sentença identificacional é "tipicamente usada para o ensino dos nomes de pessoas ou coisas" (HIGGINS, 1979: 237)[100]. Sibaldo (2011) nos fornece exemplo de sentença identificacional no PB[101]:

(15) Aquele lugar é Ponta Verde

[98] Braga, Kato & Mioto (2009: 280), exemplo (79 a, a', b, b'), renumerado.
[99] Sibaldo (2011: 52), exemplo (2b), renumerado.
[100] No original: "[...]typically used for teaching the names of people or of things".
[101] Sibaldo (2011: 52), exemplo (2d), renumerado.

Em (15) a posição de sujeito é ocupada por um sintagma constituído de um pronome demonstrativo que funciona como referência dêitica. Para Higgins (op. cit), o sujeito de uma sentença identificacional é referencial e o predicado é a contraparte identificacional.

Dos quatro tipos de sentenças copulares apresentadas acima – (i) equativas; (ii) predicacionais; (iii) especificacionais; (iv) identificacionais –, destacamos as sentenças especificacionais devido a sua aproximação com a leitura especificacional, típica da categoria foco, o cerne de nossa investigação no PLB.

De acordo com Declerck (1988: 2), a função semântica de uma sentença especificacional é especificar um valor para uma variável:

(16) A pessoa que roubou o dinheiro é o Fred[102]

Em (16) o valor x (Fred) é especificado para a variável "o x tal que x é a pessoa que roubou o dinheiro". Essa especificação de valores para uma variável é semelhante ao processo de enumerar diferentes itens em uma lista (DECLERCK, 1988: 5). Desse modo, a sentença em (16) pode ser parafraseada como: "Da lista de pessoas que roubaram o dinheiro, há apenas um item: Fred". Chamamos a atenção do leitor, conforme já apontado no capítulo 4, para o fato de essa leitura especificacional e a relação valor x variável ser um dos aspectos que caracterizam o foco em uma sentença.

Para Moro (1997: 1810), além da especificação de um valor para determinada variável, a sentença especificacional é caracterizada pelo *status* não-referencial do sujeito como apontado a seguir[103]:

	NP_1	Cópula	NP_2
equativa	Referencial		referencial
predicacional	Referencial		não-referencial
especificacional	não-referencial		referencial

QUADRO 7 – Status referencial das sentenças copulares

A evidência, segundo Moro (1997), para o *status* não-referencial do sujeito de uma sentença especificacional é dada pela pronominalização[104]:

[102] Declerck (1988: 2), exemplo sem numeração. No original: "The one who stole the money is Fred".
[103] Moro (1997: 1810), exemplo (28), renumerado. O título e numeração do 'quadro' é nosso.
[104] Para os exemplos (7)-(9), mantemos os exemplos no original, ou seja, em língua inglesa para que se mantenha a argumentação de Moro (1997: 1810) e sua explicação em relação à pronominalização com o uso de *it* – pronome que não tem correlato no quadro pronominal em língua portuguesa.

(17) The director of *Anatomy of a Murder* is Otto Preminger, isn't it?[105]
(18) The director of *Anatomy of a Murder*, that's Otto Preminger.[106]

Segundo Moro (1997: 1810), é surpreendente que sentenças especificacionais como as apontadas em (17) e (18) só podem ser pronominalizadas com *it* ou *that*, diferentemente do que acontece com uma sentença predicacional:

(19) The guest of honor was happy, wasn't she/he/*it?[107]

Em (19) o sintagma "*the guest of honor*" é pronominalizado pelo seu correspondente em gênero – *she* ou *he* – mas não permite a realização com o pronome *it*, já que na língua inglesa esse tipo de pronome não é permitido para usos com referentes [+ humano]. O exemplo em (19) ratifica a situação de não se ter uma sentença especificacional quando há uma predicação envolvida entre os dois termos da sentença.

Nossa interpretação para o verbo *ser*, em sentenças comumente classificadas como "clivadas", é a de que esse verbo encaixa-se nos exemplos apontados para as sentenças especificacionais por comportar-se de modo particular quando comparado aos outros tipos de sentenças copulares – equativas, predicacionais ou identificacionais – cabendo, desse modo, a necessidade de se reavaliar a definição de cópula em estruturas marcadas como as que veiculam o foco sentencial.

Dos aspectos mencionados acima, ratificamos as palavras de Sibaldo (2011: 48) acerca dos estudos sobre o verbo copulativo no português: " [...] tanto quanto saibamos, as construções copulares, no português, são muito pouco estudadas, seja em estudos sincrônicos ou seja em estudos diacrônicos, seja em Portugal seja no Brasil [...]". Entre as análises que pensamos que devem ser realizadas, no tocante aos verbos copulativos, encontram-se as construções marcadas para foco. Não podemos deixar de destacar o fato de que, mesmo nas línguas em que se atestam maiores perspectivas de análises dos verbos copulativos, como o inglês, a maioria dos trabalhos, apesar de apresentarem uma categorização específica para o verbo *ser* em diferentes sentenças copulares, não se observa, porém, uma particularização desse elemento verbal quando se está em ambientação de estrutura marcada para o foco – cf. Declerck, 1988; Higgins, 1979,

[105] Moro (1997: 1810), exemplo (29), renumerado. Tradução livre: "O diretor de *Anatomy of a Murder* é Otto Preminger, não é?".
[106] Moro (1997: 1810), exemplo (30), renumerado. Tradução livre: "O diretor de *Anatomy of a Murder*, que é Otto Preminger".
[107] Moro (1997: 1808), exemplo (10), renumerado. Tradução livre: "O convidado de honra estava feliz, não estava?".

entre outros. No entanto, há que se chamar a atenção para trabalhos que destacam a especificidade da cópula em estruturas que veiculam foco, como a análise de den Dikken (2006), Resenes (2014), entre outros. Nossa análise envolvendo a categoria foco em P_{LB} aproxima-se, desse modo, desses autores ao considerar o verbo *ser* em estruturas marcadas para o foco como um verbo não copulativo, conforme apresentaremos na seção final deste capítulo.

Antes, porém, de nos debruçarmos sobre a análise das sentenças marcadas para o foco no P_{LB} envolvendo o verbo *ser*, importa-nos voltar às considerações sobre as sentenças classificadas como clivadas e a função do elemento *que* presente nessas estruturas.

5.2.2. O elemento que *nas sentenças marcadas para o foco*

Após termos retomado, brevemente, o verbo *ser* como verbo copulativo, passamos a uma breve exposição do elemento *que*, comumente definido nas clivadas como complementizador ou pronome relativo, haja vista sua recorrência nas definições apresentadas sobre tais estruturas, conforme exposto no início deste capítulo.

Como já apresentado no capítulo 4, assume-se a ocorrência de uma sentença relativa nas construções clivadas. Em outras palavras, o *que* das clivadas é analisado, em alguns casos, como um pronome relativo (ver subseção (4.3.2.), estrutura (22)). A seguir, resumidamente, apontamos as características de um pronome relativo a partir de um exemplo em P_{LB}[108]:

(20) Por isso aprendi não mexer à toa nas coisa [<u>que</u> tão em casa]

Uma relativa corresponde a um modificador (à direita) ou seja, a uma relação de adjunção entre essa sentença e o termo que a antecede[109] (no exemplo em (20), **as coisa**) por efeito de alçamento – *raising* – do NP lexical do 'núcleo' que se encontra na relativa (**as coisa**). Corroboramos Kayne (1994), entre outros, de que essa interpretação pode ser feita uma vez que estruturas relativas (restritivas) – como em (20) – se dão por alçamento do núcleo lexical para a posição de especificador de CP da relativização.

[108] Informante [ALJERM1]. A sentença relativa está em destaque e o pronome relativo sublinhado.
[109] No entanto, existe um conjunto de relativas sem antecedente expresso, chamadas "livres" – ver Brito & Duarte (2003: 675-685).

De novo, interessa-nos apontar aqui, que, o elemento *que* nas clivadas também vem sendo analisado como complementizador (COMP). A seguir, resumidamente, apontamos a característica de um COMP a partir de um exemplo em P_{LB}[110]:

(21) Ninguém sabe [que vai no Cabinda]

Complementizadores (COMP) introduzem sentenças "argumentos" de um verbo da oração principal (OLIVEIRA 2010: 259-264; MATOS 2003: 558-559). Em português, o elemento *que* (no contexto especificado) funciona como um COMP. Em (21), a sentença subordinada, introduzida por COMP *que* é uma sentença "argumento interno" do verbo *sabe* da oração principal.

Chamamos a atenção ainda para o fato de que, com relação ao *que* nas clivadas – ver (1) – tem-se a interpretação de que tal elemento preenche o núcleo da categoria FocP – ver estrutura (49) de Mioto & Negrão (2007) no capítulo 4.

Na seção (5.4.), retomaremos a questão dos verbos copulares em ambiente de construções marcadas para foco; voltaremos, ainda, nessa mesma seção, a considerar o elemento *que*; não mais como pronome relativo ou COMP. Em construções com foco, tanto *ser* quanto *que*, em nossa proposta minimalista, serão tomados como um "conjunto de elementos" que são um domínio para uma posição discursiva, no caso, foco. Antes, porém, é necessário, brevemente, explicitarmos a noção minimalista de "fases" com que nos baseamos para a nossa análise derivacional envolvendo os elementos *ser* e *que*.

5.3. A Derivação em "Fases"

O Programa Minimalista (doravante, PM) – ver Chomsky (1993) – ratifica a faculdade humana da linguagem, inerente aos indivíduos da espécie, vista como um órgão mental, advogada desde os primórdios da Teoria Gerativa e amplamente disseminada por meio da sintaxe comparativa no modelo de Princípios e Parâmetros (daqui em diante, P&P) – ver Chomsky (1986). Segundo Boeckx (2006: 4)[111]:

> "[...] (o minimalismo) tomou a configuração da faculdade da linguagem de princípios e parâmetros como certa e perguntou o quanto dessa

[110] Informante [VACHIH5] A sentença subordinada – introduzida por um complementizador – está em destaque; o COMP sublinhado.

[111] No original: "[...] took the principles-and-parameters shape of the language faculty for granted, and asked how much of this shape could be the direct result of optimal, computationally efficient design".

configuração poderia ser o resultado direto de um projeto óptimo e computacionalmente eficiente".

O modelo procura, dessa forma, definir um mínimo de operações, excluindo o que for desnecessário, seguindo condições de economia previstas para o sistema da linguagem.

Considerando os princípios de economia e simplicidade, a realização efetiva da linguagem é feita através da interação de dois sistemas de desempenho: sistema C-I (Sistema Conceptual-Intencional) e sistema A-P (Sistema Articulatório-Perceptual). Os níveis de interface de C-I e A-P são, respectivamente, LF (de *Logical Form*, Forma Lógica) e PF (de *Phonological Form*, Forma Fonológica). As expressões geradas em LF e PF podem ser codificadas como instruções específicas a cada nível de representação, associando um dado conteúdo mental a um som. Constrói-se, desse modo, o processo de associação som-sentido em que se baseia a teoria sobre a linguagem humana (FERRARI-NETO, 2012: 35). As representações linguísticas são criadas em etapas em um processo de *derivação* em que diversos componentes desempenham funções específicas.

As informações fonológica, semântica e sintática são codificadas na derivação em forma de 'traços' – conjunto de informações codificadas em determinado item lexical. O Léxico é considerado o dicionário dos itens da língua e sua constituição dá-se por traços fonológicos, semânticos e formais. Um objeto linguístico tem sua derivação iniciada a partir da seleção de elementos do Léxico para compor uma Numeração – grupo de itens lexicais que participarão da derivação. Na Numeração, também estão presentes todos os núcleos funcionais que compõem a estruturação da sentença, já que são selecionados pelo Léxico. Em um dado momento da derivação, o *Spell Out* [112]– que pode também ser dito como "a interface do som" – separa os traços fonológicos dos traços semânticos e os envia aos seus respectivos componentes da gramática.

Para os propósitos desta tese, interessa-nos a implementação minimalista de derivação por fases (CHOMSKY, 2000; 2001; 2005; 2008). A proposta de fases (*phases*) foi implementada, oficialmente, em PM em Chomsky (2000) a partir da ideia, já disseminada entre vários pesquisadores, de que, na "computação", trabalha-se com

[112] Segundo Kenedy (2013: 132): "Spell Out não é propriamente uma "operação computacional". Trata-se, na verdade, do termo ingles que significa "dividir", "separar". Essa "operação" é o momento em que a derivação é dividida em duas partes: a informação que segue para FF e na (sic) informação e a (sic) que segue para FL."

quantidade mínima de estrutura. Logo, em PM, propõe-se que "pequenos pedaços de estrutura" (fases) sejam enviados, ciclicamente, para *Spell-Out*.

As fases são realizadas, portanto, progressivamente, obedecendo a real propriedade do cérebro como parte de seu desenho estrutural (CHOMSKY, 2000: 98). A ideia de um processo sintático que se forma ciclicamente com as informações sendo fornecidas aos sistemas de interface, ao longo da derivação, afasta as representações sintáticas do modelo representacional – como o apresentado no capítulo 4; subseção (4.3.3).

No modelo representacional (P&P), ainda com a noção de níveis estruturais D e S, a derivação já se apresentava com todas as posições projetadas em uma dada configuração arbórea – ver 'Teoria X-Barra' (HAEGEMAN, 1994: 103). O léxico era acessado cada vez que um novo item lexical fosse adicionado na derivação. Diferentemente, no modelo derivacional, em fases, o sistema computacional, para atender a uma optimização das operações linguísticas, permite que o léxico seja acessado uma única vez para destacar um *Arranjo Lexical* (doravante AL) – conjunto de itens retirados do léxico e que formarão uma determinada estrutura[113]. Logo, em PM, propõe-se a não apresentação de níveis linguísticos além dos exigidos pelos níveis de interface.

A computação passa a fazer uso da operação *Merge*[114]: a partir do AL, dois objetos sintáticos são tomados para formar um conjunto {X,Y}. Segundo a Condição de Não Alteração (*Non-Tampering Condition*), com a operação *Merge*, em uma dada derivação, ao se formar {X,Y}, "congela-se" os dois objetos sintáticos e não se pode quebrá-los e introduzir novos traços (CHOMSKY, 2005: 5-6). É, portanto, através de *Merge* que se satisfaz a necessidade de "concatenação" dos itens linguísticos das línguas naturais.

Um AL é entendido como um conjunto formado por subarranjos lexicais (SAL); em cada subarranjo há um núcleo:

> [...] por ora, diremos simplesmente que as fronteiras que são delimitadas entre um *Subarranjo* e outro, podem ser definidas em termos de *fase*, com a seguinte metáfora: cada fase funciona como um técnico de um time de futebol, pois é ele que seleciona os jogadores (itens lexicais) que devem fazer parte do seu time

[113] Chomsky (2000; 2001; 2005) aponta para a Condição de Inclusividade (*Inclusiveness Condition*) que determina que nenhum item lexical introduzido no mecanismo gerativo sofra qualquer modificação, ou seja, não há a inserção de um novo item na computação de determinada estrutura, como nível barra, vestígios, índices e outros.

[114] Grosso modo: "concatenar". No entanto, optamos pelo termo em inglês.

(*Subarranjo*), a diferença é que o técnico (o núcleo de uma determinada fase) também joga, ou seja, o núcleo da fase também deve fazer parte de uma derivação.

(Sibaldo, 2012: 165,166)

A seguir, apresentamos a derivação de um AL e sua composição em dois SALs, a partir de um exemplo do P_{LB}[115]:

(22)a. Eu vivo co'a minha mãe

b. AL = {SAL_2 = {C_1,T_1}, SAL_1 = {v^*_1, eu_1, $vivo_1$, com_1, a_1, $minha_1$, $mãe_1$}}

SAL_1 = {v^*_1, eu_1, $vivo_1$, com_1, a_1, $minha_1$, $mãe_1$}

SAL_2 = {C_1,T_1}

Em (22b) os números subscritos em cada elemento das SALs correspondem ao número de vezes de sua seleção na derivação. Importante ainda que se diga que, após a computação utilizar uma cópia desse elemento na derivação, haverá uma redução de seu índice. Somente quando todos os índices de todos os itens lexicais forem reduzidos a zero é que essa derivação pode ser dita convergente (ver CHOMSKY, 1995: 225). A seguir prosseguimos, portanto, com a derivação da sentença (22):

(22)c. AL ={SAL_2 = {C_1,T_1}, SAL_1 = {v^*_1, eu_1, $vivo_0$, com_0, a_0, $minha_0$, $mãe_0$}}

d. AL ={SAL_2 = {C_1,T_1}, SAL_1 = {v^*_0, eu_0, $vivo_0$, com_0, a_0, $minha_0$, $mãe_0$}}

e. AL ={SAL_2 = {C_0,T_0}, SAL_1 = {v^*_0, eu_0, $vivo_0$, com_0, a_0, $minha_0$, $mãe_0$}}

Em (22c-e) a derivação, que iniciamos em (22b), começa com a concatenação do verbo (*vivo*) e do seu argumento interno (*co'a minha mãe*) até que o número das respectivas cópias tenham sido zeradas em (22e)[116].

Por meio da sentença (22), destacamos que, enquanto o núcleo da fase não foi 'zerado' não se procede a derivação para a próxima fase. Em (22), atente-se, portanto, que v* e C são os núcleos das respectivas fases – veja (22d-e). Ratifica-se, assim, as categorias nucleares C e v* como núcleos das fases, pois essas categorias possuem, além dos traços-phi os denominados traços edge (daqui em diante, EF) – traços que, grosso modo, instanciariam movimento/deslocamento, *Internal Merge*, sem a necessidade das

[115] Informante [VACHIH5].

[116] Por motivos de simplificação, omitimos a explicitação do momento, na derivação em (22), em que ocorre a aplicação de *Spell Out*. Nossa intenção, por ora, foi a de demonstrar como se dá, simplificadamente, a derivação em "pedaços".

operações relativas a *probe-goal*. Portanto, categorias como T(empo) e V(erbo) não são consideradas como fase na derivação, já que apenas sintagmas verbais com estrutura argumental completa (incluindo o argumento externo) e CPs com indicadores de força representariam um "pedaço de derivação completa".

Logo, em "fases" considera-se que as categorias T e V herdam os traços-phi de C e v*, respectivamente, além de, derivacionalmente, procurarem por objetos sintáticos que valorem os traços herdados – nesse sentido, T e V são categorias que 'estocam' traços; são categorias proxy. Movimentos ocorridos relativamente à validação de traços-phi são movimento A.

A implementação do modelo de derivação por fase e herança traz mudanças robustas nas propriedades que se atribuem à categoria C (complementizador), principalmente no que se refere aos traços EF[117]. Os EFs são propriedades ligadas aos núcleos das respectivas fases e que não são transmitidos a outras categorias não nucleares – não precisam ser valorados e acionam movimentos. Esses movimentos A-barra (não argumentais) acionados para a checagem de EFs – na fase do núcleo C – implicam interpretações diversas, entre elas foco e tópico – o foco, como sabido, é o centro de nossa investigação em P_{LB}.

Segundo Jorge & Oliveira (2012: 264-265):

> *No que se refere ao sistema CP, em especial, isso significa dizer que C tem um ef que pode atrair elementos (movimento A-barra) para a posição de especificador (Spec). Disso se conclui que, no atual sistema, não é necessário postular que C tem traços não interpretáveis – entre eles, é bom recordar, estariam – em propostas anteriores à derivação por fase e herança – os que seriam valorados por traços das palavras qu, por exemplo. Basta dizer que o movimento acionado por um ef de C (movimento A-barra) tem implicações quanto à interpretação da sentença, no que refere à estrutura informacional. [...]*

Após termos, brevemente, explicitado a teoria gerativa em sua versão derivacional por fase, na próxima seção apresentamos, com base em "fases", nossa proposta envolvendo os elementos *ser* e que, em estruturas marcadas para o foco em P_{LB}, explicitando {é, que} fora de uma estrutura biclausal.

[117] Chomsky (2005) propõe EF (traços de borda) a fim de considerar os fenômenos de movimentos de fase ou A'. Logo, movimentos como tópico e foco são devido a checagem de edge feature no núcleo de fase CP.

5.4. Proposta Derivacional para Sentenças Marcadas para Foco no P_{LB}

Na seção (5.2.), apresentamos o verbo *ser* como cópula e a finalizamos com brevíssimas considerações sobre as funções do elemento *que* em construções marcadas para foco, chamadas na literatura de clivadas. Nesta seção, nosso objetivo é uma reanálise desses dois elementos em construções marcadas para foco no PLB, culminando com uma proposta que: (i) ratifica 3 tipos de sentenças copulares: predicacionais, equativas e identificacionais; (ii) desvincula-se da literatura ao reanalisar *ser* como 'não cópula' em estruturas marcadas para foco (leitura especificacional); (iii) desvincula-se da literatura ao reanalisar *que* como "âncora sintática" e não mais como COMP ou pronome relativo e ainda marcador de foco.

5.4.1. Os elementos ser e que em sentenças marcadas para foco

Conforme apontamos na seção (5.2.), corroboramos a proposta de classificação das sentenças copulares de Higgins (1979) em sentenças equativas, predicacionais e identificacionais, como nos exemplos (11a-b) e (15), retomados e renumerados, respectivamente em:

(23) Adriano é o estilista daquela *Maison* *(equativa)*
(24) Adriano é um costureiro *(predicativa)*
(25) Aquele lugar é Ponta Verde *(identificacional)*

Chamamos a atenção do leitor, contudo, para as particularidades das sentenças copulares especificacionais nos termos de Higgins (1979) – ver ainda Declerck (1988) e Moro (1997) – como uma sentença que, a partir de um processo de enumeração de itens lexicais, especifica um valor a uma variável. Atente para o exemplo (16), renumerado abaixo:

(26) A pessoa que roubou o dinheiro é o Fred

Em (26) a variável "o x tal que x é a pessoa que roubou o dinheiro" precisa ser preenchida a partir de uma lista de itens que permitam a especificação por um valor *x*. Logo, em (26), "o Fred" preenche o valor de *x* exigido pela variável.

A relação entre valor e variável, presente nas sentenças especificacionais, aponta para um dos aspectos que definem uma sentença marcada que veicula a categoria foco:

a leitura especificacional. Em uma sentença cuja estrutura é formada por (SER + elemento focalizado + QUE) – e suas variações –, o foco sentencial é o valor especificado pela variável, introduzida pelo elemento *que.* Desse modo, consideramos que o verbo *ser* não pode ser analisado como verbo copular em estruturas marcadas para foco, pois não apresenta as características de predicação, equatividade e identificação. A leitura especificacional em sentenças marcadas para o foco é própria para a delimitação de uma leitura discursiva – nesse caso, a de foco –, que se dá em conjunto com os elementos *ser* e *que*.

Apontamos, a seguir, de maneira breve, as razões que nos levam ao afastamento das definições tradicionais dos termos *ser* e *que* relacionadas às sentenças comumente classificadas como clivadas e expostas nas seções anteriores. Para tal, apresentamos um exemplo de sentença marcada no P_{LB} que é a variedade que nos leva a esta análise.

Contexto

DOC: muito egoísta INF: egoísta não presta DOC: sim... sim... sim INF: e assim então a nível da província **são *once* municípios que** optam por quimbundo DOC: hum INF: optam por quimbundo [PAVARH5]

Destacamos, do contexto acima – em PLB –, a sentença em negrito:

(27) São *once* municípios que optam por quimbundo

Em (27) o constituinte focalizado "*once* munícipios" corresponde ao valor de uma variável (x tal que x é a quantidade de municípios que optam por quimbundo). Sua estrutura, conforme apontamos em (1), é formada pelos constituintes (SER + elemento focalizado + QUE).

Com relação ao verbo *ser* em (27), advogamos nesta tese – em conformidade com Jorge, Oliveira & Santos (2015) – que este verbo, neste tipo de construção, não se trata de verbo copulativo como tradicionalmente definido nas sentenças clivadas. Logo, considerando a definição de *small clause* apresentada neste capítulo e exemplificada na estrutura em (11c), a forma do verbo *são* em (27) não é do tipo inacusativo que

subcategoriza uma estrutura de *small clause* em que se dá uma predicação por meio de dois sintagmas nominais.

Outro ponto não menos significativo que nos leva a considerar que o verbo *são* em (27) não é de natureza copulativa é o fato de termos nesta sentença uma leitura especificacional – e não predicacional (característica das sentenças copulativas). Na leitura especificacional – conforme apresentamos no capítulo 4; subseção (4.3.2.) – dá-se a especificação de um valor (foco) a uma variável explicitada a partir da AS. Assim, em (28), antecedida de uma pergunta-QU implícita para obtenção de foco, apresentamos a AS da sentença (27):

[quantos municípios optam por quimbundo?]

(28) São *once* munícipios que optam por quimbundo

A_1: Existe um x tal que o número de municípios que optam por quimbundo é x

A_2: O x tal que x é o número de municípios que optam por quimbundo = [$_F$ *once*]

Em (28) a A_1 representa a pressuposição da sentença e a A_2 é a asserção principal que funciona como uma sentença equativa e que possui como predicado o elemento focalizado. Portanto, a especificação de um valor a uma variável é o que diferencia uma sentença especificacional de uma predicacional – ou copulativa.

Em sequência a nossa argumentação em favor de que o verbo *ser* em (27) não seja uma cópula, há construções em que, aparentemente, há a presença de um verbo copulativo intermediando dois sintagmas [+N] e que poderia nos levar a uma interpretação de *small clause* em uma dada estrutura – como a apresentada em (11c)). O dado a seguir exemplifica essas construções:

[Quem é o teu vizinho?][118]

(29) O meu vizinho é [$_F$ o músico] [119]

Segundo Quarezemin (2009: 144), a posição preferencial no PB para o foco de informação é a posição pós-cópula, como se vê em (29). Logo, para a sentença em (29), a leitura não pode ser de equatividade, mas sim especificacional, o que comprova que, mesmo na ocorrência de um verbo copulativo intermediando dois sintagmas [+N] não se tem, em (29), uma *small clause* ou uma sentença copular equativa. O exemplo de

[118] Pergunta-contexto para obtenção de foco para a sentença (29). Dado adaptado de Quarezemin (2009: 144; 56'b, renumerado).

[119] Quarezemin (2009: 144; dado 57, renumerado).

Quarezemin para o PB ratifica a função especificacional do verbo *ser* e a relação valor *versus* variável que se nota ao destacarmos o sintagma [$_F$ o músico] de uma lista de itens que preenche esse valor, nos termos de Higgins (1979) e Declerck (1988).

Logo, nesta tese, consideramos que, em uma dada estrutura como em (29), o verbo *é* não apresenta a propriedade de estabelecer uma igualdade. O elemento focalizado *o músico*, em (29), é licenciado pela especificação de um valor que encerra as leituras de contraste ('o meu vizinho é o músico e não o mágico'); de exclusividade (pelo menos alguma outra pessoa não é o vizinho); de exaustividade, a partir de todos os valores que possam preencher a variável da sentença marcada para foco (existe um x que é meu vizinho)[120].

Após nossa argumentação acerca do status do verbo *ser* em sentença marcada para foco, retomamos a questão do elemento *que* nessas sentenças. Observe novamente a sentença (27), renumerada:

(30) São *once* municípios que optam por quimbundo

Caso a sentença (30), marcada para foco, fosse analisada como 'clivada', nossa análise do *que* nessa sentença nos levaria a considerá-lo: (i) pronome relativo; (ii) complementizador; (iii) marcador de foco.

O elemento *que* em (30) não pode, a nosso ver, ser analisado como pronome relativo, pois entre várias características que envolveriam uma sentença relativa por ele introduzida, a principal é a de que um pronome relativo envolve uma relação "pivô", ou seja, uma relação com um antecedente o que não se dá em (30).

O elemento *que* em (30) não pode, ainda, ser analisado como COMP, pois a sentença que ele supostamente introduziria não é uma sentença de complementação: uma sentença 'argumento' na língua. Em nossa análise, de cunho derivacional, rejeitamos, ainda, como apresentaremos a seguir, propostas que analisariam o elemento *que*, em (30), como núcleo da categoria FocP, pois estaríamos, com tal análise, nos aproximando de uma representação cartográfica – ver capítulo 4, subseção (4.3.2)[121].

---

[120] Chamamos a atenção do leitor, mais uma vez, para o fato de não contemplarmos, nesta tese, a análise de sentenças de tipos como o apresentado em (29) - dado do PB de Quarezemim (2009) -, devido às particularidades do material coletado e da delimitação dos dados recolhidos em campo para o P_{LB}. Ratifica-se, desse modo, a necessidade de se colocar na agenda de estudos do P_{LB} a questão da predicação e da complementação mais a aplicação de testes específicos para a apreensão da categoria foco.

[121] Chamamos a atenção do leitor, no entanto, para o fato de que nosso distanciamento, nesta tese, da hipótese cartográfica (análise representacional) não é apenas por opção de modelo teórico. Ao decidirmos

Resumidamente, por ora, ratificamos, no sentido de Jorge, Oliveira & Santos (2015) de que o *que* em estruturas marcadas para o foco, em conjunto com *ser* sejam um 'marco' – um domínio – para a posição de foco em estruturas marcadas como a apresentada em (30). Em nossa análise *ser* e *que*, por apresentarem propriedades distintas no que se refere ao conjunto de traços formais *(traços-phi*), instanciariam relações distintas no que se refere à relação *probe-goal* e, ainda, à instanciação de traços de borda-*edge*, no curso da derivação – essa abordagem é de ordem minimalista.

Na próxima subseção, apresentaremos sentenças marcadas para foco em P_{LB}, seguidas de sua representação derivacional e de nossa análise para os elementos *ser* e *que* em suas estruturas.

5.4.2. Proposta de análise derivacional para sentenças marcadas para foco no P_{LB}

Iniciamos nossa discussão acerca de uma proposta de análise das sentenças marcadas para foco no P_{LB} apresentando o seguinte contexto:

INF: sei... sei DOC: o exército é que controlava isto tudo eles registavam tudo... agora... e eu an- há dois anos fiz um trabalho sobre São Tomé e por isso eu fiquei muito interessado quando o soba disse que vinha também de São Tomé pra aqui INF: é pois DOC: e então... eh... eu lembro-me quando estava à procura de documentos sobre São Tomé... passaram na minha mão documentos sobre o Libolo ok INF: (ININT) DOC: alguns até Lubolo... Lubolo... deve ter sido um dos primeiros nomes que... que deram aqui à região INF: é... é... DOC: Libolo já será o nome INF: **é a linguagem que tá mudando**... o sotaque da linguagem que está mudando... DOC: ... é... exato [PAVARH5]

QUADRO 8 – Sentença marcada para foco no $P_{LB:}$ *ser*+ foco + *que*

Do contexto acima, no quadro em 8, destacamos a sentença:

(31) é a **linguagem** que tá mudando

por uma análise derivacional para construções marcadas para foco em P_{LB}, o fazemos por considerarmos que tal proposta melhor satisfaz as leituras de *ser* e *que* em tais construções.

Sentenças como (31), como já apresentado, têm sido analisadas nas teorias gramaticais, como a gerativa, por exemplo – ver Chomsky (1981) e outros – como sentenças clivadas. O verbo *ser* nessas sentenças ('é', 'foi', etc) tem sido tomado como verbo copular e o elemento *que*, ora como complementizador ora como pronome relativizador. Geralmente, essas abordagens têm favorecido uma estrutura biclausal de "clivagem" e toda a construção tem sido considerada uma sentença equativa ou completiva. Essa análise, para sentenças como a exemplificada em (31), que vem sendo tomada como "clivada" dentro do quadro teórico gerativista de "Princípios e Parâmetros", pode ser denominada de "análise representacional"[122].

Como já mencionado na seção (5.2.), nossa proposta de análise (derivacional) é de que o verbo *ser* em sentenças marcadas para foco, como em (31), não pode ser analisado como 'cópula'. Nesta subseção – que seguimos em concordância com Jorge, Oliveira & Santos (2015) –, nossa principal hipótese é a de "associação" do elemento *ser* com o elemento *que* em uma estrutura monoclausal, partindo da hipótese de que esses elementos compartilham propriedades – formais e/ou semânticas – de duas 'categorias' da fase: *núcleo* (HEAD; H) e *não núcleo* (NH), motivo por que sua distribuição, na estrutura sintática, deve ser analisada como o trabalho conjunto de elementos – ainda que na dependência de operações distintas – que instanciam C (núcleo da fase CP) e T – não núcleo, relativo a TP.

Jorge, Oliveira & Santos (2015)[123] chamam a atenção para o fato de que a abordagem representacional ('cópula' + 'que'), envolvendo uma estrutura biclausal, apresenta alguns problemas, como o fato de não capturar as propriedades interpretativas do verbo *ser* em sentenças especificacionais enquanto verbo – atente o leitor, por exemplo para as observações feitas acima, subseção (5.2.1.), no tocante às distintas interpretações da cópula.

Baseados em Jorge, Oliveira & Santos (2015), nossa proposta para explicar sentenças marcadas para foco em P_{LB} – como "é a **linguagem** que tá mudando" em (31) – centra-se na teoria de fases de Chomsky[124] (ver seção 5.3.) e ainda: **(i)** nos *insights* de Stowell (1996, 2007), relacionados a suas abordagens acerca de tempo (Tense) como um predicado de dois lugares; **(ii)** na abordagem de "âncora" sintática nos termos de Uriagereka (2008).

---

[122] Ver Jorge, Oliveira & Santos (2015: section 6; slide 3).
[123] Ver Jorge, Oliveira & Santos (2015: section 6; slide 3).
[124] Chomsky (2000, 2004, 2008 e subsequentes).

Observe a estrutura abaixo baseada em Stowell (2007: 5)[125]:

(32) ([TP UT [T^{o} [T' [ET]]]])

Stowell (1996, 2007) ratifica que os tempos (*tenses*) têm uma sintaxe de predicado de dois lugares, tomando pares de expressões que denotam tempo como seus argumentos – ver Stowell (2007: 5). Em outras palavras, para Stowell (op. cit.), tanto o argumento interno, quanto o externo são expressões denotativas de tempo. O argumento interno, denota o tempo do evento – (*event time*) (ET); o externo, o tempo da referência (*reference time*), ou tempo da enunciação (*utterance time*) (UT).

Chamamos a atenção para o fato de que a representação à *la Stowell* em (32) envolve traços semânticos; no entanto, nos dizeres de Uriagereka (2008): "língua é um conjunto de traços e de palavras [...]" – Uriagereka (2008: xvi)[126]. Portanto, seguimos a tese orientadora de Uriagereka (2008) de que "[...] a semântica é oportunista, no sentido de levar todos os tipos de sugestão da sintaxe à medida que a derivação se desenvolve.[127]"

Voltemos, portanto, à sentença (31), renumerada em (33) a fim de explicitarmos as propriedades de *é* e *que*:

(33) é a **linguagem** que tá mudando

Em (33), seguindo a proposta de Stowell (1996, 2007), os elementos *é* e *que* atestam diferentes traços formais (*phi-features*) e diferentes traços semânticos (ex.: aspecto, modalidade). Atestam, ainda, diferentes traços relacionados a UT (tempo da enunciação) e a ET (tempo do evento). Os elementos *é* e *que* exibem também relações 'probe-goal' em vP e em TP/CP e são essas relações que licenciam um sintagma XP em uma dada posição em que o foco é codificado. Atente para a estrutura a seguir[128]:

---

[125] Stowell (op. cit.) implementa ideias de Zagona (1990). Na estrutura em (32), por motivos de simplificação, para o que nos interessa destacar em nossa análise, seguimos a estrutura básica de Zagona (1990). Na implementação de Stowell (2007: 11), vê-se a proposta da existência de uma categoria ZP (*zeit* 'tempo' no alemão), análoga ao DP. No entanto, essa categoria proposta por Stowell (2007) não exclui a abordagem semântica de tempo de Zagona (op. cit.) no tocante a *tempo do evento (ET)* e *tempo da enunciação (UT)* na estrutura do TP. Por tal razão, apresentamos a estrutura em (32).
a implementação da proposta de Stowel

[126] *Language is both features and words* [...].

[127] "[...] semantics is opportunistic in that it takes all sort of cues from the syntax as the derivation unfolds.

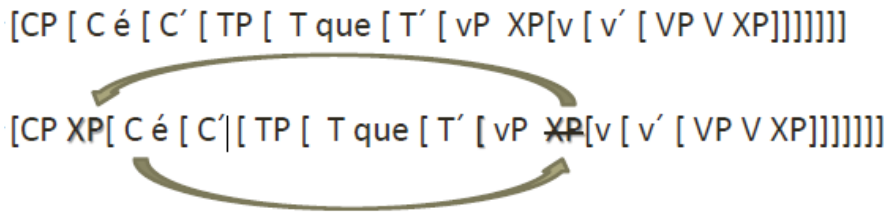
[128] Jorge, Oliveira & Santos (2015: section 5, slide 2).

(34) [CP [C **é** [C'[TP [T **que** [T' [vP **XP** [v [v'[VP V XP]]]]]]]]

Em termos sintáticos, a estrutura em (34) mostra que os itens lexicais são concatenados e combinados em uma relação probe-goal com vP constituindo uma fase. Em termos semânticos, à *la Stowell* (1996, 2007), vP é um argumento interno de Tempo: o tempo do evento (ET). Desse modo, *que*, concatenado em T, codifica o traço 'evento' de V-T, funcionando como 'âncora' sintática (morfossintática) de um traço semântico – ver Uriagereka (2008).

Atente para mais uma representação de nossa proposta em[129]:

(35)



Em termos sintáticos, o que se apresenta em (35) é que os itens lexicais são concatenados e combinados em uma relação probe-goal com CP constituindo uma fase. C° (núcleo dessa fase) tem EF (*edge features*) responsáveis por 'mover' XP (o elemento a ser focalizado) – atente-se que estamos nos referindo a '*merge* interno'. Em termos semânticos – *à la Stowell* (1996, 2007) – CP é o argumento externo de Tempo: o tempo da enunciação (UT). Desse modo, *é*, concatenado em C codifica o traço enunciação de T; esse item é, portanto, uma 'âncora' sintática (morfossintática) de um traço semântico 'enunciação'. Importante dizer que, C e T em [C[T]], em que *é* e *que* se relacionam como um 'domínio' para a leitura de foco – ver (33) –, são conectados por relações de traços[130]. Foco é, portanto, um fenômeno que se refere a uma relçação entre duas entidades relacionadas com tempo e a concatenação de XPs e a interpretação de determinado XP como foco dá-se por conta de sua posição como especificador de CP, como sujeito semântico da enunciação.

Em continuação a nossa análise de construções marcadas para foco em P_{LB}, apresentamos mais dois contextos para a delimitação de duas sentenças que nos são caras para cotejo com fins de análise:

[129] Jorge, Oliveira & Santos (2015: section 5, slide 3).
[130] Ver teoria de fase na seção (5.3.).

42 INF: segunda 43 DOC: estás na segunda classe muito bem olha... então olha agora vais contar assim quando é o intervalo lá nas... nas aulas o que é que tu costumas fazer?... pra vó saber 45 INF: o *intrevalo* é as nove e 46 DOC: ham? 47 INF: esqueci se o *intrevalo* é as nove e que... **Luca que sabe** 48 DOC: sim e nesse intervalo o que é que tu costumas fazer? 49 INF: gosta de jogar bola [KERILH1]

QUADRO 9 – Sentença marcada para foco no P_{LB} : foco + *que*

Do contexto acima, destacamos a sentença marcada para foco:

(36) **Luca** que sabe

Como já mencionado, antes de analisarmos a sentença em (36), apresentamos mais uma sentença marcada para foco, retirada do seguinte contexto:

DOC: muito egoísta INF: egoísta não presta DOC: sim... sim... sim INF: e assim então a nível da província **são *once* municípios que** optam por quimbundo DOC: hum INF: optam por quimbundo [PAVARH5]

QUADRO 10 – Sentença marcada para o foco no P_{LB}: *ser* + foco + *que*

Do contexto acima, destacamos a sentença marcada para foco:

(37) são ***once* municípios** que optam por quimbundo

Jorge, Oliveira & Santos (2015)[131] apontam que, no tempo da enunciação (UT), 'âncoras' sintáticas em CP atestam duas assimetrias em P_{LB}: **(i)** preenchimento (ou não) de C^o; **(ii)** C^o mantem phi-features ou C^o transfere phi-features para T. A seguir,

[131] Jorge, Oliveira & Santos (2015: section 6; slides 2,3).

exemplificamos essas assimetrias por meio das sentenças (31), (36) e (37), renumeradas em:

(38) é a **linguagem** que tá mudando

(39) **Luca** que sabe

(40) são ***once*** **municípios** que optam por quimbundo

A fim de explicitarmos a primeira assimetria apontada acima – preenchimento (ou não) de C^o – chamamos a atenção do leitor para dados como (38) e (39) em que *é* ocorre em (38) e, diferentemente, não é atestado em (39).

A segunda assimetria apontada no tempo da enunciação (UT), 'âncoras' sintáticas em CP, é exemplificada por meio das sentenças (40). Nesta sentença atesta-se claramente que C^o transfere phi-features para T (*são*).

Ao término de nossa análise de sentenças marcadas para foco em P_{LB}, não podemos finalizar sem deixar de apontar duas observações relacionadas ao tópico em questão que, embora tenham ficado fora do escopo de nossa investigação não nos passaram desapercebidas.

Chamou nossa atenção dados em que, de acordo com a literatura sobre clivagem, a leitura de foco deveria ser a de "foco contrastivo" devido à ordem em que o elemento focalizado se encontra na sentença . Atente para o exemplo retirado de seu contexto:

DOC: Então e os outros? O que é que faz?
INF: Os outros começam fugir
DOC: Começam a fugir e depois?
INF: Depois s'eu toco um **ele é que começa a dar corrida**.
DOC: Tu sabes como é que chama esse jogo lá em Portugal?
INF: Não
[JOARNH1]

QUADRO 11 – Sentença marcada para o P_{LB}: *FOC + ser + que* 'não contrastivo'

(41) **ele** é que começa a dar corrida

Em (41), como já mencionado, atesta-se a ordem *FOC + ser + que*. No entanto, o que nos chama atenção nesta sentença, de acordo com o contexto em que ela se insere, é que não se apreende uma leitura de contraste. Porém, segundo a literatura, sentenças como (41), apresentando a ordem *FOC + ser + que*, devem ter sempre uma leitura contrastiva

– ver Braga, Kato & Mioto (2009: 257)[132]. No entanto, Ribeiro & Côrtes Jr. (2009: 219-220), atestam, com relação ao português afro-brasileiro, que não só o foco contrastivo pode ser atestado nesta ordem que se vê em P_{LB} em (41), mas também foco não contrastivo. Logo, atestamos, no P_{LB}, a mesma ocorrência do português afro-brasileiro apreendida por Ribeiro & Côrtes Jr. (2009).

A segunda observação que fazemos ao final desta análise diz respeito à ocorrência de sentenças marcadas em P_{LB} que, de acordo com a literatura, convencionalmente, dentro da análise de clivadas, têm sido analisadas como foco e denominadas de *interrogativas clivadas sem cópula* (ver: BRAGA, KATO & MIOTO, 2009: 270, entre outros). Abaixo, apresentamos, exemplos dessas sentenças em P_{LB}:

(42) O que que fizeste no jogo?

(43) ah... é assim tem uma, né, que *sobendo* que estão grávidas o que que fazem?

Para as sentenças (42) e (43) acima, não as consideramos como sentenças marcadas para foco em P_{LB}, pois, mesmo se partindo de uma análise 'convencional' de clivada (foco), não há como organizarmos as leituras típicas de uma clivada para as sentenças interrogativas. Ratificamos, portanto, nesta tese, no tocante às sentenças (42) e (43), a análise que se vê em Jorge & Oliveira (2012: 271) para esses tipos sentenciais.

A seguir, apresentamos a proposta de derivação das sentenças (42) e (43) por meio da sentença em[133]:

(44)a. O que que fizeste/fazem?

b. [CP **o que**$_3$[WH] C **que** [WH] [TP <**o que**$_2$[Person]>] T [vP < **o que**$_1$[WH][Person]> você fez [VP ..]

Segundo Jorge & Oliveira (2012: 271), o elemento *que* em sentenças como (44) é uma instanciação de um elemento que pertence a classe WH, próxima a CP. Para as autoras (op. cit.) os traços-phi, ligados a categorias ontológicas, configuram intrinsicamente um 'conjunto complexo' de modo que T atrairia um traço de pessoa disponível no conjunto ligado aos traços do sintagma QU que será instanciado como sujeito na posição de especificador.

[132] Segundo Braga, Kato & Mioto (2009: 257), entre outros, as sentenças com a ordem *FOC + ser + que* são chamadas "clivadas invertidas".

[133] A estrutura é baseada em Jorge & Oliveira (2012: 271; exemplo (17)).

Portanto, o *que* em (44) não tem o mesmo valor que o *que* em sentenças como as apresentadas em (38), (39) e (40) – com valor de foco.

5.5. Síntese do capítulo

Neste capítulo, apresentamos uma análise para as sentenças marcadas para foco em P_{LB}, a questão central da tese. Na primeira seção, evidenciamos, a partir de dados do P_{LB}, as sentenças resultantes do processo classificado tradicionalmente como "clivagem": clivadas e pseudoclivadas. Embora não apresentássemos uma tipologia específica para essas sentenças, apontamos que a veiculação do foco por meio desse processo é realizado por constituintes distintos. Na seção (5.2.), retomamos as definições clássicas sobre as sentenças clivadas e chamamos a atenção para o fato de que, em todas as definições, encontramos dois elementos em comum: o elemento cópula e o elemento *que* tomado como pronome relativo ou como um operador. Seguimos, então, para a apresentação das sentenças copulares e sua tipologia, a partir de Higgins (1979), Declerck (1988), Moro (1997). Ratificando as sentenças copulares como sentenças equativas, predicativas e identificacionais, destacamos a particularidade das sentenças especificacionais e sua relação intrínseca com o valor especificacional veiculado nas sentenças marcadas para o foco. Consideramos, portanto, que em sentenças marcadas para o foco, o elemento *ser* deve ser analisado com um elemento não-copular. O elemento *que* também foi assunto dessa seção ao evidenciarmos as inadequações em considera-lo um pronome relativo, um COMP ou um marcador de foco.

Na seção seguinte, abordamos a noção de fases e como uma representação derivacional poderia nos auxiliar na argumentação de não termos uma biclausalidade em sentenças marcadas para o foco no P_{LB}. Apresentamos a noção de núcleo de fase e como as categorias nucleares C e v*, por 'carregarem' traços-phi e traços edge, instanciariam Internal Merge. Em especial para a categoria C, atenta-se para a não valorização dos traços edge e pelo acionamento de movimentos A-barra que interpretariam foco.

A proposta de análise para as sentenças marcadas para o foco no PLB foi apresentada na seção (5.4.). A partir de uma derivação minimalista, evidenciamos a distribuição dos elementos *ser* e *que* em sentenças marcadas para o foco no P_{LB} e suas propriedades enquanto "âncoras" morfossintáticas de domínios para uma posição

discursiva, no caso, foco. Enquanto *ser* se distribui em C, a distribuição de *que* ocorre em T – subdomínio da fase C – e cada elemento apresenta propriedades distintas no que concerne aos traços de "tempo do evento" (ET) e "tempo da enunciação" (UT). Explicitamos, em seguida, que o foco é a interpretação de um determinado XP em uma posição de especificador de CP como o sujeito semântico da enunciação. Finalizamos a seção de análise com duas observações acerca da realização, no P_{LB}, de uma estrutura marcada para foco em que se depreende uma leitura informacional – aproximando-se do português afro-brasileiro – embora a literatura tradicional considere uma estrutura de contrastividade; e outra observação acerca das sentenças classificadas tradicionalmente como interrogativas clivadas sem cópulas, e atestadas no PLB, e nossa corroboração da proposta de Jorge & Oliveira (2012) para uma sentença monoclausal.

6 – CONCLUSÃO

O objetivo de nosso trabalho foi propor uma derivação por fases para sentenças marcadas no P_{LB}. Como forma de avaliação e conclusão de nosso trabalho, retomamos os principais percursos desenvolvidos em cada capítulo que nos levaram até as análises.

Conforme já apontamos na introdução desta tese, nossos estudos com o português de Angola iniciaram-se desde a graduação. Um dos principais motivos para se estudar esta variedade angolana da língua deu-se por acreditarmos ser ainda um terreno fértil para análises e descrições linguísticas. No entanto, antes de nos dedicarmos especificamente aos aspectos linguísticos, pensamos ser necessário uma retomada dos aspectos histórico-sociais do país que estamos a contemplar.

No capítulo 1 abordamos os aspectos histórico-sociais de Angola partindo do contexto das Grandes Navegações e a vontade de Portugal de conquistar o mundo. Ao chegarem a Angola, os portugueses aos poucos vão se tornando os próprios protagonistas em um país em que eram "estrangeiros". Dentro do cenário político-econômico da escravidão, Angola se torna um grande centro de fornecimento de escravos e um dos pilares desse tipo de comércio. Mostramos que a presença portuguesa, aos poucos, se consolida e é a partir da língua que se começam as diferenciações entre branco X indígena. Concomitante a esse mesmo período histórico, fizemos um levantamento, mesmo que não tão extensivo, da situação do município do Libolo. Apontamos que durante muitos anos, a presença portuguesa não se fez notar, isolando, em termos gerais, o município da influência portuguesa, inclusive em questões relacionadas à língua.

No capítulo 2, buscamos relacionar os aspectos históricos e a questão envolvendo a diversidade linguística de Angola. Mostramos como algumas decisões, ainda permeadas por fatores históricos definem uma política linguística do país e como lidar com essa diversidade angolana. Inserimos o município do Libolo para explicitarmos sua posição dentro desse ambiente de plurilinguismo angolano e as especificidades de seu território que mostram a urgência para os estudos relacionados ao português em contextos de L1 e L2, além das variedades de línguas africanas que ainda são faladas no município. Nossa contribuição com esses dois capítulos, embora não seja totalmente inédita, já que a história de Angola não é de toda desconhecida, foi trazer à luz o município do Libolo como protagonista de um quadro histórico-social e linguístico próprio e específico.

O terceiro capítulo foi dedicado à exposição de nossa metodologia e como procedemos à coleta de dados (seja pela primeira incursão no município, seja pela viagem de campo no âmbito do Projeto Libolo), à transcrição dos dados e à delimitação dos dados. Ao colocarmos em evidência todos esses mecanismos metodológicos, também propomos um "guia' de como se trabalhar com um material da oralidade de um determinado grupo social. Devido a multidisciplinariedade do grupo que compõe o Projeto e os propósitos teóricos de cada membro, mostramos que é possível que cada pesquisador desenvolva sua pesquisa através da particularização de seu corpus e ao mesmo tempo fazer com esse material esteja disponível para os demais sem, no entanto, perder seu recorte inicial.

Após percorrermos essas três etapas, estabelecendo o contexto em que nosso material de análise estava inserido e como ele seria tratado, passamos ao capítulo 4 e tratamos das abordagens semântica e sintática do foco. Trouxemos a Estrutura de Asserção de Zubizarreta (1998) e como o foco pode ser destacado através de uma pressuposição existencial e também como o foco pode veicular os valores de contrastividade e não-contrastividade. Prosseguimos com a abordagem sintática e ratificamos as exposições de Modesto (2001) e Mioto & Negrão (2007) para as sentenças clivadas. As leituras obrigatórias para uma sentença clivada (exaustividade, exclusividade, contrastividade e, principalmente, leitura especificacional) mais a abordagem de desconsiderarmos o CP de uma clivada como relativo (os dois assuntos nucleares das duas obras) nos ajudaram a amadurecer nossa hipótese e, ao mesmo tempo, corroborá-la.

O capítulo 5, reservado à descrição e à análise das sentenças marcadas para o foco no P_{LB}, iniciou-se com a retomada de alguns conceitos acerca do que seria uma sentença clivada. Chamamos a atenção do leitor para o fato dos termos "cópula", "sentença copular", "pronome relativo" e semelhantes, terem sido recorrentes nas definições de diferentes autores, em períodos distintos de estudos, além de posicionamentos teóricos também diferentes. Ratificamos a tipologia das sentenças copulares, como vista em Higgins (1979), entre outros, e destacamos as sentenças especificacionais e sua particularidade ao aproximar-se da leitura especificacional encontrada no foco. Buscamos explicitar que num contexto de sentença marcada para foco, em uma estrutura (SER + FOCO + QUE) não se pode atestar os valores/significados de cópula e de pronome relativo (ou complementizador ou marcador de foco) para os elementos que licenciam a leitura de foco. Através de

exemplos de sentenças do P_{LB}, esperamos ter ratificado o problema da análise desses elementos como ainda preza uma tradição de nossa língua. Em seguida, abrimos uma seção para tratarmos da teoria de fases (phases) a partir dos pressupostos do Programa Minimalista. Ao contrário de um modelo representacional, o modelo derivacional atendeu às nossas inquietações de como poderia se dar a relação de *ser* e *que* em uma derivação e sua configuração em uma sentença marcada para foco. Tendo em mente a ideia de núcleos de fase (C e *v) e a relação com os traços-edge, argumentamos que há evidências de que o elemento *ser* está na fase C como argumento externo de Tempo (tempo da enunciação – UT). Para o elemento *que*, argumentamos que se encontra em T, dentro da fase C, sendo argumento interno de Tempo e com função de "âncora" dos traços semânticos de "tempo do evento". Assim, ratificamos nossa hipótese de estarmos diante de uma sentença monoclausal e nos afastamos da definição de clivada tradicional e a sua biclausalidade.

Ao término de nosso trabalho, é evidente que as ideias aqui desenvolvidas não se esgotam nestas páginas. No entanto, pensamos ter contribuído, com nosso trabalho, na evidenciação de algumas questões relacionadas aos estudos da categoria foco a partir de uma abordagem derivacional.

Ressaltamos, também, que até onde saibamos, esta é a primeira descrição e análise que privilegia o tópico interface sintaxe/discurso (com escopo voltado para o foco) no português falado em África e em uma área envolvida com uma língua africana. Confirma-se, desse modo, a necessidade e nossa vontade de extensão desse tema de pesquisa a partir da aplicação de testes específicos para a apreensão de fenômenos linguísticos de ordem sintático-discursivos que não puderam ser realizados em nossa primeira incursão ao campo. Apontamos, também, para a necessidade de estudos sobre o quimbundo ngoya falado no Libolo, especificamente sobre a interface sintaxe/discurso nessa língua.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Alencastro, L. F. 2000. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul.* São Paulo: Companhia das Letras.

Alexandre, N. 2000. A estratégia resumptiva em relativas restritivas do português europeu. Diss. de Mestrado, Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Amaral, R. do. 1999. Brasil e Angola no tráfico ilegal de escravos: 1830-1860. In: Pantoja, S.; Saraiva, J. F. S. *Angola e Brasil nas rotas do Atlântico Sul*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 143-194.

Angenot, J.; Ndonga, M.; Ribeiro, M.A. 2011. As classes nominais do Kibala-ngoya, um falar bantu de Angola não documentado, na intersecção dos grupos kimbundu [H20] e umbundo [R10]. *Papia* 21(2), p.253-266.

Araújo, P. J. P. 2014. Algumas considerações sobre línguas africanas e políticas linguísticas em Angola. *Web-Revista Sociodialeto*. V.5, n.13, p. 161-177.

Bandeira et al. 2014. "Projeto Libolo" – Organização e Metodologia para Transcrições dos Dados. Manuscrito

Belei, R. A. et al.2008. O uso de entrevista, observação e videogravação em pesquisa qualitativa. *Cadernos de Educação | FaE/PPGE/UFPel | Pelotas* N30, p.187.

Belletti, A. 2004. Aspects of the low IP area. In: L. Rizzi (ed.). *The Structure of IP and CP. The cartography of syntactic structures*. Vol II. New York: Oxford University Press.

Boeckx, C. 2006. *Linguistic minimalism: origins, concepts, methods and aims.* New York: Oxford University Press.

Bonvini, E. 2008. Línguas africanas e português falado no Brasil. In: Fiorin, J. L. & Petter, M. M. T. *África no Brasil: a formação da língua portuguesa.* São Paulo: Contexto, p. 15-62.

Boxer, C. R. 1969. *O império colonial português.* Lisboa: Edições 70.

Braga, M. L.; Kato, M. A.; Mioto, C. 2009. As construções-Q no português brasileiro falado. In: Kato, M. A.; Nascimento, M. do. (orgs). *Gramática do português culto falado no Brasil – a construção da sentença.* Campinas: Editora da Unicamp, p. 295-321.

Brito, A. M & Duarte, I. 2003. Orações relativas e construções aparentadas. In: MATEUS, M. H. M. et al. *Gramática da língua portuguesa*. 5.ed. revista e aumentada. Lisboa: Caminho, p. 653-694.

_____.; _____.; Matos, G. 2003. Estrutura da frase simples e tipos de frases. In: MATEUS, M. H. M. et al. *Gramática da língua portuguesa*. 5.ed. revista e aumentada. Lisboa: Caminho, p. 433-506.

Cadornega, A. de O. 1972. *História geral das guerras angolanas – 1680.* 3 vols. Reprodução *fac-similada* da ed. de 1940, anotada e corrigida por José Matias Delgado. Lisboa: Agência-Geral do Ultramar.

Cardoso, A. & Alexandre, N. 2013.. Relativas clivadas em variedades não padrão do português. In F. Silva; I. Falé & I. Pereira (eds.).TEXTOS SELECIONADOS DO XVIII ENAPL 2012, Porto: APL, 205-227.

Chatelain, H. 1889. *Grammatica Elementar do Kimbundu ou Língua de Angola*. Genebra: Typ. de Charles Schuchardt.

Chavagne, J-P. 2005. La langue portugaise d'angola. Etudes des écarts par rapport à la norme européenne du portugais. Université de Lyon 2, Tese de Doutoramento.

Chomsky, N. 1971. Deep structure, surfasse structure and semantic interpretation. In: Steinberg, D.; Jakobovits, L. (ed). *Semantics: an interdisciplinary reader in philosophy. Linguistics and Psychology*. Cambridge: CUP.

_____. 1986. Barriers. Cambridge, Mass.: MIT Press.

_____. 1993. "A minimalist program for linguistic theory". In Hale, Kenneth L. and S. Jay Keyser, eds. *The view from Building 20: Essays in linguistics in honor of Sylvain Bromberger*. Cambridge, MA: MIT Press. 1–52.

_____. 1995. *The minimalist program.* Cambridge, Mass: The MIT Press.

_____. 2000. Minimalist inquiries: the framework. In: R. Martin, D. Michaels and J. Uriagereka (eds.), *Step by Step: Essays on Minimalist Syntax in Honor of Howard Lasnik. Cambridge*, Mass.: MIT Press, 81-155.

_____. 2001. Derivation by phase'. In: M. Kenstowicz (ed.), *Ken Hale: A Life in Language.* Cambridge, Mass.: MIT Press, 1-52.

_____. 2005. Three factors in language design. *Linguistic Inquiry* 36: 1-22.

_____. & Halle, M. 1968. *The sound pattern of English.* New York: Harper and Row.

_____. 2008. On phases. In Freidin, Robert, Carlos Otero & Maria Luiza Zubizarreta. (eds.). *Foundational issues in linguistic theory: essays in honor of Jean-Roger Vergnaud*, p. 133-166. Cambridge, MA: The MIT Press.

Costa, J. & Duarte, I. 2001. Minimizando a Estrutura: uma Análise Unificada das Construções de Clivagem em Português. *Actas do XVI Encontro Nacional da APL*, orgs. C. Nunes Correia e A. Gonçalves. Lisbon: Associação Portuguesa de Linguística. 627-638.

Delgado, R. 1944. *Ao sul do Cuanza: ocupação e aproveitamento do antigo reino de Benguela.* Lisboa: Imprensa Beleza.

Dias, J. 1989. As primeiras penetrações portuguesas em África. In: Albuquerque, L. (org). *Portugal no mundo.* Vol. I. Lisboa: Publicações Alfa, p. 281-299.

Endruschat, A. 1990. A língua falada como força motriz do desenvolvimento do português angolano. *Lusorama*. N°12, p.63-72.

Erteschik-Shir, N. 2005. On the architecture of topic and focus. In: Molnár, V. & Winkler, S. (edit). *The architecture of focus*. Berlim/Nova York: Mouton de Gruyter, p. 1-57.

Fall, Y. 1989. Escravatura, servidão e reconquista. In: Albuquerque, L. (org). *Portugal no mundo.* Vol. I. Lisboa: Publicações Alfa, p. 300-314.

Fernandes, F. R. 2007. *Ordem, focalização e preenchimento em português: sintaxe e prosódia*. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas.

Fernandes-Svartman, F. R. 2012. A entoação das sentenças clivadas em português brasileiro e a interface sintaxe-fonologia. *Filologia e Línguística Portuguesa 14(1)*, p. 37-56.

Ferrari-Neto, J. 2012. O minimalismo: conceitos-chave. In: Ferrai-Neto, J.; Silva, C. R. T. (org.). *Programa minimalista em foco: princípios e debates.* Curitiba: CRV, p. 29-40.

_____.; Silva, C. R. T. (orgs). Programa Minimalista em Foco: princípios e debates. Curitiba: Editora CRV.

Ferronha, A. L. A. 1989. O comércio português de escravos nos séculos XV e XVI. In: Albuquerque, L. (org). *Portugal no mundo.* Vol. I. Lisboa: Publicações Alfa, p. 315-324.

Figueiredo, C. F. G. 2010. *A concordância plural variável no sintagma nominal do português reestruturado da comunidade de Almoxarife, São Tomé: desenvolvimento das regras de concordância variáveis no processo de transmissão-aquisição geracional*, vols. 1 e 2. Macau: Universidade de Macau - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Departamento de Português. Dissertação de doutoramento.

_____. 2013. Cronograma de trabalho da equipe Linguística do *Projeto Libolo.* Manuscrito.

_____. (a sair). Retratos do Libolo. In Figueiredo, C. G. & Márcia S. D. Oliveira. (Orgs.). "Projeto Libolo - Linguística, História, Antropologia e Ensino no Kwanza-Sul".

_____. (a sair). Aspectos histórico-culturais e sociolinguísticos do Libolo: aproximações com o Brasil. In Gabriel Antunes de Araújo, Paulo Jeferson Pilar Araújo & Márcia Santos Duarte de Oliveira (orgs.), *Português na África atlântica*. São Paulo: Humanitas/FAPESP.

_____. & Oliveira, M. S. D. de. 2013. Português do Município do Libolo, Angola, e português étnico da comunidade de Jurussaca, Brasil: cotejando os sistemas de pronominalização. PAPIA 23(2), p. 105-185.

_____. & Santos. 2013. *Construções [Foc + QUE] no português do Município do Libolo, Kwanza Sul, Angola*. Trabalho apresentado no Encontro da Associação dos Crioulos de Base de Língua Portuguesa e Espanhola – ACBLPE, Universidade Nova de Lisboa. Manuscrito.

Foley, W. & Van Valin, R. Information packaging in the clause. 1985. In: Shopen, T. Language typology and syntactic description. Cambridge University Press, p.282-364.

Green, M. 2007. *Focus in hausa.* Oxford: Blackwell.

Guthrie, M. 1948. *The classification of the bantu languages.* Oxford: Oxford University Press.

Haegeman, L. 1999. Introduction to government and binding theory. 2. ed. Oxford: Blackwell.

Heine, B. & Nurse, D. 2000. African Languages. An introduction. Reino Unido: Cambridge.

Hernandez, L. L. 2008. *A África na sala de aula.* 2ª ed. rev. São Paulo: Selo Negro.

Higgins, R. F. 1979. *The Pseudo-cleft Construction in English*. New York: Garland.

Holm, J. 2004. *Languages in contact – the partial restructuring of vernaculars.* Cambridge: Cambridge University Press.

_____. & Inverno, L. 2005. The vernacular portuguese of Angola and Brazil: partial restructuring of the noun phrase. Comunicação apresentada no Encontro Annual da Associação: crioulos de base lexical portuguesa e espanhola, Université d'Orléans.

Inverno, L. 2011. Contact-induced restructuring or portuguese morphosyntax in interior Angola: evidence from Dundo (lLnda Norte). Universidade de Coimbra, Tese de Doutoramento.

_____. 2009. A transição de Angola para o português vernáculo: estudo morfossintático do sintagma nominal. In: Carvalho, A. M. (ed.) Português em contato. Madrid, Frankfurt: Iberoamericana, Editorial Vervuert, , p. 87-106.

_____. 2004. Português vernáculo do Brasil e português vernáculo de Angola: reestruturação parcial vs. mudança linguística. In Mauro Fernández, M. Fernández-Ferreiro e Nancy Vázquez Veiga (eds.) Los criollos de base ibérica: ACBLPE, Madrid: Iberoamericana/Frankfurt am Main: Vervuert, p. 201-213.

Irurtzun, A. *Focus & Clause Structuration in the minimalismo program*. << http://artxiker.ccsd.cnrs.fr/artxibo-00000022 >>

Jackendoff, R. 1972. *Semantic interpretation in generative grammar.* Cambridge, MA: MIT Press.

Jorge, L. & Oliveira, M. S. D. 2012. 'Por que que é assim?' – Considerações sobre fronteamento de QU em línguas crioulas do Atlântico e no português do Brasil. PAPIA 22(2), p. 253-277.

Jorge, L.; Oliveira, M.S.D. & Santos, E.F. 2015. *O 'sujeito' focalizado no português do Libolo e no caboverdiano (Barlavento).* Manuscrito.

Kayne, Richard. 1994. *The antisymmetry of syntax*. Canbridge, Mass: The MIT Press.

Kenedy, E. 2013. *Curso básico de linguística gerativa*. São Paulo: Contexto.

Kiss, K. 1998. Indentificational focus versus informational focus. *Language*, v.74, n.2, p.245-273.

Klein, S.2003. Foco no português brasileiro. In: Müller, A.; Negrão, E. V.; Foltran, M. J. (orgs.). *Semântica formal.* São Paulo: Contexto.

Kukanda, V. 2000. Diversidade linguística em África. *Africana Studia*. N°3. Edição da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p.101-117.

Kuno, S. 1972. Functional sentence perspective: a case study from Japanese and English. *Linguistic Inquiry*, v.3, p.269-320.

Lambrecht, K. 2001. A framework for the analysis of cleft constructions. Linguistics 39, 3, p.463-516.

Lewis, M. Paul & Gary F. Simons. 2010. Assessing endangerment: expanding Fishman's GIDS. Revue Roumaine de Linguistique, 55(2). 103-120. Disponível em: http://www.lingv.ro/RRL%202%202010%20art01Lewis.pdf Acessado em 20/08/2015.

Lewis, M. P.; Simons, G. F. & Fennig, C. D. 2013. http://www.ethnologue.com/region/Africa Acessado em 09/08/2013.

Lipski, J. *2008*. Angola e Brasil: vínculos lingüísticos afro-lusitanos. *Veredas*, n°9, p.83-98.

Lucchesi, D. 2002. Projeto Vertentes – Chave de Transcrição. http://www.vertentes.ufba.br/images/paginas/projeto/chave_de_transcricao.pdf Acessado em 18/04/2013.

Maho, J. 2003. A classification of the Bantu languages: an update of Guthrie's referential system. In: Nurse, D. & Philipson, G. (edit). Londres: Taylor & Francis Routledge, p.639-695.

Martin, R. & Uriagereka, J. 2000. Introduction: Some possible foundations of the Minimalist Program. In: Martin,R.; Michaels, D. & Uriagereka, J. (eds.). Step by Step: Essays on Minimalist Syntax in Honor of Howard Lasnik. Cambridge, MA: MIT Press, p. 1-29.

Miguel, M. H. 2003 dinâmica da pronominalização no português de Luanda. Luanda: Nzila.

_____. 2008. *A língua portuguesa em Angola: normativismo e glotopolítica*. LUCERE 5, Ano 4, Luanda, p.35-48.

Miller, J. C. 1999. A economia política do tráfico angolano de escravos no século XVIII. In: Pantoja, S.; Saraiva, J. F. S. *Angola e Brasil nas rotas do Atlântico Sul*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p.11-67.

Mingas, A. A. 2000. *Interferência do kimbundu no português falado em Lwuanda.* Porto: Campo das Letras.

Mioto, C. & Negrão, E. V. 2007. As sentenças clivadas não contêm uma relativa. In: A. T. Castilho, M. A. Torres-Morais, R. E. V. Lopes, S. M. Cyrino (orgs.). *Descrição, história e aquisição do português brasileiro*. Campinas, SP: Pontes/FAPESP, p. 159-184.

Modesto, M. 2001. *As construções clivadas no português do Brasil: relações entre interpretação focal, movimento sintático e prosódia.* São Paulo: Humanitas – FFLCH/USP.

Moita, I. 1989. O Congo – primeira tentativa de uma colonização continental (1484-1510). In: Albuquerque, L. (org). *Portugal no mundo.* Vol. II. Lisoboa: Publicações Alfa, p. 198-213.

Monteagudo, H. 2012. A invenção do monolinguismo e da língua nacional. *Gragoatá*. n.32, p.43-51.

Moro, A. 1997. *The Raising of Predicates: Predicative Noun Phrases and the Theory of Clause Structure*. Cambridge: Cambridge University Press.

Nações Unidas 2012. http://unstats.un.org/unsd/demographic/products/socind/default.htm. Acessado em 18/04/2013.

_____. 2013. http://hdr.undp.org/en/content/table-1-human-development-index-and-its-components

Nzau, D.G.N. 2011. A língua portuguesa em Angola. Um contributo para o estudo da sua nacionalização. Universidade da Beira Interior. Tese de Doutorado.

Oliveira, M. S. D. 2011. Focus in Brazilian Portuguese. In Petter, M. Taddonni; Vanhove, Martine. (Orgs.). *Portugais et langues africaines*. *Études afro-brésieliennes*. v.1. Paris: Karthala, p. 75-121.

_____. (em preparação). DPs/WHs Followed by 'Highlighter' in Atlantic Restructured Languages: a Non Cleft Construction.

_____. & Holm, J. Estruturas-QU fronteadas e o 'foco gramaticalmente controlado' – a participação de línguas africanas em línguas parcialmente e completamente reestruturadas. *PAPIA 21 (1)*, p. 23-38.

_____, M. S. D. de. 2010. Sintaxe do Português Falado. São Paulo: Luminária Academia.

_____. & Santos, E. F. 2007. Pronomes nulos na posição de sujeito no português de Angola – um estudo preliminar. *Filologia e Linguística Portuguesa*. N9, p. 85-101.

Parreira, A. 1989. Primórdios da presença militar portuguesa em Angola. O tráfico de escravos: 1483-1643. In: Albuquerque, L. (org). *Portugal no mundo.* Vol. II. Lisboa: Publicações Alfa, p. 214-236.

Payne, T. E. 1997. *Describing morphosyntax: A guide for field linguists*. Cambridge University Press.

Pélissier, R. 1997. *Histórias das campanhas de Angola: resistência e revoltas (1845-1941)*, Vols. I e II. Lisboa: Editora Estampa.

Petter, M. M. T. 2008. *Aspectos morfossintáticos comuns ao português ao português angolano, brasileiro e moçambicano.* Universidade de São Paulo. Tese de livre docência.

_____.; Oliveira, M. S. D. de. 2011. *Projeto-Piloto IPHAN/USP*. Disponível em: http://www.fflch.usp.br/indl/. Acesso em: 16/03/2015.

Polli, T. C. 2008. *A periferia esquerda no português brasileiro: funções discursivas de seus constituintes e sua derivação.* Universidade de São Paulo. Tese de Doutorado.

Quarezemin, S. 2009. *Estratégias de focalização em português brasileiro – uma abordagem cartográfica.* Universidade Federal de Santa Catarina. Tese de Doutorado.

Quint, N. 2003. *Parlons Capverdien, langue et culture*. Paris: L'Harmattan.

Redinha, J. 2009. *Etnias e culturas de Angola.* Coimbra: AULP.

Ribeiro, I. & Côrtes Júnior, M. 2009. As construções pseudoclivadas e clivadas. In: Lucchesi, D.; Baxter, A.; Ribeiro, I. (orgs.). *O português afro-brasileiro.* Salvador: EDUFBA, p. 209-230.

Rizzi, L. 1997. The fine structure of the left periphery. In; L. Haegman. (orgs). *Elements of grammar: handbook of generative syntax.* London: Klwer Academics Publishers, p. 281-337.

_____. Locality and left periphery. 2002. Disponível em: http://www.ciscl.unisi.it/doc-pub/rizzi2002-locality&left-periphery.doc

_____. On the form of chains: criterial positions and ECP effects. 2004. Disponível em: http://www.ciscl.unisi.it/doc-pub/rizzi

Rooth, M. 1996. Focus. In: Lappin, S. (ed). *The handbook of contemporary semantic theory.* Oxford: Blackwell.

Santos, E. F. 2010. A periferia esquerda da sentenca no português de Angola. Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo.

_____. & Oliveira, M. S. D. 2011. Aspectos da categoria foco no português de Angola. *Filologia e Linguística Portuguesa*. N13(2), p.295-329.

_____. 2011. A categoria tópico no português de Angola. *Linha D'Água*. N24(1), p. 127-138.

Schachter, P. 1985. Parts-of-speech systems. Language typology and syntactic description (3 vols.). *Volume I: Clause structure*, Timothy Shopen (ed), p.3–61.

Sibaldo, M. A. 2011. Para uma sintaxe diacrônica das sentenças copulares do português. *Leitura*. n.47, Maceió, p. 43-70.

_____. 2012. Derivação em Fases. In: Ferrari-Neto, J.; Silva, C. R. T. (orgs). *Programa Minimalista em Foco: princípios e debates*. Curitiba: Editora CRV.

Stassen, L. 2003. *Intransitive predication*. Oxford University Press.

Stowell, T. 1996. Phrase Structure and the Lexicon - Studies in Natural Language and Linguistic Theory. Springer . Netherlands, pp 277-291.

_____. 2007. Approaches to tense and tense construal. Lingua. Volume 117, Issue 2, pp. 437–463.

Uriagereka, J. 2008. 'Syntactic Anchors: On Semantics Structuring'. Cambridge Studies in Linguistics. February, 17. Cambridge Univesity Express. Massachusetts.

Vansina, J. 2001. Portuguese vs Kimbundu: language use in the colony of Angola (1575- c. 1845). Bull. Séanc. Acad. R. Sci. Outre-mer mede. Zitt. K. Acad. Overzeese wet, 47: 267-281.

Varanda, P. 1997. *Acto historial do reinado do sobado da Banza de Calulo*. Banza de Calulo. Manuscrito.

Venâncio, J. C. 1996. *A economia de Luanda e Hinterland no século XVIII – um estudo de sociologia histórica.* Lisboa: Editorial Estampa.

Xavier, F. S. 2010. *Fonologia segmental e supra-segmental do quimbundo.* Universidade de São Paulo. Tese de Doutorado.

Watters, J. 1979. Focus in Aghem. In: L. Hyman (ed). *Aghem grammatical structures*, n.7. Los Angeles: University of Southern California, Southern California Occasional Papers ins Linguistics, p.137-197.

Zagona, K.,1990. Times as temporal argument structure. Manuscript, University of Washington, Seattle.

Zanoli, M. L. 2014. A checagem de 'foco' da categoria 'sujeito' no cabo-verdiano – variedade de São Nicolau. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo.

Zau, F. s/d. As tentativas de colonização com grupos raciais separados. Disponível em <<http://unia.ao/docs/FilipeZau-AssisJunior.pdf>> Acessado em 20/08/2015.

Zubizarreta, M. L. 1998. *Prosody, focus and word order.* MIT Press.

ANEXOS

Bandeira et al. 2014. "Projeto Libolo" – Organização e Metodologia para Transcrição de Dados. Manuscrito.

ANEXO 1

CHAVE DE TRANSCRIÇÃO DO PROJETO LIBOLO

APÊNDICE 2

CHAVE DE TRANSCRIÇÃO PARA O "PROJETO LIBOLO"

por
Carlos Filipe Guimarães Figueiredo

APRESENTAÇÃO

A chave de transcrição adoptada para grafar o português do Município do Libolo, Província do Kwanza-Sul, Angola, no âmbito das recolhas do "Projeto Libolo", segue, de muito perto, dela se transcrevendo alguns trechos na íntegra, a proposta da Chave de Transcrição do Projeto Vertentes, disponível em:

http://www.vertentes.ufba.br/images/paginas/projeto/chave_de_transcricao.pdf

Excetuam-se algumas adaptações específicas, com vista a refletir a realidade linguística dos falantes do Libolo.

INDICAÇÕES PRELIMINARES

1. Indicação de trecho ininteligível: (ININT) (com recurso a parêntesis curvos):

Ex.: INF: Depois ê veio de trás, quê **(ININT)** onde quê stáva?

2. Indicação de interrupção do inquérito, seguida da sequência deslocada do diálogo/entrevista, tudo em itálico e entre parêntesis curvos: (*INTERRUP > sequência deslocada do diálogo/entrevista*):

Ex.: DOC2: Então os seus pais nasceram aqui?
INF: Nasceram mesmo aqui sim.
(INTERRUP > DOC2: Depois me lembra de perguntá(r) pra ela tá?

DOC. 1: Hum hum…
DOC 2: Então tá.) O… a mãe nasceu aqui?
INF: A mãe nasceu na Caxica.

3. O texto deve ser pontuado com moderação.

4. Colocar, entre chaves, trecho sobre o qual não há certeza na audição:

Ex.: INF: saiu só *pa* ver se vai no **{catungo}** *pa* comer,

5. Indicação de realização inusitada de uma palavra ou expressão (p.e. formas dialetais das palavras padronizadas ou das formas fonológicas *standard*), grafadas com ortografia padrão e em itálico, de modo a reproduzirem o enunciado real. Se o programa usado na transcrição não permitir a utilização de itálico, deve colocar-se a palavra entre aspas.

Exs.: INF: ***dante*** andava aí nas tonga,

INF: tinha lá uns senhor que ***andem*** na lavra,

INF: ***Mê*** nome em casa é Didi.

INF: ***Num*** sei o nome dele.

Obs.: Sem o itálico, o leitor tende a pensar que o digitador se esqueceu do "s" final no primeiro exemplo ou terá cometido erros ortográficos nos outros exemplos, ao invés de aceitar as realizações inusitadas.

6. Palavra desconhecida, ouvida nitidamente na transcrição/revisão, também deve ser grafada em itálico. Fornecer o significado da palavra (entre parêntesis retos com o sinal de =), caso ele seja conhecido.

Ex.: INF: *pa ficá(r)* limpo que aquele ***cazumbi*** **[= espírito]** do marido vai,

7. Se o documentador fizer algum comentário durante a fala do informante, sem interromper o seu fluxo sintático-discursivo, deve indicar-se com reticências a continuidade desse fluxo do informante, intercalando a fala do documentador.

Ex.: INF: Mete lá a *muamba***...**
DOC1: Ham. Mete...
INF: **…** com óleo.

8. Nos casos de discurso direto, deve utilizar-se aspas e pontuar-se antes de fechar as aspas.

Ex.: INF: Então é por aí que o padre A.[134] disse: **"Não, esse ano *vamo* ter que estar assim."**

9. Recursos não verbais devem ser indicados entre chaves e grafados em maiúsculas.

Exs.: INF: A falar português? **{RISO}** Na... no meu início mesmo já de… do estudo.

DOC: Hum… então mas… vocês para cozinhar naquele tempo **{TOSSE}** no... no Quitexe,

10. Indicar, entre parêntesis retos, a forma padrão dos vocábulos, caso ele suscite dúvidas quanto ao seu entendimento.

Ex.: INF: começa *istolar* **[torrar]**

CRITÉRIOS GERAIS

1. Registrar, rigorosamente, <u>TODOS</u> os fatos no nível da morfossintaxe:

1.1. Concordância de número variável.

Exs.: INF: Aqui na comuna *num* tem, só ali, **naquelas área** ali.

1.2. Concordância de gênero variável.

Ex.: DOC1: Vai dentro, *né*?
INF: Sim, até **os veia**…
DOC1: Ham…

1.3. Concordância verbal variável.

Ex.: INF: Então **nós começo** lá *sabir* [subir] no carro *co* todo as família,

1.4. Omissão de preposições, artigos, complementizadores, etc.

Ex.: INF: Quando chega na comuna ***começare ouvi(r)* pessoas está**… **está**

[134] Nome omitido para salvaguarda da identidade do próprio

morrê(r) *muito*.

(Port. padrão: … comecei a ouvir que pessoas estavam a morrer muito)

1.5. Repetições/pausas audíveis, sinalizadas com reticências.

Ex.: INF: *Paladismo* tem, mas ***num... num*** tem assim muito

1.6. Falsos começos, correções e quebras no encadeamento do enunciado, representados com barra dupla //.

Exs.: INF: **Somo//** as... **as menina//** os rapaz morreu lá…

INF: recolhe ca… coconote, dendém vende **nessa//** nos branco que *tava* aqui.

1.7. Hesitações sinalizadas com recurso a reticências.

Ex.: INF: Os branco ***num... num... num*** queria assim.

INF: **quan... quando** falava com o avô?

1.8. Palavras parciais marcadas com hífen.

Ex.: INF: Um *dê*... um de quarenta e **se–** e quatro e… **quare–** e… quarenta e quatro.

1.9. Intervenções paralinguísticas e interjeições transcritas com recurso à ortografia padronizada e sempre grafadas com <u>*h*</u>:

Exs.: INF: **Hum hum**. Muito bem. E então…

INF: **Ham**… no tempo já de coe– de colher o feijão, vendo…

Obs.: Indicar a categoria da interjeição, entre parêntesis retos, caso a forma transcrita não seja suficiente para esclarecer o uso da mesma.

Ex.: INF: **Éh!** [interjeição de surpresa] Esse carne de paca

1.10. Ocorrências lexicalizadas, como nomes de pessoas, lugares, músicas, jogos, locuções conjuncionais, etc., grafados com hífen entre os seus elementos:

Ex.: INF: vai voltar marcha atrás fica aí no **Chiano-Hena**.

INF: **às-*veze*** de *comere*, começou miséria.

1.11. Separar o tópico por vírgula.

Ex.: INF: **Luz aqui no bairro**, não tem.

INF: **Quimbundo**, falo, **português**, falo, mas se alguém...

1.12. A negação frásica externa (dupla negação) deve vir sem vírgulas.

Ex.: INF: Aqui ***num*** **tem não**.

1.13. Deve distinguir-se o *né* de valor estritamente fático, que deve vir entre vírgulas, do *né* com entoação de pergunta, que deve vir acompanhado por ponto de interrogação.

Ex.: INF: Eh... de momento, quando ainda *tou* a estudar ***né*****?**

INF: dava muita *pinera ê nõ sô pa pinera*, ***né, né,*** *nõ* ligava…

2. Fatos fônicos que não devem ser registrados.

2.1. Elevação das vogais médias em distribuição pré-acentuada, quer no interior de um mesmo vocábulo, quer no interior de um grupo de força (como no caso das sequências com a preposição *em*), e pós-acentuada não-final.

Exs.: estava, e não *istava*; **domingo**, e não *dumingo*; **em** casa, e não *im* casa; **rédea**, e não *rédia*.

2.2. Elevação das vogais médias em posição átona final.

Exs.: nome, e não [nomi]; **mato,** e não [matu].

2.3. Ditongação antes de consoante constritiva implosiva.

Ex.: mês, e não [meys].

2.4. Ditongação da terminação nasal *–em*.

Exs.: tem, e não *teim*; **ninguém**, e não *ninguéim*.

DETALHAMENTOS

1. Consoante implosiva /S/

1.1.A variante zero deve ser registrada:

Ex.: INF: nós também andava aí com as **mãe** ali.

1.2. Registrar as variantes velar/glotal do vocábulo **"mesmo"**, colocando a variante **memo** em itálico:

Exs.: INF: Sim sim. Nasci **mesmo** aqui no bairro.

INF: Antes de ir na escola a criança aqui já sabe ***memo*** falar um pouco português.

2. Consoantes líquidas /R/ e /L/

2.1. O /r/ final das formas verbais do infinitivo deve ser marcado entre parêntesis curvos, quando não é realizado.

Ex.:. INF: *pa* ***ficá(r)*** limpo que aquele *cazumbi* [= espírito] do marido vai,

2.2. A forma infinitiva do verbo ***"ir"*** deve ser sempre transcrita como **ir** e nunca como **i**.

2.3. Registrar os rotacismos em itálico.

Ex.: INF: onde é que *tô* vir que ***fareceu*** minha *mulhê*.

2.4. Registrar os lambdacismos em itálico.

Ex.: INF: Então cada *quale* ***alanja*** *lugá*… a… a forma *pra ire* embora.

3. Metaplasmos por adição e por supressão

3.1. Prótese (acrescentamento de fonema no início do vocábulo) - registrar a palavra em itálico, com a respetiva prótese

Ex.: INF: agora já começô pedir o ***anguia*** [guia] pra *vire* aqui no Huaco

3.2. Epêntese (acrescentamento de fonema no interior do vocábulo) - registrar a palavra em itálico, com a respetiva epêntese.

Ex.: INF: começa meter, pronto ***siéca*** [seca]

3.3. Paragoge (acrescentamento de fonema no final do vocábulo) - registrar a palavra em itálico, com a respetiva paragoge.

Ex.: INF: ***Nózo*** [nós] agora já *começô* pedir

3.4. Aférese (supressão no início do vocábulo) - registrar a palavra em itálico e com apóstrofo.

Ex.: INF: ***'pôs*** [depois] o mi– o *fêjão*... até *janêro* já está *recoliar* [recolher]

<u>Exceções</u>: ***cê***, ***tá***, ***tão***, ***tamos***.

Ex.: INF: O tipo// como esse que ***tamo*** ver aqui no norte.

3.5. Síncope (supressão de fonema no interior do vocábulo) - registrar a palavra em itálico.

Ex.: INF: Ah é só biscato, *fazere* o ***bicato*** aí.

3.6. Apócope (supressão de fonema no final do vocábulo) - registrar a palavra em itálico.

Ex.: INF: batata doce ***tambê***

Nota: O /r/ final das formas verbais do infinitivo deve ser marcado entre parêntesis curvos, quando não é realizado (ver "Detalhamentos", nota 2.1). Excetua-se o infinitivo do verbo "ir" (ver "Detalhamentos", nota 2.2) e suas situações de paragoge, que devem ser registradas:

Ex.: INF: Então cada *quale alanja lugá*… a… a forma *pra* ***ire*** embora.

3.6.1. A supressão de segmento final do vocábulo deve ser também registrada com apóstrofo, quando ocorrer junção com vocábulo posterior, e/ou elisão/aglutinação entre palavras diferentes.

Exs.: INF: Andava ***co' a*** minha mãe.

<u>Exceções</u>:

(i) A elisão com o **"que"** não deve ser registrada: **que eu,** e não *qu'eu*; **que é,** e não *qu'é*.

(ii) As formas da preposição **"para"**, com ou sem contração, devem atestar os usos de fala e serem registradas sem apóstrofo, mas em itálico, caso atestem variação: **para a**; ***pa***; ***pra***; **para o**; ***pó***; ***pró***; ***pro***.

4. Ditongos/semivogais e hiatos

4.1./N/

- Deve registrar-se a redução dos ditongos nasais em final de palavra:

Ex.: Agora aqui...tem só um filho de **home**.

4.2. Registrar a redução de ditongos em posição inicial, medial e final, utilizando o acento circunflexo na sílaba tônica.

Exs.: INF: é... ***ôtocalo*** [autocarro] de... de Queirós também

INF: com vinte de *ontumbro* pega milho e ***fêchão*** [feijão]

Exceção: A conjunção ***"ou"*** deve ser sempre transcrita por **ou** e não ***ô***.

4.3. Registrar as alterações de timbre dos ditongos, por abaixamento.

Exs.: INF: depois... quando ***seporiu*** [separou] os feijão

4.4. Grafar o vocábulo [iá] como ***ya*** **[= sim]**, quando significa "sim".

Ex.: INF: ***Ya*** **[= sim]**. O meu pai e a minha mãe sempre reside mesmo aqui
nesse local.

5. Padrão Silábico CCV

5.1. Redução do grupo CCV > CV:

Exs.: INF: o… o ***administatore***... [administrador]
DOC: hum…
INF: … é que vou… que vou lhe dar o quê?

5.2.CCV > CVC:

Ex.: INF: Começa já é dar ***forore*** [flor]

5.3.CVC > CCV:

Ex.: INF: pronto pega ***prostadore*** [portadores] começa meter

6. Vogais

6.1. Abaixamento das vogais altas em distribuição não acentuada:

Ex.: INF: saiu lá ***dênsceu*** [desceu] aqui *pra baxo*

INF: ***Paladismo*** [paludismo] tem, mas *num... num* tem assim muito.

6.2. Elevação de vogais

Ex.: INF: quando você *quere* começa já ***moir*** [moer]

6.3. Nasalização:

Ex.: INF: Dia um... ãh, dia vinte de ***angosto*** de setenta e nove.

6.4. Usa-se o acento de timbre para indicar uma realização distinta da normal:

Ex.: INF: tem três filho, *doz mulhérê*, um ***dê*** [de] *homê*.

6.5. Troca de ***e*** ou ***em*** por ***a*** ou ***an***, e vice-versa:

Ex.: INF: tinha lá uns senhor que ***andem*** na lavra.

6.6. Ditongação:

Ex.: INF: *'casca* [descasca] e mete no quê... no... no ***fuoco*** [fogo].

7. Consoantes

7.1. Palatalizações:

Ex.: INF: ***Xobe*** [sobe] no carro, *'cora* [agora] vai na fazenda....

8. Inserção e supressão de segmentos fônicos.

8.1. Redução de proparoxítonas, bem como das falsas proparoxítonas, mantendo o acento para facilitar o entendimento da forma, quando necessário.

Ex.: INF: ***cora*** [agora] *sôs* [somos] no *navinho* [navio]... *tivo* [tive] ***bleto*** [bilhete]

NOTA: Os exemplos constantes deste anexo reflectem situações de fala do português do Libolo e são parte integrante dos dados do *corpus* do "Projeto Libolo", colectados em 2011 e 2013.

ANEXO 2

APÊNDICE 3

Trecho de Transcrição com Exemplificação de Identificação de Arquivo

por

Carlos Filipe Guimarães Figueiredo

Eduardo Ferreira dos Santos

Márcia Santos Duarte de Oliveira

(referência bibliográfica da transcrição)
RODRIGUES, Guilherme de Mello; FIGUEIREDO, Carlos Filipe GUIMARÃES. 2014. **Mbanza do Kitondo, Comuna da Cabuta, Libolo. Transcrição da Entrevista**. Manuscrito.
(sigla da transcrição – ligada à referência bibliográfica)
(RMFG1)

(cabeçalho)
Projeto:
Aspectos linguístico-educacionais, histórico-culturais, antropológicos e sócio-identitários do Município do Libolo, Kwanza-Sul, Angola
("Projeto do Libolo")

A transcrição refere-se à gravação em português recolhida na Mbanza do Kitondo, Comuna da Cabuta, em 10 de julho de 2013. O entrevistado é Miguel Joaquim Manuel, de 20 anos de idade, falante bilingue de quimbundo/português, que começou a aprender as duas línguas na infância. A qualidade sonora é boa, tendo sido possível transcrever toda a entrevista.

Registro áudio:
LS100065.MP3

Data da recolha:
10 de julho de 2013

Local da recolha:
Mbanza do Kitondo, Comuna da Cabuta, Município do Libolo, Província do Kwanza-Sul, Angola

Tipo de registro:
Entrevista

Duração:
00:08:09

Intervenientes:
DOC1 = documentador 1 (Márcia Santos Duarte de Oliveira, vice-coordenadora do "Projeto Libolo");
DOC2 = documentador 2 (Lurdes Teresa Lopes Jorge, pesquisadora da equipe de linguística do "Projeto");
I = informante (Miguel Joaquim Manuel; sexo: masculino; idade: 20; escolaridade: frequência da 6ª classe; código: [MIJOMH2])

Transcrição:
1. Guilherme de Mello Rodrigues, orientando de Iniciação Científica de Ana Paula Quadros Gomes (pesquisadora da equipe de Linguística do "Projeto" – área de Semântica Formal).

Revisão da transcrição:
Carlos Filipe Guimarães Figueiredo (coordenador-geral do "Projeto")

Data da transcrição:
Abril de 2014

Data da revisão:
Agosto de 2014.

TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA[135/136]

Informante: Miguel Joaquim Manuel [MIJOMH2]

Sexo: Masculino

Idade: 21

(numeração de 5 em 5 linhas)

1 (INTERRUP > *DOC2: Pode perguntar, eu vou escrever. Não, eu tou com o nariz assim.*
DOC1: É porque eu não sei as coisas que eu vou perguntar.
DOC2: Tá. O nome dele.)
5 DOC1: Qual seu nome?
INF: Miguel Joaquim Manuel.
DOC1: Ah. Muito obrigada, Miguel, por você estar aqui conosco. Qual sua idade?
INF: Vinte ano de idade.
DOC1: Vinte anos. Você nasceu aqui, Miguel?
10 INF: Nasci aqui, sim.
DOC1: Nasceu aqui. E você pode...
DOC2: Data de… do nascimento.
DOC1: Data do nascimento?
INF: É m- mil e novecento e noventa e três.

[135] Segue a Chave de Transcrição do "Projeto Libolo" em Apêndice 2 a este documento.
[136] Para os propósitos deste documento, foram anexadas apenas 56 linhas da transcrição.

15 DOC2: O dia e o ano... o dia e o mês?
INF: Vinte e nove de março.
DOC2: Vinte e nove...
INF: De março.
DOC2: … de mil noventos e novente e três.
20 INF: Sim sim.
(INTERRUP > *DOC2: E você já pode ir perguntando a profissão…*)
DOC1: Sua profissão?
INF: Não.
DOC1: Você tem alguma profissão?
25 INF: Não não.
DOC1: Não. Eh… me diz aí Miguel...
DOC2: O pai e a mãe.
DOC1: Eh... o nome de seu pai...
(INTERRUP > *DOC2: Não é o nome.*
30 *DOC1: Eh...*
DOC2: Onde… onde ele nasceu.) Nasceram aqui? Aqui na...
INF: Sim sim. Nasci mesmo aqui no bairro.
DOC2: O pai? E a mãe? Nasceram aqui na... na banza, ou não?
INF: Mesmo aqui também.
35 DOC2: E a mãe?
INF: A mãe também é mesmo aqui.
DOC2: Também. *Tá*.
INF: Sim.
DOC1: E me diz aí: seu pai e sua mãe falam quimbundo?
40 INF: O meu pai fala.
DOC1: E sua mãe, não?
INF: Fala, a mãe também fala.
DOC1: Também fala. E você fala quimbundo?
INF: Também falo.
45 DOC1: Que bom. Então você fala português e quimbundo?
INF: Sim.
(INTERRUP > *DOC2: Agora vou ver quando ele começou a falar cada uma delas.*
DOC1: É.) Quando você começou a falar quimbundo? Desde que você é pequenininho, ou não?
50 INF: Sim, desde de pequenininho.
DOC1: Ham. E o português também?
INF: Também sim.
DOC1: E…
DOC2: Que idade?
55 DOC1: Que idade? Você se lembra?
INF: Eh... não se lembro.